CADERNO DE SUBSÍDIOS PARA ENTENDER A CONJUNTURA POLÍTICA E AGRÁRIA

Reunião da Coordenação Nacional do MST
21 a 25 de Janeiro de 2020 - Sarzedo/MG

SUMÁRIO

1. Uma análise estrutural da Conjuntura **4**

2. Subsídios para entender a conjuntura política brasileira **28**

3. Balanço da política agrária e agrícola do governo Bolsonaro **38**

4. Expansão do Agro-Mínero-Negócio na Amazônia e o Pacto Latifundiário **42**

5. Quem precisa de agrotóxicos, afinal? **54**

6. Como os neopentecostais conquistaram o Brasil **58**

7. O que a ascensão dos movimentos neopentecostais tem a nos dize **62**

8. Informe sobre a situação política no Haiti **65**

1. Uma análise estrutural da Conjuntura

Por Mauricio Abdalla, Professor da UFES | Dezembro de 2019

Em busca da funda de Davi

Apresentação

A conjuntura atual nos desafia a pensar a realidade de modo inovador. Não basta trazer luz sobre os acontecimentos. Trata-se de assumir radicalmente o ponto de vista dos excluídos e excluídas do banquete do mercado e dali olhar o processo histórico. Assim, o passado torna-se fonte inspiradora para a construção do futuro. É o que faz Maurício Abdalla no primoroso texto que temos a alegria de publicar. Por ser um estudo de fôlego, o texto é mais longo do que aqueles que estamos habituados a encontrar em sites. Recomendo, portanto, que o leitor ou leitora reserve pelo menos uma hora para sua

leitura. Poderá então acompanhar a argumentação que, partindo do relato bíblico da luta desigual de Davi contra Golias, nos ajuda a descobrir a estratégia, as táticas e as armas capazes de libertar quem hoje sofre a opressão do capitalismo.

Será uma leitura muito proveitosa. Tenho certeza!

Pedro A. Ribeiro de Oliveira

I. ELEMENTOS DA CONJUNTURA

1. Uma lição de estratégia

Todos conhecem a história do jovem pastor de ovelhas israelita que derrotou um guerreiro gigante, experiente e fortemente armado usando apenas uma funda. A luta de Davi contra Golias é sempre evocada como metáfora para a possibilidade de alguém ou um grupo mais fraco vencer adversários grandes e poderosos. Contudo, na maioria das vezes, ela só é usada como narrativa motivacional ou, no contexto religioso, apenas para dizer que Deus ajuda e dá a vitória aos que creem. Mas há, também, uma lição estratégica fundamental embutida na história que pode ser bastante útil para ajudar a pensar nossa ação na atual conjuntura mundial.

Sob um olhar não teológico, o grande ensinamento da vitória do jovem pastor sobre o guerreiro gigante está na maneira como ele conseguiu derrotá-lo. Quando Davi decidiu enfrentar Golias, o rei Saul o equipou com armadura e armas de guerra tradicionais, equivalentes às que usavam o filisteu e todos os soldados nas batalhas. Porém, sob o peso daquele equipamento, Davi, que era pastor e não soldado, não conseguiu sequer andar. Sabiamente, o jovem preferiu abdicar das armas e armaduras tradicionais para usar o instrumento de ataque que ele manejava com mais destreza: a funda e as pedras que, em seu ofício de pastoreio, usava para proteger o rebanho de predadores como leões e ursos.

Golias era considerado invencível tanto pelos israelitas, quanto pelos filisteus, pois eles só concebiam a luta contra o gigante com o uso das armas convencionais. Portanto, só o venceria quem se igualasse a ele em força, qualidade da armadura e destreza no manuseio das armas ofensivas e defensivas tradicionais: lança, espada, couraça, elmo, armadura e escudo. Na ausência de alguém assim, ninguém o derrotava.

Davi, porém, teve outra concepção de luta. O caminho não seria disputar força com o inimigo no seu contexto de batalha, onde a derrota seria certa. No seu contexto, o gigante venceria tanto o mais destemido israelita que quisesse vingar sua nação dos insultos dos filisteus, quanto o mais piedoso crente em Javé, o que mostra que a lição maior da história não repousa apenas sobre um ato de coragem ou fé. Embora ambas não tenham faltado a Davi, não foi por elas que ele saiu vencedor. De maneira perspicaz, Davi deslocou a luta para um contexto de ação que neutralizou a superioridade da força e das armas do gigante e que lhe permitiu usar suas habilidades de pastor de forma eficaz.

Em um combate convencional, Davi seria derrotado por dois motivos. Primeiro porque o peso dos equipamentos de guerra, com os quais não estava acostumado, eliminaria toda sua mobilidade e capacidade de luta. Ao invés de ser um meio que facilitaria a vitória, a armadura e as armas tradicionais e equivalentes às que Golias usava anularia suas habilidades. Segundo, porque a destreza e força do inimigo no uso dessas armas eram superiores e jamais seriam igualadas por Davi, mesmo que ele se esforçasse o máximo e conseguisse suportar seu peso. Ou seja, além do inimigo ter a vantagem inicial, o combate convencional imobilizaria o jovem israelita e impediria seu progresso. Era, portanto, um contexto duplamente desvantajoso.

Assim, a única chance de vitória baseava-se em três ideias gerais: impedir a aproximação do inimigo para evitar o combate corpo a corpo, não permitir o prolongamento da luta e derrotar o inimigo à distância. Isso eliminaria a possibilidade de que o gigante usasse suas armas e sua força. Essas ideias gerais constituíram a estratégia de Davi. Para colocá-las em prática, a tática utilizada foi recusar as armas tradicionais, pois elas o colocavam em uma insuperável condição de inferioridade, e usar a funda, uma arma que ele conhecia e manejava muito bem.

Portanto, o que deu a vitória ao jovem pastor sobre aquele que consideravam invencível não foi apenas seu ímpeto, coragem e fé, mas a estratégia e a tática utilizadas. Davi foi ao encontro de Golias com sua roupa de pastor, um cajado, uma funda e as pedras no bornal. Sua arma era simples, mas além de ter peso suportável, tratava-se de um instrumento que ele sabia usar com destreza e que já demonstrara eficácia contra animais ferozes que ameaçavam os rebanhos que estavam sob seu cuidado. E o seu uso era fundamental para concretizar sua estratégia.

Por ser um texto bíblico, a vitória é, obviamente, interpretada como um sinal da predileção de Deus pelos israelitas. Mas, apesar disso, a vitória do jovem pastor sobre o gigante é narrada sem adicionar qualquer interferência divina ou sobrenatural na ação. Davi venceu Golias por ter sido capaz de neutralizar as forças e a ação do adversário e de potencializar a sua própria força com uma decisão sábia e fora do padrão tradicional das batalhas militares.

A luta dos explorados e oprimidos em todo o mundo, principalmente nos países periféricos, sempre foi a luta dos fracos contra gigantes poderosos e bem armados. A história registra vitórias e derrotas, mas, no geral, enfrentamos poderes que muitos julgam invencíveis e cuja dominação é planetária. Com que força eles dominam? Qual o seu contexto de batalha em que nós estamos sendo derrotados? Conseguiríamos derrotá-los em uma luta

"corpo a corpo" no contexto em que eles têm vantagem? Como poderíamos refletir sobre estratégias e táticas de lutas fundadas não apenas na coragem e vontade de lutar, mas na eficácia de nossa ação em relação às forças do gigante e nas armas que, mesmo não tendo o mesmo poder que as do inimigo, sabemos manejar com destreza?

O primeiro passo nessa reflexão é saber quem é o "Golias" que enfrentamos, quais são suas armas e seu contexto de luta e onde está fundada a vantagem que tem sobre nós.

2. O aspecto visível imediato da conjuntura

A conjuntura brasileira atual nos apresenta um quadro desesperador. Sob o aspecto visível imediato temos o seguinte cenário. Um parlamentar insignificante, que passou 27 anos na Câmara dos Deputados falando asneiras, destilando ódio e preconceito e representando ideias radicalmente contrárias a todos os avanços conquistados pela sociedade brasileira desde o fim da ditadura militar, tornou-se presidente da República em uma eleição que sucedeu um golpe de Estado – no estilo dos "golpes suaves", que têm caracterizado a nova estratégia de derrubada de governos utilizada pelas potências ocidentais.

Seu governo tem representado o que há de pior na sociedade e, embora caótico nos aspectos intelectual, ético, cultural, administrativo e político, tem sido bastante competente e eficaz (mais do que qualquer outro anterior) para tornar o país absolutamente submisso aos interesses do setor financeiro e da indústria de petróleo, à geopolítica estadunidense, à ganância de ruralistas, garimpeiros, madeireiros e outros destruidores da natureza, ao empresariado nacional de mentalidade escravocrata e à indústria de armamentos. Isso se dá porque enquanto o presidente, seus filhos e ministros protagonizam um teatro tragicômico na mídia e redes sociais, o governo real, mais discreto e pragmático, é exercido pelo ministro da economia Paulo Guedes, fiel servidor dos interesses dos setores capitalistas mais gananciosos e inescrupulosos.

Adicionalmente, revelou-se que as milícias que agem criminosamente no Rio de Janeiro – tendo recentemente se aliado ao narcotráfico – possuem íntimas relações com a família do presidente e têm sido beneficiadas há anos com a presença dos Bolsonaro na política. Suspeita-se, inclusive, da participação do clã Bolsonaro na morte da vereadora Marielle Franco. O lado mais violento, assassino e equipado do crime organizado conquistou agora presença no Poder Executivo Nacional.

O presidente e todo seu ministério, naquilo que falam e fazem, representam uma afronta constante aos valores republicanos, à ética da coisa pública, aos direitos humanos e das minorias, à ciência, à educação, aos princípios civilizatórios básicos e à própria racionalidade que, às duras penas e sem pleno sucesso, tentou-se imprimir na política desde o iluminismo europeu.

Surpreendentemente, o Parlamento e o Judiciário parecem ignorar que um presidente incapacitado, com relações íntimas com as milícias, com sintomas explícitos de sociopatia e inclinação ditatorial está no cargo destruindo a República e a democracia e dando a seus filhos um status de "família real". Embora com alguns recentes conflitos e rachas em sua base de sustentação no Congresso e em seu próprio partido, as coisas fluem como se estivéssemos em um período normal da política, abalado apenas por algumas diferenças de ideias, interesses, disputas partidárias, conflito de egos e coisas menores.

A mídia comporta-se de maneira ambígua. Enquanto a Rede Globo e o Grupo Folha (proprietário da Folha de São Paulo, portal UOL, dentre outros veículos) partem para um ataque pessoal contra o presidente, outras empresas de comunicação lhe dão a sustentação

necessária para impedir que a população perceba o fosso em que nos metemos. Mesmo a oposição da Globo e da Folha é derivada de conflitos momentâneos de interesses. As críticas só atingem o lado superficial do governo, permanecem no plano de uma guerra privada ocasional contra a pessoa do presidente e não ultrapassam algumas denúncias e chacotas. Já as medidas que entregam o Brasil à rapina dos rentistas, petrolíferas, ruralistas, garimpeiros e proprietários do capital, enquanto destroem o sistema público de previdência, aniquilam a capacidade de gestão do Estado sobre a sociedade e a economia, retiram todos os direitos dos trabalhadores e sacrificam a soberania nacional, são aplaudidas e defendidas pelos veículos das empresas dos Marinho e dos Frias. Apesar de muitos se sentirem satisfeitos com a oposição parcial desses veículos, não será por essa mídia que a população irá às ruas contra o atual governo, como foi no tempo dos governos petistas.

Esse, porém, é o aspecto visível imediato – e, mesmo assim, só o é para aqueles que têm um mínimo de consciência crítica com relação à conjuntura política. Mas o visível pode nos enganar. Se o problema for reduzido ao evento extraordinário de uma eleição de resultado ruim, que levou, por acidente, um protoditador desequilibrado ao poder, pode parecer que a solução está em uma próxima eleição presidencial em que o erro seja "corrigido" com a eleição de alguém melhor. O fenômeno do lulismo, ampliado com a libertação do ex-presidente Lula de seu cárcere injusto, pode contribuir com essa visão reducionista do problema e adiar as ações para 2022.

Ao pensarmos assim, não dimensionamos a força do gigante que temos de enfrentar e acabamos optando por lutar no contexto de batalha que o favorece e no qual estaremos sempre em desvantagem: o campo eleitoral e da ocupação do Estado. E seguiremos derrotados, pois esses campos nos sufocam e impedem nosso progresso em outro contexto de luta que nos seria mais favorável, onde poderíamos lutar com armas que realmente sabemos manejar. Precisamos, portanto, saber o que se encontra por trás do visível imediato e em que se fundamenta, realmente, a vantagem do inimigo. Analisar a conjuntura não é apenas descrever o visível, mas compreender, de forma sintética, quais fatores determinam o plano conjuntural. Esses fatores nem sempre estão conectados diretamente às notícias da conjuntura e, por isso, precisam ser resgatados nas análises.

3. Identificar o inimigo: que gigante enfrentamos?

O processo que culminou no golpe que precedeu as eleições presidenciais de 2018 é um dos fatores determinantes da conjuntura atual. Não se pode simplesmente ignorá-lo como algo passado e superado. Na verdade, o bolsonarismo foi um efeito colateral de todo o processo que culminou com a destituição da presidente Dilma e a total submissão do Brasil aos interesses do capital internacional e local.

Mas o golpe de 2016 também foi resultado particular de uma guerra de maior duração. Nessa guerra, novos armamentos e formas de batalha entraram em cena e novos terrenos se tornaram estratégicos para serem conquistados. O golpe só foi possível porque sua consecução envolveu o controle das instituições republicanas, da mídia e, principalmente, da subjetividade social. A ausência do uso da violência e a reação quase nula da sociedade comprovam o sucesso da investida do inimigo e a eficácia das estratégias atuais de dominação – que se revela também na passividade com que assistimos à destruição do país pelo governo Bolsonaro.

Os eventos de 2016 não podem ser analisados como lances isolados da política local passíveis de serem revertidos pelo investimento pesado nas próximas eleições, por meio de alianças amplas, candidaturas, campanhas bem estruturadas etc. As forças envolvidas na preparação e execução do golpe não são ingênuas e tampouco estão inclinadas a

aceitarem decisões democráticas ou resultados eleitorais. Quando colocamos a realidade brasileira no contexto da conjuntura latino-americana e mundial, vemos que há aspectos comuns mesmo dentro de particularidades, e um desses aspectos é a rejeição pesada, organizada e violenta a qualquer resultado da democracia formal que embargue os interesses do capital. Honduras, Paraguai, Venezuela, Bolívia e o próprio Brasil, apenas para citar os casos latino-americanos, nos mostram exatamente isso.

Portanto, o inimigo está além e é maior do que se pode enfrentar no terreno político institucional. Tampouco se trata de uma simples luta de classes entre patrões e empregados, que se trava nas relações de trabalho diretas e locais ou na disputa pelo Estado como território estratégico para a tomada de poder. Trata-se de uma guerra, iniciada há mais de 3 décadas, entre uma minoria da sociedade mundial, que conseguiu concentrar o maior volume de capital da história, e o restante da população do planeta – mesmo que a maioria desse restante não perceba que está, quer queira ou não, em um dos lados nessa guerra.

A hegemonia no campo do capital está nas mãos dos rentistas, bancos, empresas e pessoas que vivem apenas de fazer seu dinheiro gerar mais dinheiro, sem necessidade de investimentos em produção e emprego. Os mecanismos que criaram para fazer seu capital render o máximo e com riscos mínimos tornaram a economia complexa, caótica e dependente do endividamento e submissão dos Estados nacionais, mas são eles que permitem a maior acumulação e concentração de renda da história. Ladislau Dowbor chamou a atual fase do capitalismo de "era do capital improdutivo[1]" e Thomas Piketty revelou os meandros da acumulação irracional de renda, viabilizada pelo capitalismo mundial desregulamentado[2].

O dinheiro que se multiplica nas operações com títulos das dívidas públicas nacionais e que se beneficia da evasão fiscal e lavagem de dinheiro por meio de empresas off-shore em paraísos fiscais tem origem mista em ações legais (operações financeiras, comércio, produção e serviços) e ilegais (principalmente o tráfico de armas e drogas, falsificações, tráfico de pessoas, tráfico de vida selvagem, exploração da prostituição etc.)[3].

As legais exploram sem piedade seus trabalhadores e trabalhadoras, destroem o ecossistema para gerar produtos comercializáveis e massacram populações locais. Adicionalmente, não pagam os impostos que deveriam pagar por usarem a infraestrutura do país e pela responsabilidade social que lhes cabe, pois, além de se beneficiarem dos paraísos fiscais[4], pressionam os governos nacionais a limitarem a cobrança de impostos ao mínimo[5]. Os montantes estratosféricos advindos das atividades produtivas e de serviços não são reinvestidos em produção e salários, não retornam à sociedade por meio de impostos e nem contribuem com ações que possam preservar o ecossistema: vão direto para as contas de uma parcela irrisória da população para reproduzir-se de maneira improdutiva por meio de operações financeiras que endividam os cidadãos e os Estados.

As atividades lucrativas ilegais produzem centenas de milhares de mortes anuais relacionadas ao uso e tráfico de drogas, guerras civis e criminalidade alimentadas pelo tráfico de armas, entre outras coisas decorrentes de atividades clandestinas de alto risco. Mas seus lucros são "lavados" e se misturam aos legais no sistema de autorreprodução das fortunas pela via financeira[6].

Trata-se, portanto, de um dinheiro que, como disse Marx, "nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés[7]". Nas mãos dos agentes financeiros, esse dinheiro se mescla e se multiplica de forma assustadora, sem um correlato na produção de riqueza real[8]. Para sua reprodução, investem em títulos da dívida pública e controlam os Estados (pela intervenção na política) para que ofereçam juros vantajosos, aplicações livres de riscos e impostos, legislação favorável, fiscalização mínima e retorno garantido. Assim, criam

um dreno que suga os recursos dos estados-nacionais (por meio do endividamento interno e pagamento de juros) e acabam com as possibilidades de atendimento público às necessidades dos setores mais pobres e vulneráveis da sociedade. Os proprietários desse capital formam uma classe poderosíssima que têm em comum o interesse na manutenção do sistema econômico mundial que os alimenta. Para isso, precisam controlar a política de cada um dos países, definir as leis e interferir na gestão do orçamento público de acordo com suas metas.

Outro setor poderosíssimo, que também depende da submissão e da perda de soberania dos estados-nação, são os que enriquecem com a exploração e comércio de petróleo e gás. O setor movimenta centenas de bilhões de dólares por ano e as empresas petrolíferas lideram, abaixo dos bancos, seguradoras e setor automotivo, o ranking da revista Forbes das maiores e mais lucrativas empresas do mundo[9]. Seus lucros dependem fundamentalmente da disponibilidade das reservas a serem exploradas, da sua influência sobre a legislação fiscal e ambiental nos países que possuem esses recursos e da perda de soberania e controle dos estados-nacionais sobre suas riquezas minerais. Por isso, a intervenção na política local dos países produtores de petróleo e gás é absolutamente estratégica para esse setor, o que explica seu apoio a guerras, golpes de estado e a grupos de oposição a governos de esquerda ou nacionalistas em qualquer país onde haja reservas de petróleo e gás natural[10].

A necessidade que os setores hegemônicos do capitalismo mundial têm de controlar os estados-nacionais fez tomar força uma ideologia e um projeto mais radical do que o neoliberalismo que conhecemos desde a década de 80. Trata-se do "anarcocapitalismo", uma ideologia elaborada por Murray Rothbard a partir das ideias ultraliberais de Ludwig Von Mises, que demoniza o Estado e propõe a sua total destruição em nome do vale-tudo do mercado e da privatização de todas as esferas da vida social[11].

A pequena parcela que corresponde a 1% da população planetária e que concentra mais riqueza do que os 99% restantes é o Golias do capital que sai das fileiras do exército filisteu para amedrontar e desafiar qualquer um que queira questionar seu domínio. O capitalismo não se resume a ele (assim como Golias não era o único filisteu), mas, por ser mais forte e mais bem armado que todos os outros, é ele que desafia, amedronta e intimida os que ousam lutar contra o

sistema, mesmo aqueles que defendem um capitalismo "mais moderado" ou com maior presença do Estado. Sem enfrentar esse gigante jamais ganharemos a guerra.
Portanto, temos aí o nosso principal inimigo. Toda a conjuntura local, respeitando todas as particularidades e desafios próprios de cada país e de cada momento político, tem seu sentido vinculado ao domínio desse gigante e à sua necessidade de controlar e destruir os estados-nacionais, a fim de continuarem alimentando suas fortunas à custa do empobrecimento e morte dos seres humanos e da destruição da Mãe Terra. Precisamos, então, conhecer suas armas e estratégias para compreendermos as nossas derrotas e os caminhos possíveis para a vitória.

4. O bolsonarismo é um epifenômeno de um fenômeno maior

No caso brasileiro, a incapacidade de articulação, coerência e entendimento da realidade demonstrada pelo presidente eleito em 2018, ao mesmo tempo em que seu governo supera todos os outros na competência para a destruição do Estado e para fazer as reformas ultraliberais, mostra que não é ele o responsável pela conjuntura que estamos vivendo. Ele é consequência, refugo, efeito colateral de uma dominação que foge até à sua própria capacidade de entendimento e que pode perfeitamente descartá-lo sem que isso compro-

meta a hegemonia do capitalismo rentista e da indústria de petróleo e seu controle sobre o Estado.

As ações que sustentam a dominação atual vêm de longa data, conforme veremos adiante, mas receberam novas e potentes tecnologias auxiliares e foram intensificadas nas últimas décadas como parte da estratégia dos "golpes suaves" nos países latino-americanos. Elas foram fundamentais para que o golpe de 2016 fosse bem-sucedido no Brasil. Porém, como consequência, deixou-nos em um pântano político, ético e social.

Em resumo, a estratégia do golpe suave pressupõe a manipulação e o controle das consciências para criar um clima de oposição contra os governos que pretende derrubar[12]. No caso do Brasil, as políticas sociais dos governos petistas, sua ampla aprovação pela maioria da sociedade e o carisma pessoal do ex-presidente Lula impediam que a manipulação das notícias e a criminalização do PT se revertessem em prejuízos eleitorais para o partido e favorecessem um candidato da direita mais palatável aos setores hegemônicos do capital. Tiveram, então, que reforçar a dose do veneno aplicado às consciências, investindo contra tudo que pudesse se relacionar aos governos petistas. Nesse pacote entraram os direitos humanos e das minorias, as políticas sociais compensatórias e todas as bandeiras sociais, inclusive as que compunham o ideal liberal clássico. Alimentaram, assim, as ideias fascistas e o ódio social a tudo que pudesse ser relacionado à esquerda, mesmo às ideias e valores que pertencem à própria modernidade e que foram defendidas por pensadores e líderes liberais[13].

A dose excessiva do veneno, potencializada com o uso inteligente e planejado das mídias digitais para a formação do inconsciente coletivo, embora tenha possibilitado a destituição da presidente Dilma sem reações da sociedade, não se reverteu em intenção de votos favoráveis à direita tradicional, mas resultou no crescimento do fundamentalismo, intolerância, obscurantismo e fascismo na criação de uma nova extrema-direita nacional. Tratava-se, no entanto, de um espírito difuso, não conectado a uma liderança política carismática (como Hitler ou Mussolini na Europa) ou a um movimento organizado (como o Partido Nacional-Socialista alemão ou o Partido Nacional Fascista italiano). Na falta de uma liderança política ou partido que canalizassem esse espírito em um movimento coeso, apareceu a figura de Bolsonaro, como uma espécie de boneco de Judas às avessas (pois, ao invés de malhado foi exaltado) para fazer esse papel. O PSL e sua legião de políticos esdrúxulos surfaram na mesma onda e fizeram a segunda maior bancada da Câmara dos Deputados Federais.

Sem opções melhores na política, visto que nenhum outro candidato conseguia fazer frente à popularidade de Lula (que, mesmo preso, era o maior cabo eleitoral das eleições de 2018), os setores hegemônicos do capitalismo decidiram apostar no que tinham à disposição e sustentaram a eleição de Bolsonaro, conseguindo emplacar Paulo Guedes no controle da economia.

Hoje, enquanto o atual presidente faz o papel de um bufão com humor de mau gosto e ensaia a organização de um movimento protofascista com seu novo partido (Aliança Pelo Brasil), o Golias do capital abocanha o país por meio do ministro da economia e de um Parlamento cuja maioria ou é submissa aos mesmos interesses ou não tem competência para debater os problemas nacionais e suas soluções. O resultado disso é a aprovação de todas as medidas de ajuste fiscal, destruição do Estado, aniquilação da previdência pública, supressão de direitos dos trabalhadores, entrega das reservas do pré-sal, privatizações, ataque ao serviço público, perdão de dívidas bilionárias, isenções fiscais vultosas, segurança de não se taxar as grandes fortunas, taxação da pobreza, afrouxamento das leis e fiscalização ambientais, restrição do orçamento e desvinculação de receitas para manter o sistema de transferência de recursos públicos para o sistema financeiro.

Para os donos do capital, o resultado das eleições foi positivo. Para o restante da população, além dos prejuízos econômicos, a investida resultou no crime organizado no poder, na possibilidade de formação de uma ditadura com ares fascistas e no aumento dos casos de violência por intolerância e preconceito cometidos pela polícia e os autointitulados "cidadãos de bem". Enfim, os instrumentos de repressão – Forças Armadas, Polícias militar e civís – e a impunidade à violência contra as populações de periferia configuram-se como uma política de terrorismo preventivo de Estado.

Nesse quadro, precisamos entender que, mesmo diante de um aparente caos, há fatores estruturais que determinam a realidade presente e que permanecem independentemente da conjuntura político-eleitoral. Esse é o principal inimigo que temos que identificar e cujas armas precisamos conhecer para pensarmos nossa estratégia. A figura tosca do atual presidente da República, seus filhos sociopatas, seus ministros caricatos e obscurantistas e a bizarrice dos parlamentares (principalmente os do PSL) são fenômenos graves e dolorosos, mas passageiros. Isso não significa que não devam ser enfrentados, pois sua presença no poder traz consequências terríveis para a sociedade, tanto no plano das medidas concretas adotadas, quanto no plano dos valores e ações sociais. Preconceito, ódio, violência, intolerância, racismo e fundamentalismo religioso se fortalecem e se convertem em ações quando seus expoentes ocupam os poderes estatais. Por isso, a luta contra o atual governo e os parlamentares que o sustentam é fundamental. Mas não são eles o "Golias" a ser derrotado.

5. Para além do visível imediato da conjuntura

Uma pergunta recorrente que tem sido feita pelas organizações populares, partidos de esquerda, movimentos identitários e setores progressistas das igrejas é "como chegamos a esse ponto no Brasil?". Parece-me, porém, que na maioria das vezes a indagação está dirigida especificamente ao fenômeno do bolsonarismo. Mas, analisando o quadro latino-americano, a pergunta deve ser formulada de forma ligeiramente diferente: "o que está por trás do bolsonarismo e do avanço da extrema direita que hoje se mescla com o fundamentalismo religioso cristão, não só no Brasil, mas em outros países da América Latina?"

O setor hegemônico do capitalismo do século XXI, embora já em crescimento na década de 1970, começou a ganhar suas configurações atuais a partir de meados década de 1980. Seu domínio foi pensado no contexto de um mundo em processo de globalização econômica que exigia uma geopolítica diferente da que marcou o período da Guerra Fria. No final daquela década, a destruição do bloco socialista já era uma realidade irreversível e o mundo experimentava o triunfo da economia de mercado[14]. As novas tecnologias de produção, informatização e comunicação possibilitaram um sistema integrado de economia que tendia à financeirização, seguindo o movimento cíclico do capitalismo descrito por Arrighi, no qual o capitalismo especulativo supera o produtivo após um período em que a acumulação e expansão materiais da economia chegam a seu limite[15]. As grandes corporações econômicas transnacionais, que determinavam a política dos países que compunham a tríade dominante no mundo em fase avançada de globalização (EUA, União Europeia e Japão), apressavam-se para reconfigurar as relações geopolíticas e constituir um novo sistema de dominação sobre as economias dos países do Sul. Foi o período do Consenso de Washington, que, em 1989, escreveu e impôs a cartilha econômica a ser seguida pelas economias dependentes.

A ideologia predominante nesse período foi o neoliberalismo, que propagava a perfeição do mercado e a redução do Estado ao mínimo de intervenção na sociedade, reduzida à definição da política econômica que atendesse às demandas do mercado e à ação para minimizar os conflitos sociais decorrentes da crescente desigualdade que podia ameaçar a fluidez da engrenagem econômica[16].

Na América Latina, a liderança dos EUA precisava ser remodelada e as ameaças à sua supremacia deveriam ser debeladas de forma eficaz. O Governo de Ronald Reagan (1981-1989) consolidou a nova política, iniciada na década anterior, na qual o poder mundial foi transferido, de forma definitiva, da arena política para o campo das corporações e suas entidades representativas. Isso não significa que a esfera econômica transnacional tenha parado de depender do poder político dos estados-nação para impor seus interesses sobre o mundo, mas sim que o lócus das decisões que direcionariam a ação dos Estados havia sido transferido totalmente da esfera interestatal para a esfera das corporações privadas transnacionais[17].

Foi nesse contexto que a CIA realizou, nos anos 1980, as reuniões na cidade de Santa Fé, Novo México, nas quais se elaboravam as estratégias de ação dos governos estadunidenses para a manutenção de seu domínio sobre a América Latina. As conclusões dessas reuniões foram publicadas com o nome de "Documentos de Santa Fé". As análises estratégicas contidas nesses documentos são extremamente esclarecedoras para a compreensão de como a dominação foi pensada em uma perspectiva de longo prazo e de um império permanente. O texto apresenta a proposta de deslocamento do foco de atuação da intervenção estadunidense nos países latino-americanos da esfera eleitoral para a conquista da sociedade civil, por meio da formação de uma subjetividade social adequada aos seus propósitos.

O Documento de Santa Fé II, de 1988[18], oferece-nos uma lição de pensamento estratégico e revela as ações de médio e longo prazos pensadas pelos estrategistas políticos estadunidenses para garantir e perpetuar o domínio sobre a América Latina. Sem conhecer esses movimentos do inimigo, as armas que decidiu utilizar e o contexto de batalha no qual que ele optou por se mover, dificilmente poderemos pensar, também estrategicamente, as contra-ações necessárias e os passos para se derrotá-lo[19].
Os autores do Documento de Santa Fé II foram o cientista político L. Francis Bouchey, à época presidente do Conselho de Segurança Interamericana (CSI), uma extinta entidade da direita estadunidense surgida da Liga Mundial Anticomunista e que se tornou a principal conselheira e influenciadora dos governos Reagan e George Bush pai[20]; Roger W. Fontaine, escritor e jornalista de direita, especialista em relações internacionais e em estudos sobre América Latina, ex-consultor da CSI e da missão dos EUA na OEA; David C. Jordan, diplomata, professor universitário especialista em estudos sobre América Latina e ex-embaixador dos EUA no Peru; e o tenente-general Gordon Summer Jr., graduado em ciências políticas, ex-embaixador dos EUA para a América Latina e ex-secretário de estado de Reagan. Ou seja, eram todos figuras chaves da diplomacia estadunidense.

As ideias contidas no documento definiram as relações internacionais dos EUA para a América Latina nas décadas posteriores. A intenção declarada dos autores pode ser encontrada na conclusão:

Os EUA e o sistema interamericano se deparam com tremendos problemas na América Latina. [...] Santa Fé II é uma estratégia para o ataque a esses problemas e para a promoção de democracia, liberdade e oportunidade econômica através da região numa tomada de posição, ao invés de uma mera postura de resposta (p. 29).

Ou seja, os EUA deveriam assumir uma postura proativa para assegurar seu controle sobre o continente, por meio de uma estratégia mais eficaz e, ao mesmo tempo, mais sutil e de longo prazo, como veremos adiante. Sua orientação ideológica neoliberal não foi escondida, conforme o documento deixa explícito:

O Documento de Santa Fé II dá atenção particular à economia [...] Estatização, gigantismo do aparato burocrático e nacionalizações são desaprovados, enquanto a formação de um mercado de capital nacional, a remoção do controle governamental na economia e a privatização das companhias estatais são encorajadas (p. 29-30).

Os autores ainda falam na "da defesa dos méritos da empresa privada, em oposição ao capitalismo estatal" como algo a ser promovido pelo governo dos EUA em nossos países. Nota-se aí que não se trata mais de uma guerra entre países e sim de uma guerra movida pelos interesses das corporações econômicas que controlavam a política estadunidense contra a soberania de nossas nações.

Porém, ao invés de investir apenas na eleição de políticos afinados com seus interesses, os estrategistas de Santa Fé percebiam a necessidade de ir além da interferência no processo eleitoral. De forma perspicaz, como convém ao pensamento estratégico, eles entenderam que havia outro campo de batalha em que precisavam lutar para seguirem vitoriosos: o campo subjetivo. Perceberam que seus inimigos – as forças emancipatórias latino-americanas que cresciam nas organizações de base dos movimentos sociais, na formação de um campo intelectual crítico, no trabalho de conscientização política da população e dos formadores de opinião e na ação das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica – estavam avançando nesse terreno estratégico e os EUA precisavam dar uma resposta:

O problema subjacente é um problema cultural: a luta sobre qual é a natureza do melhor regime. A questão, portanto, não são só as formas e processos eleitorais. A atenção dada aos processos eleitorais desvia a atenção de outros requisitos essenciais para a democracia[21]. Há uma tendência dos defensores da democracia, nos EUA, a defender eleições, esquecendo outras questões fundamentais (p. 7).

Por isso, o documento pretendia oferecer uma estratégia que vá além de apenas garantir um sistema eleitoral, e, se isso for seguido pela próxima administração[22], poderá trazer estabilidade para as hoje estremecidas e instáveis situações políticas dos países da América Latina. Especificamente, isso significa dar apoio às organizações independentes dentro das sociedades latino-americanas, educar o povo, e lutar contra o marxismo e outras forças políticas e culturais estatizantes (pg. 29).

Havia, portanto, uma ação na América Latina que ameaçava seriamente o domínio do capitalismo e da hegemonia estadunidense. Tratava-se de uma ação tão eficaz que foi reconhecida pelos melhores estrategistas dos EUA e mereceu uma reação organizada e pesada para anular sua força. E que ação era essa? Aqui se situa a parte central do documento que nos oferece um duplo esclarecimento: primeiro, sobre que tipo de ação se constituía em ameaça real para os propósitos do capital (e não era o avanço das esquerdas nas eleições...); segundo, nos faz entender os rumos que nossa sociedade tomou nas décadas que sucederam à elaboração do documento. Note-se que eles se referem a "educar o povo" e lutar contra "o marxismo e outras forças políticas e culturais" que viam como ameaça.

Após uma breve exposição sobre o que interpretam do pensamento gramsciano, os autores do documento afirmam:

Os métodos marxistas e os intelectuais marxistas poderiam realizar [a mudança do regime] dominando a cultura da nação, processo que requeria uma forte influência na religião, nas escolas, nos meios de comunicação de massa, e nas universidades. Para os teóricos marxistas, o método mais eficaz para criar um regime estatista num ambiente democrático era através da conquista da cultura da nação [...].

É nesse sentido que a Teologia da Libertação deve ser entendida: ela é uma doutrina política disfarçada de crença religiosa, tendo a característica de ser contra o papa e a livre-empresa, com objetivo de enfraquecer a independência da sociedade frente ao controle do Estado. [...] Assim, vemos que a inovação da doutrina marxista se insere em um fenômeno cultural e religioso de longa duração.

O ataque não é dirigido apenas a um ou dois componentes da cultura. Ele é eficaz porque dirigido a uma frente ampla que procura redefinir o todo da cultura numa nova terminologia;assim como o catolicismo é redefinido pelos teólogos da libertação, a arte é transformada, os livros são reinterpretados, os currículos são retificados. A investida da penetração cultural na América Latina é seguida pelos teóricos marxistas que são educadores em escolas e universidades.

A ascendência da esquerda sobre grande parte dos meios de comunicação de massa na América Latina também deve ser entendida nesse contexto. Nenhuma eleição democrática pode mudar a caminhada contínua na direção do regime estatista se a "indústria de criar consciência" está nas mãos de intelectuais estatistas. Os meios de comunicação de massa, as igrejas e as escolas continuarão a transformar as formas democráticas em estatismo, se os EUA e os recém estabelecidos governos democráticos não encararem isto como uma luta de regime. A cultura social e o regime têm de ser moldados para proteger a sociedade democrática (p. 10).

Essa parte é extremamente esclarecedora. Os autores do documento identificaram no crescente trabalho de formação e organização das bases populares, na religião libertadora e no crescimento da consciência crítica no meio acadêmico uma ameaça real e definiram o seu contexto de batalha como "conflito de baixa intensidade":

Muitos dos regimes latino-americanos estão se deparando com o que foi identificado por Washington como conflito de baixa intensidade (LIC). O termo é usado para descrever uma forma de combate que inclui operações psicológicas, desinformação, contrainformação, terrorismo e subversão cultural e religiosa (p. 18).

Consequentemente, deveriam deslocar sua ação para esse novo contexto, no qual, a julgar pela sua análise, as forças emancipatórias estavam em vantagem. Ao contrário do Golias filisteu, o gigante do capital havia antecipado o poder da funda de Davi e tomou providências para não ser atingido mortalmente na testa por uma pedrada certeira.

Diferentemente das análises academicistas, cujo interesse é apenas a narrativa e interpretação da situação, a análise estratégica procura conhecer a realidade para guiar a ação futura. O que é dito na teoria é uma chave para se compreender a prática que a sucedeu. Consequentemente, a identificação do problema pelos estrategistas de Santa Fé foi seguida de um pacote de propostas táticas que foram implementadas pelos governos estadunidenses posteriores. Dentre as muitas propostas apresentadas no documento, duas merecem destaque:

O desenvolvimento da política cultural é básico para a sustentação, pelos EUA, do esforço latino-americano para desenvolver a cultura democrática. O esforço gramsciano para minar e destruir a tradição democrática através de subversão ou corrupção das instituições que dão corpo e mantêm aquela tradição deve ser combatido. Fortalecer o orçamento da USIA, tendo esse problema em vista, deve ser a principal prioridade. A USIA é a nossa agência para a guerra cultural (p. 1223).

As instituições públicas e privadas americanas devem envolver-se na educação dos meios

de comunicação e dos líderes comunitários sobre a natureza da estratégia de conflito do marxismo-leninismo, adaptado pelos nacionalistas aos desafios do subdesenvolvimento. O casamento entre comunismo e nacionalismo na América Latina acarreta o maior perigo tanto para a região quanto para os interesses americanos (p. 19).

A partir da década de 90, iniciada dois anos após a redação do Documento de Santa Fé II, vimos crescer no Brasil o neopentecostalismo de origem estadunidense, tanto por meio da multiplicação e fortalecimento de igrejas evangélicas, quanto pelo crescimento de movimentos espiritualistas da Igreja Católica. Todos receberam aportes financeiros e midiáticos para seu crescimento e divulgação. Nessa época, tomaram força, além das igrejas evangélicas neopentecostais, a Renovação Carismática Católica, a Canção Nova e outros movimentos espiritualistas católicos, com amplo apoio da mídia corporativa – que fez, inclusive, os "padres cantores" adquirirem status de celebridades pop. Hoje, lidamos com o crescimento vertiginoso do fundamentalismo cristão evangélico nas periferias e com movimentos cismáticos de oposição ao papa Francisco dentro da Igreja Católica por seu pontificado mais aberto a um cristianismo libertador. O crescimento do fundamentalismo religioso e o apoio dos neopentecostais (evangélicos e católicos) à extrema direita e às ideias ultraliberais não podem ser interpretados apenas sob a luz de fatores sociopsicológicos: foram também resultados de uma ação planejada.

Em outro campo, nas universidades, o marxismo e o pensamento vinculado à tradição crítico-emancipatória foi perdendo espaço rapidamente para as teorias pós-modernas[24]. O pensamento crítico, com inspiração marxista e ampliado pelas reflexões das teorias emancipatórias latino-americanas (teologia da libertação, pedagogia do oprimido, pedagogia histórico-crítica, filosofia da libertação, etc.) viu seu espaço ocupado pelo relativismo pós-moderno e os autodenominados "estudos pós-críticos", que reivindicam a superação das teorias emancipatórias "contaminadas" pelo "paradigma da modernidade", em nome de um relativismo acrítico, da descrença em qualquer transformação estrutural e global da sociedade e da redução da emancipação a questões de ordem subjetiva e cultural[25]. Também essa "mudança de paradigma" não pode ser compreendida apenas como fruto da desilusão de intelectuais com o paradigma crítico-emancipatório. Essas teorias viriam, mais tarde, a embasar alguns novos movimentos identitaristas, para os quais as causas relacionadas às minorias (mulheres, negros, etnias oprimidas, LGBTs) – que passaram a fazer parte das pautas de movimentos emancipatórios críticos por força da luta dos movimentos feministas e negros de esquerda – poderiam (e para alguns até deveriam) desvincular-se da luta pela transformação das bases econômicas da sociedade e abrir mão da solidariedade de classe entre as vítimas de opressão – o que gerou divisões e conflitos dentro dos próprios movimentos sociais e grupos emancipatórios[26].

No interior do que muitos hoje chamam de "as novas formas de luta", há grupos e formas de abordagem das temáticas que devem ser vistos com precaução e boa dose de suspeita, principalmente quando são apoiadas e financiadas com recursos de bancos internacionais e entidades como a Open Society (pertencente ao megainvestidor George Soros) e fundações como a Ford, Rockefeller, Bill & Melina Gates e outras. Com o avanço das pautas identitárias e a sua vinculação com as propostas de transformação social e grupos de esquerda, a iniciativa privada, atendendo ao chamado do Documento de Santa Fé II[27], percebeu que não poderia contar apenas com o dinheiro estatal para ganhar a guerra cultural nesse campo e decidiu aportar também parte de seus bilhões para ONGs, sites e grupos identitaristas, desde que não tivessem relações com a esquerda tradicional (de preferência que a criticassem), com ideias marxistas ou com a crítica radical à economia capitalista[28].

Essa ação do inimigo provocou uma grande confusão no campo da esquerda, principalmente entre os mais jovens, pois lidou com questões caras à ação emancipatória que

começaram a ganhar força na década de 90. Os movimentos feministas, negros e, mais recentemente, LGBTs, expuseram o fato de que o patriarcado, o racismo e questões relacionadas a gênero são elementos culturais que precisam ser transformados e que não tiveram prioridade e atenção nas lutas políticas até os anos 1980. As elaborações teóricas críticas nesses campos propõem que patriarcado e racismo são conceitos gerais que se encarnam historicamente em uma realidade determinada por um sistema econômico e ganham concreticidade na configuração de classes que esse sistema determina. Não se pode compreender o capitalismo nos países periféricos sem a escravização do negro nas Américas, o racismo, o etnocentrismo, a questão indígena e o papel destinado à mulher na dinâmica da exploração. E vice-versa: a situação dos que são vítimas desse tipo de opressão, embora envolva elementos culturais e subjetivos que ultrapassem a questão econômica, recebeu uma determinada configuração em consequência da maneira como o sistema a utilizou em benefício da exploração econômica.

Os movimentos negros e feministas existem há décadas e há uma ampla elaboração teórica em várias áreas das ciências humano-sociais fundada na perspectiva de raça, gênero e etnia. A maioria desses movimentos, na história, tem suas origens entrelaçadas com a luta socialista e anticapitalista e são resultados da percepção de que há opressões específicas no interior da classe trabalhadora, que diferenciam a exploração entre os próprios dominados e que precisam ser tratadas por lutas específicas, sem renunciar à compreensão da necessidade de superação do sistema.

Dentro da heterogeneidade que hoje caracteriza os diversos movimentos, situam-se certos grupos identitaristas, muitos apoiados por fundações estrangeiras e com ampla visibilidade midiática e editorial, que abandonaram a reflexão sobre o patriarcado e o racismo conectada ao sistema. Tornaram-nos temas genéricos e conceitos que existem por si sós, independentes das configurações materiais da sociedade, conforme convém às teorias pós-marxistas. Como resultado, para essa visão, o machismo e o racismo passam a ser problemas apenas dos "homens" e dos "brancos" individualizados e compreendidos indistintamente. Estes passam a ser os inimigos e não a cultura que os reproduzem e o sistema que os envolvem em sua lógica. Visto dessa forma, não se percebe, inclusive, que o próprio sistema se tem apropriado desses temas a seu favor, pois é capaz de, estrategicamente, adaptar-se às novas necessidades da dominação. Os donos do capital perceberam que podem também influenciar a formação da subjetividade social nesse campo e ganhar mulheres, negros, indígenas e população LGBT para seu ideal ultraliberal e apresentá-lo como solução também para seus problemas.

O problema surge quando a concepção liberal dos temas identitários, talvez pela sua ampla difusão pela mídia, sites, livros etc. (possibilitada pelo aporte financeiro das fundações citadas) se confunde, muitas vezes, com as próprias pautas. Daí decorre, por um lado, que muitos acabem pensando que a adesão à luta pelas causas identitárias significa necessariamente a defesa incondicional de qualquer ideia relacionada a elas e, por outro, que quaisquer críticas a certas ideias (e não às pautas) sejam rebatidas como se fossem dirigidas às causas identitárias em si mesmas[29]. Com isso, criam-se fissuras e divisões dentro dos movimentos emancipatórios, que são multigenéricos e multirraciais.

A dificuldade de se lidar com essa questão nasce da incapacidade de se fazer distinção entre, de um lado, a pertinência das causas e o valor histórico dos movimentos identitários (tanto os mais antigos quanto os que se organizam sob novas formas e expressões) e, de outro, a penetração invisível do ideário liberal e pós-moderno que tem dominado alguns grupos. A crítica a uma forma de se conceber a luta (principalmente quando feita por homens brancos) pode ser facilmente confundida com a postura branca e masculina dominadora. Porém, não se trata de fazer qualquer questionamento à importância dos

temas identitários ou dos grupos que os têm como eixo, mas de questionar uma maneira específica de se tratar a questão – questionamento, ademais, feito no interior dos próprios movimentos[30]. Enquanto essas questões permanecerem um "tabu" e motivos de divisões na esquerda, os estrategistas do sistema comemorarão a eficácia de sua ação.

Em síntese, a estratégia definida pelo "quartel-general" dos filisteus no limiar da década de 1990 previa duas frentes: avançar no território estratégico que, segundo eles, estava dominado pelo inimigo e, ao mesmo tempo, aniquilar as defesas do adversário destruindo suas armas e gerando divisões entre seu exército (na linha do "dividir para conquistar", um dos mais antigos e eficazes princípios estratégicos).

As recentes tecnologias de informação digital e o uso das redes sociais de forma cientificamente planejada em vista de fins bem definidos potencializaram ao máximo essa estratégia do Golias do capital. Sua força tornou-se assustadora na tomada do território estratégico da consciência social, gerando irracionalismo, fundamentalismo, visões distorcidas e invertidas da realidade, crescimento da intolerância e do espírito fascista. Mas não podemos pensar essas tecnologias sem entender os objetivos para os quais são utilizadas. Caso contrário, tenderemos a interpretá-las como se elas, por si mesmas, fossem a nova forma de dominação e, consequentemente, não entenderemos seu verdadeiro papel nessa guerra.

6. Davi largou a funda...

Por outro lado, ao mesmo tempo em que o sistema colocava em marcha suas ações planejadas de conquista da subjetividade social, a esquerda , os movimentos sociais e mesmo os setores progressistas das igrejas[31], descuidadamente e carente de percepção estratégica, abandonaram gradativamente o território estratégico que ocupavam, não construíram defesas e deixaram o campo aberto para a penetração do inimigo. Coincidiu que, na mesma década de 1990, a priorização da disputa eleitoral e da gestão dos espaços de poder conquistados passou a absorver todas as energias dos partidos e movimentos emancipatórios.

O resultado não poderia ser outro. Quando abandonamos um território estratégico sem deixar defesas sólidas construídas, é quase um convite para a invasão do inimigo. A maioria dos que lutavam pela transformação do sistema passaram a preencher todo seu tempo e canalizar todas as energias nas eleições e ocupação do poder institucional e deixaram de lado o trabalho de educação popular, organização das bases, estudo e produção teórica crítica sobre a realidade. A consciência social, deixada ao sabor da mídia corporativa e das redes sociais, foi conquistada pelos que queriam a manutenção da ordem e o estabelecimento do mercado como único princípio definidor das relações entre os seres humanos e destes com a natureza. O campo que os estrategistas de Santa Fé viam como obstáculo para seus objetivos se converteu em ameaça para nossos propósitos.

Hoje, como consequência, vemos esse território subjetivo dominado por ideias ultraconservadoras, protofascistas e pelo fundamentalismo religioso e totalmente suscetível aos ataques psicológicos e informacionais da mídia corporativa e dos meios digitais. A ameaça que movimentos sociais e governos de esquerda, centro-esquerda e nacionalistas podem representar para os interesses do Golias do capital pode ser facilmente debelada com a manipulação da sociedade civil. O controle desse campo pode se converter em votos ou mobilizações que favoreçam os políticos e movimentos de direita, facilitando golpes (suaves ou militares) ou eleições que mudem os rumos da política e da economia dos países para submetê-los às exigências do mercado.

Depois de várias décadas de influência planejada na sociedade civil, para a qual se destinou vultosos recursos, não é de se admirar que parte significativa da população venha a apoiar alternativas de direita ou extrema-direita, que atualmente se mesclam com o fundamentalismo religioso neopentecostal. Os casos brasileiro e boliviano recentes mostram apenas a que ponto pode chegar a intensificação dessa estratégia. Bolsonaro e Jeanine Áñez são apenas resultados visíveis (talvez não previsíveis para o sistema, mas, de qualquer forma, aceitáveis) de uma estratégia de longo prazo que a esquerda não percebeu.

I. COMO RETOMAR A FUNDA?

Na ânsia de respostas sobre as causas da tragédia política do Brasil, tem sido comum a busca pela autocrítica e correção de erros passados cometidos pelos partidos de esquerda, movimentos sociais, igrejas progressistas e intelectuais críticos. É certo que conhecer os erros e procurar corrigi-los é atitude fundamental para todos que querem avançar de forma mais eficaz. Porém, pode haver exageros e equívocos quando se faz a autocrítica isolada da análise estratégica. Nunca podemos esquecer que estamos em luta contra um inimigo e que nem tudo o que acontece tem apenas causas endógenas. Ou seja, nem tudo é produto de erros internos ou de ações equivocadas, pois, ao mesmo tempo em que nos movimentamos e agimos, há um inimigo muito competente e poderoso atuando no sentido contrário e buscando anular a efetividade de nossas ações. Nem tudo o que fizemos, mesmo que tenhamos sido derrotados, pode ser descartado como erro.

Pensar estrategicamente exige a análise dos movimentos do adversário, a fim de se pensar as contra-ações que visem proteger nossa tática das tentativas de anulação perpetradas pelo inimigo, suprimir seus efeitos, corrigir equívocos e reforçar acertos. Não se trata de buscar, sempre, um recomeço do zero diante de cada batalha perdida.

Uma pequena metáfora nos ajuda a entender isso melhor. Imaginemos que nossa missão seja montar um castelo com cartas de baralho. Planejamos empilhá-las cuidadosamente, de maneira que se equilibrem e se sustentem. Na metade do trabalho, um inimigo, para evitar que atinjamos o objetivo, liga um ventilador a uma certa distância, fazendo com que o vento impossibilite o equilíbrio das cartas. O que devemos fazer?
Primeiro, precisamos avaliar a situação que provocou o fracasso de nossa empreitada. Se a avaliação for guiada pela ideia de que tudo o que ocorre é fruto apenas de decisões e ações equivocadas de nossa parte, sem considerar a ação contrária do inimigo, pode-se chegar à conclusão de que o problema está apenas na maneira que escolhemos para construir o castelo. Pode resultar daí o abandono da ação de empilhar e equilibrar as cartas, seguida da tentativa de se pensar maneiras totalmente diferentes de se atingir o objetivo. As críticas e a rejeição à maneira "tradicional" de se montar o castelo, nesse caso, poderão dar o tom de nossos discursos e reflexões teóricas e, a seguir, surgirão centenas de ideias sobre a necessidade de "novas formas" de ação – a maior parte delas, senão todas, carentes de apontamentos práticos para o que seriam essas novas formas.

Se é um erro obtuso continuar na tentativa de montar o castelo de cartas da mesma forma sem considerar o ventilador colocado pelo inimigo, é igualmente errado acreditar que apenas uma nova forma de se montá-lo poderá solucionar o problema do vento nas cartas.

O correto, nesse exemplo, seria: a) tentar desligar o ventilador do inimigo ou, caso não seja possível ou não tenhamos forças suficientes para tanto, b) criar uma barreira de proteção para que o vento não atinja as cartas. Caso a montagem tradicional do castelo tenha dado resultados favoráveis em outras ocasiões (sem o ventilador) e nada indique que ela seja ineficaz, o esforço deve se concentrar na anulação da tática do inimigo e não necessa-

riamente no abandono da forma de se fazer o que já foi feito. Claro que se pode pensar em alternativas que aprimorarem o modo de montagem, mas abandonar uma ação que se mostrou correta em diversas ocasiões, sem considerar as ações do inimigo em sentido contrário, é um erro profundo.

Portanto, qualquer autocrítica deve evitar converter-se em lamentação catártica, rejeição em bloco do passado disfarçada de "abertura para o novo" ou exercício livre, muitas vezes inconsequente, de teorização sobre "novidades redentoras" e "novos paradigmas". A necessidade de uma contra-ação do inimigo a uma ação estratégica nossa revela, na verdade, o acerto e a eficácia da ação executada. Pois, caso ela fosse ineficaz, bastaria a ele deixá-la ocorrer, sem necessidade de envidar tantos esforços para anulá-la. Para usar uma terminologia do pugilismo, se foi aí que ele sentiu o golpe, é aí que devemos golpear com mais intensidade.

Essa é uma importante chave de leitura da realidade quando se considera que estamos em uma disputa contra um inimigo inteligente, poderoso e que age constantemente. Ela nos ajuda, inclusive, a nos conhecer melhor, renovar as ações, abrirmo-nos para novidades, incorporar conhecimentos e recursos que não existiam no passado, mas também a evitar "modismos discursivos". Como nos movemos no terreno dos projetos, é muito fácil cairmos na tentação do "melhor discurso" no lugar da "melhor estratégia" – e o anúncio do "novo" sempre contribui para a estética discursiva. Porém, para citar uma frase de Pedro Ribeiro de Oliveira: "nem tudo que é bom é novo e nem tudo que é novo é bom".

O que, para nós, poderia ser comparado à "funda de Davi" foi aquilo que provocou o medo e a reação do Golias: a conquista gradual e permanente do território estratégico da subjetividade social. A pedra ia na direção certa rumo à testa do gigante, até que ele a interceptasse. Portanto, a questão estratégica central é: como retomar o território perdido? Se aceitamos a centralidade desse objetivo estratégico, todas demais ideias e propostas devem ser pensadas nessa direção.

Antes de apresentar algumas proposições para debate e crítica – o que será feito em 5 pontos a seguir –, precisamos ser realistas e ter consciência de que não são possíveis ações de curto prazo que se contraponham aos efeitos de uma estratégia de longo prazo bem executada. Estamos em um momento que exige o abandono do imediatismo (sem largar o esforço de ações que minimizem os efeitos do problema) e a retomada da paciência histórica. Por mais dura e triste que seja a realidade, o desespero e a ação imediatista não contribuem para a busca de soluções adequadas. A história teve momentos piores.

A mística e o cultivo da utopia são elementos imprescindíveis para a formação da consciência histórica e de ação de longo prazo, como nos mostram os movimentos emancipatórios surgidos na América Latina inspirados na Teologia da Libertação e a formação de um campo evangélico crítico pela Teologia da Missão Integral. A versão secular da mística transformadora tem sido sempre trabalhada por movimentos como o MST. Seja pela mística religiosa e a utopia de um Reino de Deus, seja pela mística secular e a utopia do socialismo, o reforço desse plano é pré-condição para a elaboração e aceitação de estratégias não imediatistas.

Mas, como vimos, não foram apenas o ímpeto e a fé de Davi que o fizeram vencedor, embora sem eles Davi não se teria lançado ao desafio. Por isso, precisamos pensar objetivos estratégicos que se transformem em ações. Consciente da complexidade da tarefa, deixo algumas modestas sugestões, para críticas, aperfeiçoamentos ou contestações. É preciso, ao menos, começar por algum lugar.

1) Deslocar-se do contexto de batalha no qual o gigante é mais forte.

Já foi demonstrado pela história recente do Ocidente que a disputa eleitoral na limitada democracia capitalista favorece a quem tem dinheiro e o controle da mídia. Consequentemente, o poder dos parlamentos, que deliberam por maioria, é sempre dos que possuem o poder econômico. Parlamentares de esquerda fazem a diferença, pelas denúncias, projetos apresentados, interlocução com a sociedade civil etc., mas, por serem minoria, não conseguem ter, de fato, poder de definir a ação legislativa. Sem desconhecer os avanços possíveis e a necessidade de ampliar a representação das classes populares nesse poder, não podemos esconder o fato de que sempre perdemos nas batalhas maiores nesse campo.

Por outro lado, o deslocamento do poder da esfera política para a econômica deixa pouca margem de ação transformadora para quem ocupa o Poder Executivo. A força dos ataques na esfera econômica globalizada limita a capacidade de ação do Executivo e o impele a inúmeras capitulações e concessões ao mercado. No modelo de presidencialismo de coalisão, como o do Brasil, a necessidade de maioria no parlamento força o Executivo a jogar com as regras da política viciada e corrupta. Adicionalmente, o poder da mídia sobre a avaliação popular dos governos também limita a continuidade e permanência no poder das forças mais progressistas ou contrárias ao reino absoluto do mercado.

Muitos optaram por lutar com as armas do gigante no contexto de batalha político-eleitoral e do exercício do poder institucional, o que significou aliar-se aos inimigos, aceitar seus recursos e permitir que as regras viciadas do jogo, que conduzem à corrupção, fossem usadas sob o pretexto da justificação dos meios pelos fins[32].

Resulta daí que o contexto de batalha das eleições e gestão das parcelas de poder conquistadas, sem a contrapartida da luta em outros contextos, é sempre favorável ao gigante. É uma luta com as armas do inimigo, cujo peso não suportamos, e, por isso, sucumbimos e acumulamos derrotas[33].

Continuar reduzindo nossa estratégia de luta ao contexto de batalha que favorece o adversário é desperdiçar nossas forças, sem contar o já mencionado problema do abandono do território estratégico sem construção de defesas. Isso não significa deixar de dar importância ao processo eleitoral ou à gestão de parcelas do poder em benefício da população mais vulnerável. Significa apenas que o foco das ações deve deslocar-se desse campo para outro contexto de luta. Da mesma forma que a vitória de Davi não veio do uso das armas que Saul lhe queira emprestar, nossa salvação não virá das "próximas eleições".

2) Reconquistar a subjetividade social pelas bases.

O contexto de batalha que já se mostrou favorável às classes populares é o da formação crítica da subjetividade social que se converteu em movimentos e ações concretos. A formação e organização das bases da sociedade civil, a influência na academia e no campo da educação e produção teórica e a vivência libertadora das religiões alertaram os estrategistas de Santa Fé para o risco que a conquista desse território representava. Se foi aí que o adversário "sentiu o golpe", é aí que devemos bater mais.
No passado recente, mesmo no contexto de uma ditadura militar explícita, a conquista da consciência social se fez pela educação popular, produção teórica-crítica nas universidades, comunicação popular, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), pastorais populares, pastorais da juventude, trabalhos formativos dos movimentos sociais etc. Foi uma ação que deu resultados concretos e grande parte dos movimentos organizados e militantes políticos que ainda hoje estão em ação são seus produtos diretos. Basta fazer uma análise da nossa história pessoal ou das pessoas mais antigas que ainda hoje compõem esses movimentos.

Algumas análises, baseadas apenas em uma avaliação endógena da situação atual, anunciam o "esgotamento" dessa estratégia ou atribuem o presente quadro de derrotas à sua suposta inadequação. Penso que isso seria o mesmo que ignorar o ventilador da metáfora que usei anteriormente. As práticas e as teorias a elas relacionadas, que muitos julgam esgotadas em sua realização, foram, na verdade, abortadas antes de mostrarem seu pleno resultado. Além da contra-ação do inimigo, como já foi assinalado, houve um abandono dessa estratégia ainda em seu momento de crescimento prático e de acúmulo teórico. Poucos militantes que iniciaram sua vida política após a década de 90 conhecem a riqueza das experiências e dos materiais teóricos produzidos no campo da educação popular, seja no campo religioso popular ou dos movimentos sociais. Resgatar essa práxis é possível e necessário.

Obviamente, não se pode repetir as estratégias com as mesmas táticas, sem levar em consideração as mudanças objetivas e subjetivas da realidade atual. Porém, suas orientações, metodologias, objetivos e experiências bem-sucedidas, desde que passem por um processo de adequação à realidade, são ainda concretizáveis.

Ao se propor uma reconquista da base subjetiva da sociedade, deve-se também compreender criticamente seu contexto subjetivo atual e as novas formas de sociabilidade que desenvolvem. Aqui entram discussões que, pela amplitude e profundidade, fogem aos limites do presente (e já longo) texto. Mas é possível, ao menos, enunciá-las.

As classes populares latino-americanas são profundamente religiosas. Qualquer ação que vise conquistar a subjetividade popular que desconheça ou despreze o fenômeno religioso tem poucas condições de êxito. As populações mais vulneráveis não recorrem ao neopentecostalismo por imposição dos estrategistas do capital, mas pela necessidade de vivenciar uma dimensão de suas vidas. O sistema apenas oferece o atendimento à demanda de acordo com seus objetivos e o usa para atingi-los. Torna-se fundamental compreender e saber trabalhar de maneira adequada e crítica esse elemento essencial da subjetividade popular que tem sido apropriado pelo neopentecostalismo católico e evangélico dentro da estratégia do sistema.

O combate ao fundamentalismo e à captura dos sentimentos religiosos da população por formas alienantes de vivência da fé não pode ser feito pela negação da religiosidade, pelo sarcasmo e ridicularização dos seguidores de seitas, pelas atitudes que escandalizam (que, em gíria militante, têm sido chamadas de "lacração") etc. Trata-se de um desafio para a Teologia da Libertação e para a Teologia da Missão Integral oferecer uma vivência religiosa que atenda, ao mesmo tempo, a procura do espiritual e a formação da consciência crítica.

O campo da cultura também é estratégico. Para avançar nesse plano, é preciso um conhecimento crítico da cultura popular, que saiba diferenciá-la da cultura de massas e dos produtos da indústria cultural e identificar seus pontos de interseção. Nem tudo que vem "da periferia" é cultura produzida e massificada "pela periferia". Apenas incorporar ou valorizar quaisquer produtos culturais apropriados, processados e massificados pela indústria cultural – que costumam vir carregados, inclusive, de diversos valores que combatemos – só porque se reproduzem "na periferia" não contribui para a conquista dessa importante parte do território subjetivo. Tampouco podemos desprezá-los ou rejeitá-los de forma elitista – não é disso que se trata. Importa saber como trabalhar e promover a cultura popular, em diálogo principalmente com a juventude e suas formas de manifestação cultural, sem, contudo, perder a dimensão crítica da análise desses fenômenos e da produção de valores e concepções de mundo que se opera por meio deles.

As maneiras de organização das bases sociais também nos apresentam novidades. Além de mudanças na estrutura organizativa tradicional mostrada pelos "coletivos" temáticos (mudança na forma), há também os grupos que se unem em torno da prática econômica alternativa (mudança de conteúdo). As experiências da economia solidária, produção associativa, autogestão e outras práticas de produção coletiva da vida e de cuidado com o ambiente são realidades crescentes. Porém, nem sempre criam, espontaneamente, a consciência crítico-social ou fazem correlação de sua prática com a estrutura socioeconômica. Por isso, são ainda espaços em disputa. Conhecê-las, integrá-las, reforçá-las, criá-las e teorizar sobre elas também são importantes ações estratégicas dentro do objetivo geral de retomar o território subjetivo pelas bases.

3) Trabalhar a dimensão teórica

Conforme foi visto, o documento de Santa Fé II trata a produção intelectual crítica e sua influência no meio acadêmico como ameaças. O plano teórico também é um campo de disputa na sociedade, pois, visto que ação humana é sempre consciente, não existe prática sem uma compreensão teórica (mesmo que difusa) da realidade sobre a qual se age. A ação humana é, como disse Marx, práxis, uma unidade entre consciência e ação. Tanto os autores do Santa Fé II como as estratégias descritas por Rothbard para o predomínio da concepção anarcocapitalista preveem o domínio do ambiente acadêmico e da produção teórica[34].

Por outro lado, a inconsistência das elaborações teóricas pós-modernas – que se tornaram modas no ambiente acadêmico e se apresentam como as novas e únicas abordagens capazes de lidar com as transformações do mundo – tem gerado práticas militantes que rejeitam ou não conseguem compreender os nexos entre as micro-opressões e a estrutura sistêmica do capitalismo. A deficiência do instrumental teórico analítico-interpretativo tem consequências na nossa capacidade de interpretação coerente do mundo e cria também dificuldades na ação transformadora.

Não podemos negar, no entanto, que as mudanças no mundo trouxeram algumas realidades e desafios que não podem simplesmente ser compreendidas à luz do que já se tem elaborado no campo da tradição teórica crítica de inspiração marxista ou nas teorias emancipatórias elaboradas nos países periféricos. As teorias devem responder às questões que surgem em cada época. Por exemplo, é ainda um problema teórico importante a vinculação das teorias críticas de transformação social centradas na economia com os problemas específicos das opressões de raça, gênero e etnia. Mas, como ainda vivemos, no plano do tempo estrutural (o tempo da longa duração dos sistemas econômicos), sob o império do capitalismo, não podemos descartar as teorias que desvendaram a lógica e os mecanismos desse sistema, possibilitaram a compreensão de sua relação com os planos objetivo e subjetivo de nossa existência e especularam sobre os caminhos possíveis para sua superação.

Por isso, a tarefa de elaboração teórica e de pensar a emancipação de maneira adequada ao nosso tempo é também um imperativo da militância no plano intelectual. E isso não pode reduzir-se à publicação de inúmeros artigos acadêmicos em revistas especializadas, cujo número de leitores é assustadoramente pequeno, para aumentar os quantitativos que medem a produtividade dos professores universitários. Trata-se de uma ação de conquista de mentes. As universidades formam professores, jornalistas, comunicólogos e outros formadores de opinião que tem papel fundamental na formação da subjetividade social. Não é à toa que tanto a CIA quanto os mentores do anarcocapitalismo a colocam como elemento fundamental de sua ação.

4) Usar a conquista de parcelas do poder de forma tática para fortalecer a ação estratégica

Disse anteriormente que o foco da nossa estratégia não pode estar na conquista e gestão de parcelas do poder institucional. Agora, porém, é preciso dizer que sua ocupação não deixa de ter uma grande importância na concretização dos objetivos estratégicos. Contudo, essa ação deve ser compreendida como tática, ou seja, como instrumento, meio para se chegar aos objetivos estratégicos. Como tal, os mandatos parlamentares e as administrações progressistas que compartilham os objetivos gerais do processo emancipatório podem se colocar a serviço dos movimentos sociais e contribuir com a conquista da subjetividade social.

As possibilidades são muitas, algumas já executadas ou em execução. Há mandatos parlamentares que aglutinam movimentos, associações, grupos de economia solidária, de produtores agroecológicos, de ambientalistas, ativistas de direitos humanos etc. e oferecem-lhes oportunidades para o fortalecimento de suas lutas – por meio da apresentação de leis, apoio institucional para seus eventos, canais de interlocução com o Executivo etc. – e para a formação da consciência de seus integrantes[35].

A presença no Poder Executivo precisa ser pensada com mais atenção. Se a ocupação desse espaço não for entendida plenamente como a presença das classes populares no poder, com todas as consequências que isso tem para o planejamento e execução das ações administrativas, e pretender revestir-se com a falsa ideia de neutralidade, de um "governo de todos", sua conquista não trará mais benefícios para a transformação social do que a presença de um "bom político" da direita moderada poderia trazer.

Os representantes do capital nunca fazem um "governo para todos". Eles não demonstram ter escrúpulos para gerir a máquina pública totalmente de acordo com os interesses exclusivos dos donos do capital. Sequer se mostram preocupados com os protestos da sociedade civil, desde que não se transformem em protestos da mídia.

Muitos governos que se pretendem de esquerda, ao contrário, compraram a ideia de que precisam ser "neutros" e "governar para todos" (seja lá o que isso signifique em uma sociedade de classes antagônicas), mesmo em uma história de 500 anos em que o Estado serviu exclusivamente às elites econômicas. Dessa forma, e com um temor paralisante da opinião da mídia que só se justifica pela priorização do jogo eleitoral[36], acabam não utilizando a estrutura da máquina estatal para a formação da consciência crítica, politização da população, democratização da comunicação, fortalecimento das organizações e experiências de economia alternativa e outras ações que poderiam produzir um avanço na consecução da estratégia de retomada do território perdido da subjetividade social.

Por isso, repensar a ocupação do poder institucional é elemento fundamental para a consecução do objetivo estratégico de retomar e avançar sobre o território subjetivo.

5) O desafio da comunicação digital

Por fim, algumas palavras precisam ser ditas sobre o que se tem considerado o grande desafio – e, ao mesmo tempo, se apresentado como o "caminho das pedras" – para a conquista da subjetividade social: as mídias digitais. Seria excesso de presunção tratar um tema tão específico e complexo neste texto sem a necessária especialização no tema, mas algumas breves considerações podem ser colocadas para discussão.

Após seu papel nas eleições de 2018, o uso das redes sociais e de aplicativos de mensagens digitais, principalmente o Twitter e WhatsApp, tornou-se o centro das preocupações.

A sua incrível eficácia na produção e generalização de visões falsas e distorcidas do mundo, sua capilaridade (está em todos os celulares, nas mãos de diversas camadas sociais) e sua força paradar divulgação e credibilidade às falsas notícias acenderam um alerta. As empresas especializadas em seu uso para fins bem definidos, no marketing comercial ou na política, tornaram-se poderosas pela capacidade de analisar dados e criar algoritmos que direcionam ideias e notícias (falsas ou verdadeiras) de acordo com perfil de cada pessoa para manipular pensamentos e atitudes. São armas poderosíssimas que merecem uma especial atenção.

Porém, devemos ter alguns cuidados na análise desse fenômeno. Primeiro é preciso entender que as mídias digitais, como o próprio nome já diz, são meios (mídia vem do latim media, que significa "meios"). Todo meio é usado em função de um fim. Não podemos confundir os fins com os meios e pensar que a comunicação digital moderna é um mal em si mesma. O sistema a utiliza para seus fins tanto quanto utiliza jornais, rádio, TV e a World Wide Web dos primórdios da Internet. Por outro lado, tampouco podemos pensá-la como a nossa salvação. É bastante ingênua a crença de que as formas de luta, mobilização e resistência terão seu novo plano de concretização nas redes sociais virtuais, em função do que elas possibilitaram na chamada "Primavera Árabe", ou nas mal compreendidas "Jornadas de Junho e Julho" no Brasil em 2013.

As mídias digitais são instrumentos que reproduzem, potencializam e formatam, no plano virtual, o que acontece no plano objetivo e subjetivo das relações sociais reais. Como instrumentos e meios, têm um papel relevante, que pode inclusive retroalimentar as relações reais e dar-lhes características específicas, mas estarão sempre submetidas à dinâmica das relações sociais concretas, que não nascem no ambiente virtual, senão que são forjadas em um mundo determinado. Consequentemente, as transformações no plano da realidade concreta sempre terão impacto também no mundo virtual.

Em segundo lugar, é preciso avaliar se realmente temos condições de deslocar o foco de nossas ações para esse campo. Empresas como a Cambridge Analytica (de Steve Bannon, mentor da campanha de Trump e consultor da campanha de Bolsonaro) e diversas outras contam com um arsenal de estudiosos, técnicos, tecnólogos da informação e volume enorme de recursos financeiros para atuarem de maneira eficaz no mundo digital. Podemos lutar com essas armas nesse contexto de batalha com nossos parcos recursos humanos, técnicos, financeiros e de conhecimento? Não seria um caso em que Davi iria ao encontro de Golias no seu contexto de batalha tentando arrastar-se sob o peso da armadura, couraça, espada e lança de Saul?

Ou seria melhor pensarmos que, assim como há uma parcela da população que se encontra suscetível à produção de "verdades" da mídia digital, há outra sobre a qual elas não têm tanta eficácia? O que tornou essa outra parcela imune ao bombardeio de fake news e da ideologia anarcocapitalista e neopentecostal? A base militante dos movimentos sociais, CEBs e pastorais sociais e aqueles que estão sob sua área de influência possuem uma espécie de "anticorpo" que neutraliza a ação do "vírus". Isso sugere que a eficácia do uso das mídias digitais para fins opostos aos nossos depende da subjetividade social que recebe os ataques informacionais.

A TV, em outras épocas, liderava a formação ideológica da população. Fomos tão capazes de criar suspeitas em relação a ela que até os adversários, hoje, se utilizam da ideia de que os meios de comunicação manipulam a realidade. De onde veio a revelação de que a mídia televisiva propaga valores negativos em novelas e programas e manipula as notícias em seus telejornais? A força da TV permanece, embora tenha perdido a liderança para as redes sociais e aplicativos de mensagens, mas foi reduzida após décadas de críticas e de-

núncias feitas pelos setores críticos e organizados da sociedade civil[37]. Não seria um caso possível de se comparar com a barreira que reduziria o efeito do ventilador em nossa metáfora do castelo de cartas?

Não estaria, também aí, colocada a necessidade de uma funda para lutar contra a força e as poderosas armas do gigante? Acredito que, também nesse campo, seria mais adequado e possível neutralizar sua estratégia do que entrar em uma luta "corpo a corpo" com armas similares em situação inicial de tremenda (e talvez insuperável) desvantagem. Apesar de o problema da comunicação digital não dever, em minha opinião, ser colocado como o eixo da estratégia, não podemos, de maneira alguma, diminuir sua importância, seus riscos e possibilidades. Esse é um desafio que cabe aos que podem pensar a comunicação popular com domínio dos conhecimentos, tecnologias e técnicas desse campo tão especializado.

6) "Às barricadas!"

O objetivo deste texto não é mais do que a convocação para a discussão e o debate sobre questões estratégicas nestes tempos tão sombrios e desoladores da conjuntura. Embora com algumas proposições formuladas em forma de imperativos ("devemos", "é preciso", "faz-se necessário"...) não pretendi apresentar nenhuma fórmula ou ditar caminhos como se fosse portador de algum mapa. Trata-se apenas de uma visão pessoal e limitada de quem entende que é preciso começar por algum lugar.

Não vejo melhor forma de conclui-lo do que citar alguns versos da canção que se tornou popular na Revolução Espanhola de 1936, ¡A las barricadas!
Negras tormentas agitam os ares Nuvens escuras nos impedem de ver Mesmo que nos espere a dor e a morte Contra o inimigo nos chama o dever [...] De pé, povo operário, para a batalha, É preciso derrotar a reação Às barricadas! Às barricadas[38]!

---

1. DOWBOR, Ladislau. A era do capital improdutivo. São Paulo: Autonomia Literária, 2017

2. PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

3. .O Fórum Econômico Mundial fez, em 2016, uma estimativa de que as atividades do crime organizado rendem anualmente cerca de US$ 1 trilhão. O Escritório da ONU contra Drogas e Crimes estima esse rendimento em US$ 2 trilhões (mais do que o PIB brasileiro de 2018). Cf. BBC News. As cinco atividades do crime organizado que rendem mais dinheiro no mundo. Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160331_atividades_crime_organizado_fn

4. .O FMI estimou em U$ 800 bilhões o prejuízo mundial anual causado pela evasão fiscal. Trata-se de dinheiro que poderia tornar-se receita para os Estados investirem no combate à pobreza, defesa e recuperação do meio ambiente degradado e serviços públicos de qualidade. Cf. CORREIO BRAZILIENSE. Prejuízo mundial com paraísos fiscais chega a US$ 800 bilhões, 05/10/19.Disponível em https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/10/05/internas_economia,794922/prejuizo-mundial-com-paraisos-fiscais-chega-a-us-800-bilhoes.shtml. O volume de recursos da atividade corporativa mundial sem controle e sem taxação foi estimado, em 2013, entre 21 trilhões a 32 trilhões de dólares, para um PIB mundial de 73,5 trilhões (Cf. DOWBOR. Idem, p. 83-91).

5. "Em 2018, o governo estima que as perdas com gastos/incentivos tributários cheguem a R$ 283,5 bilhões, o que representa 4,0% do nosso PIB e cerca de 1/5 da receita administrada pela Receita Federal no mesmo ano. Para fins comparativos, este montante seria suficiente para cobrir 9 anos de Bolsa Família, considerando o valor gasto com o programa em 2018. [...] A previsão do governo para 2019 é de que as perdas de receita atinjam R$ 306,4 bilhões, um incremento de quase R$ 23 bilhões em relação ao ano passado". DAMASCENO, Juliana. Quanto custam os benefícios fiscais no Brasil. Disponível em https://ekonomus.home.blog/2019/02/14/quanto-custam-os-beneficios-fiscais-no-brasil/.

6. Uma maneira ao mesmo tempo divertida e instrutiva de entender o esquema de lavagem de dinheiro e evasão fiscal possibilitado pelas empresas off-shore em paraísos fiscais, bem como a mistura de dinheiro legal e ilegal, é por meio do filme A lavanderia, dirigido por Steven Soderbergh e disponível no Netflix. O filme é baseado no caso real de vazamento que ficou conhecido como Panamá Papers.

7. MARX, K. O capital. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 539

8. Em fevereiro de 2017, enquanto o PIB mundial girava em torno de US$ 80 trilhões, as transações em valores monetários somavam cerca de 544 trilhões (DOWBOR, idem, p. 108-109).

9. Cf. FORBES. The word's lagerst public companies. Disponível em https://www.forbes.com/global2000/#7eaf73d5335d.

10. Um desses grupos é o Estudantes Pela Liberdade (EPL), fundado no Instituto Charles Koch, vinculado a indústria de petróleo dos irmãos Koch. Os Koch figuravam, em 2018, na lista dos 10 maiores bilionários do planeta e estão entre as 26 famílias que juntas detêm mais riqueza do que a metade mais pobre da população mundial. Cf. ÉPOCA NEGÓCIOS. Quem são os 26 bilionários que têm a mesma riqueza que metade do mundo. Disponível em: https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2019/01/quem-sao-os-26-bilionarios-que-tem-mesma-riqueza-que-metade-do-mundo.html. O EPL atuou fortemente na articulação das manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff e propaga o ultraliberalismo entre estudantes universitários

em diferentes países. Outro exemplo é o American Enterprise Institute (AIE), um think thank (entidade de estudo e produção de ideias) dos EUA que nega o aquecimento global e oferece dinheiro a pesquisadores negacionistas do desequilíbrio climático de vários países. A entidade é financiada pela gigante petrolífera Exxon Mobil.

11. As ideias de Rothbard e outras relacionadas ao anarcocapitalismo (também chamado de "libertarianismo") podem ser conhecidas pelas publicações disponíveis no site do Instituto Rothbard: https://rothbardbrasil.com/biblioteca/. Algumas palavras de Rothbard: "Os libertários veem o estado como o supremo, eterno e mais bem-organizado agressor das pessoas e da propriedade de grande parte do público. Todos os estados, em todos os lugares, sejam eles democráticos, ditatoriais ou monárquicos, sejam eles vermelhos, brancos, azuis ou marrons." ROTHBARD, M. Por uma nova liberdade: o manifesto libertário. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013, p. 64. Disponível para download no site citado.

12 .Uma síntese dos passos dos golpes suaves pode ser conferida em GOOBAR, Walter. Manual de autoayuda para golpes de Estado suaves. Disponível em http://www.waltergoobar.com.ar/notices/view/968/manual-de-autoayuda-para-golpes-de-estado-suaves.html .

13. Ideias como igualdade de gênero e etnia, tolerância religiosa, laicidade do Estado, ideais republicanos etc. estavam presentes em pensadores liberais do século XVIII, como Condorcet, Rousseau, Voltaire, Locke, Montesquieu e outros. A declaração dos direitos humanos foi obra da burguesia revolucionária francesa.

14 As mudanças no regime soviético implantadas por Mikhail Gorbachev, conhecidas como perestroika e glasnost (reconstrução e transparência), começaram em 1986. Segundo Arthur Gonzáles, documentos da CIA que tiveram o sigilo expirado sugerem que o ex-líder soviético pode ter agido com apoio da CIA e do bilionário George Soros com a intenção de "aniquilar o comunismo". Ver. GONZÁLES, Arthur. Gorbachov se confiesa: "El objetivo de mi vida fue la aniquilación del comunismo". Razones de Cuba, 07/07/18. Disponível em http://razonesdecuba.cubadebate.cu/articulos/gorbachov-se-confiesa-el--objetivo-de-mi-vida-fue-la-aniquilacion-del-comunismo/.

15 .Arrighi, Giovanni. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.

16. Na definição do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, os excluídos seriam a "areia na máquina", que deveriam ser ajudados pelo Estado apenas para não atrapalhar o mercado. CF. FOLHA DE SÃO PAULO. A nova esquerda de FHC. Entrevista ao Caderno Mais!, 13/10/1996. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/10/13/mais!/9.html.

17. Segundo Arrighi, "por volta de 1970 [...] as empresas multinacionais haviam evoluído para um sistema de produção, intercâmbio e acumulação, em escala mundial, que não estava sujeito a nenhuma autoridade estatal e tinha o poder de submeter a suas próprias 'leis' todo e qualquer membro do sistema interestatal, inclusive os Estados Unidos. A emergência desse sistema de livre iniciativa [...] [pode ter] dado início à decadência do moderno sistema interestatal
como lócus primário do poder mundial (ARRIGHI, idem, p. 74).

18. O Documento de Santa Fé I é de 1980.

19. Uma versão em português do documento pode ser encontrada em https://lae.princeton.edu/catalog/80749594-eda6-4e2b-865b-3d178a4072fb?locale=pt-BR#?c=0&m=0&s=0&cv=2&xywh=1773%2C-1235%2C3662%2C4322, e uma em espanhol pode ser lida em http://www.elcorreo.eu.org/Documento-de-Santa-Fe-II1988?lang=fr.

20. Vários membros dessa entidade tornaram-se embaixadores dos EUA em países latino americanos.

21. Quando o documento fala em "democracia" ou "defensores da democracia", os termos são confundidos com "capitalismo liberal" ou "defensores do capitalismo liberal". Por isso falam da discussão sobre o melhor "regime", em contraposição com o estatismo ou o socialismo.

22 .Ou seja, a administração que veio a ser assumida por George Bush, pai.

23. United States Information Agency (USIA) – Agência de Informações dos Estados Unidos. Trata-se de "uma agência independente para relações exteriores dentro do Poder Executivo dos EUA. A USIA expõe e defende a política externa americana e promove os interesses nacionais dos EUA por meio de uma ampla gama de programas de informações no exterior. A agência promove o entendimento mútuo entre os Estados Unidos e outras nações, realizando atividades educacionais e culturais. A USIA mantém mais de 211 postos em mais de 147 países" (Fonte: https://govinfo.library.unt.edu/npr/library/status/mission/musia.htm). Sua atuação nos campos da educação, informação, radiodifusão, serviços de biblioteca etc. foi intensa, e incluía intercâmbios culturais, bolsas de estudos, parceria com universidades, pesquisas etc. A USIA foi extinta em 1999, mas suas atividades permaneceram abrigadas em outras agências e secretarias do Governo dos EUA.

24. Um documento da CIA, de 1985, revela também que houve uma ação da Agência de Inteligência estadunidense na promoção de autores pós-modernos e críticos do marxismo. "Segundo a própria Agência de espionagem, a teoria francesa pós-marxista contribuiu diretamente para o programa cultural da CIA de persuadir a esquerda para a direita, ao mesmo tempo em que desacreditava o anti-imperialismo e o anticapitalismo, criando assim um ambiente intelectual no qual seus projetos imperiais poderiam ser perseguidos sem serem incomodados pelo exame crítico sério da intelligentsia. [...] Na verdade, seu estudo sobre a teoria francesa aponta para o papel estrutural que as universidades, as editoras e os meios de comunicação social desempenham na formação e consolidação de um ethos político coletivo." ROCKHILL, Gabriel. Como a teoria francesa pós-marxista contribuiu com a CIA em desacreditar o anti-imperialismo e o anticapitalismo. Opera Mundi, 10/03/17. Disponível em https://operamundi.uol.com.br/opiniao/46597/a-cia-le-a-teoria-francesa--sobre-o-trabalho-intelectual-de-desmantelamento-da-esquerda-cultural. O documento da CIA que se refere à nova intelectualidade francesa pode ser lido (em inglês) no site da própria Agência: https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP86S00588R000300380001-5.PDF.

25. O abandono do marxismo também teve como estímulo a implosão do bloco socialista, simbolizado pela queda do muro de Berlim e dissolução da URSS. Ou seja, o avanço das teorias pós-modernas encontrou, além de estímulo externo, um terreno fertilizado pelas desilusões com o "socialismo real".

26. Ver sobre isso a entrevista de Asad Haider em KUMAR, Rashmee. Como a política identitária dividiu a esquerda: uma entrevista com Asad Haider. The Intercept Brasil, 01/06/19. Disponível em https://theintercept.com/2018/06/01/politica-identitaria-asad-haider/.

27. "As instituições públicas e privadas americanas devem envolver-se na educação dos meios de comunicação e dos líderes comunitários sobre a natureza da estratégia de conflito do marxismo-leninismo..." (cr. citação acima)

28. A Fundação Ford, por exemplo, recusou-se a manter seu financiamento ao Fórum Social Mundial quando de sua edição em Mumbai, alegando que puderam "ver maior colaboração de grupos da esquerda comunista da Índia no fórum". Ver AZENHA, Luiz Carlos. Ford, Soros, Gates: A quem servem as megafundações? A professora Joan Roelofs dá algumas pistas. VIOMUNDO, 17/03/18. Disponível em: https://www.viomundo.com.br/politica/a-quem-servem-as-mega-fundacoes-a-professora-joan-roelofs-da-algumas-pistas.html.

29. Foi essa confusão, inclusive, que me obrigou a estender a reflexão para além do que o presente texto exigiria...

30. Ver sobre isso o artigo crítico ao identitarismo no movimento negro, escrito pelo coordenador político da Uneafro-Brasil: BARROS, Douglas Rodrigues. Contra o retorno às raízes: identidade e identitarismo no centro do debate. Le Monde Diplomatique, 21/02/18. Disponível em: https://diplomatique.org.br/contra-o-retorno-as-raizes-identidade-e-identitarismo-no-centro-do-debate/.

31. As Comunidades Eclesiais de Base e os setores eclesiais alinhados com a Teologia da Libertação foram alvo de perseguição implacável da Restauração identitária conduzida pelos Papas João Paulo II e Bento XVI, que colocaram em seu lugar um clero formado conforme a doutrina do Catecismo da Igreja Universal e enquadrado pelo novo Código de Direito Canônico.

32. Basta ver quantas ações dos governos de esquerda foram justificadas sob argumento da "governabilidade" e quantas práticas eleitorais ilícitas foram praticadas em nome do "jogo eleitoral".

33. Há diversas experiências locais bem-sucedidas (em municípios menores do Brasil) em que a tomada do Poder Executivo é resultado da mobilização de movimentos sociais e união de práticas alternativas de produção. Há também mandatos parlamentares que conseguiram aglutinar um campo de poder alternativo e desenvolver um trabalho de fortalecimento das organizações da sociedade civil. Porém, essa não é a realidade dos grandes centros, da maioria dos Estados e da Federação. E isso não é uma particularidade apenas do nosso país.

34. O principal elaborador do anarcocapitalismo, M. Rothbard, também fala que a estratégia dos libertaristas deveria ser a conquista da subjetividade social. Seu livro Por uma nova liberdade: o manifesto libertário, citado anteriormente, é apenas um manifesto e, embora relevante para compreender os movimentos do inimigo, não tem a mesma importância do documento de Santa Fé II. Eis algumas de suas propostas: "uma condição primordial e necessária para a vitória libertária [...] é a educação: a persuasão e a conversão de um grande número de pessoas para a causa". "Os libertários [...] devem refletir profundamente, se envolver no meio acadêmico, publicar artigos, periódicos e livros teóricos e sistemáticos, e participar de conferências e seminários. Por outro lado, uma mera elaboração da teoria não levará a lugar algum se ninguém ouvir falar dos livros e dos artigos; daí a necessidade de publicidade, slogans, ativismo estudantil, palestras, aparições no rádio e na televisão etc." "Os jovens nos campi universitários têm tido uma posição de destaque na ascensão do movimento libertário. [...] estes jovens fornecem um campo fértil para o libertarianismo [...], um crescimento que já está sendo alcançado pela aderência ao movimento de um número crescente de jovens acadêmicos, professores e estudantes de pós-graduação." A mídia, também, tem se revelado uma fonte rica de interesse favorável por este novo credo libertário. (ROTHBARD, Por uma nova liberdade: o manifesto libertário. p. 349.364).

35. Um bom exemplo dessas possibilidades foi o mandato do ex-deputado estadual Durval Ângelo (PT-MG). Além do suporte à diversos movimentos e associações, o mandato realizou por quase 24 anos o Encontro Anual de Políticos Cristãos, um espaço de mística e formação para políticos do campo progressista, atualmente viabilizado pelo mandato do deputado estadual Marquinhos Lemos (PT-MG).

36. Ou seja, temem desagradar a mídia para não verem sua popularidade reduzir e suas pretensões eleitorais futuras malograrem.

37. sso explica, em parte, a popularidade do Governo Lula e da própria figura do ex-presidente mesmo após um linchamento televisivo. Usei a TV como exemplo por ser ainda o veículo tradicional com mais capilaridade e penetração na população brasileira.

38. Negras tormentas agitan los aires, nubes oscuras nos impiden ver, aunque nos espere el dolor y la muerte, contra el enemigo nos llama el deber.[...] ¡En pie pueblo obrero, a la batalla! Hay que derrocar a la reacción! ¡A las barricadas! ¡A las barricadas!

2. Subsídios para entender a conjuntura política brasileira

Notas para debate na Coord. Nacional do MST- Janeiro 2020

Por Valter Pomar, Professor da UFABC

1.Antecedentes históricos e natureza do governo Bolsonaro

A coalizão vencedora nas eleições presidenciais de 2018 no Brasil foi encabeçada por Bolsonaro e pela extrema-direita, mas inclui a maior parte da classe dominante brasileira (os empresários capitalistas), parte expressiva dos setores médios (assalariados de alta renda, empresários capitalistas de pequeno e médio porte, pequenos proprietários familiares), parte expressiva do aparato de Estado (com destaque para o sistema judiciário, as forças armadas e as polícias militares), o oligopólio da mídia e seus associados, a maior parte da base social e eleitoral dos partidos de centro-direita (MDB e PSDB inclusive), a cúpula de várias igrejas e, por último, mas não menos importante, inclui também os governos e as comunidades de inteligência dos Estados Unidos e de Israel.

Foi esta ampla coalizão que conseguiu promover o impeachment/golpe contra a presidenta Dilma Rousseff; conseguiu condenar, prender e interditar a candidatura de Lula; conseguiu atrair o voto de parte das classes trabalhadoras e conseguiu que outra parte se abstivesse de votar.

Nenhum desses segmentos se "arrependeu" do que fez. O objetivo de "tirar o PT do governo" segue sendo motivo suficiente para justificar o que foi feito.

O presidente Bolsonaro tomou posse no dia 1 de janeiro de 2019. Deste então, todos os atos do presidente e de seu governo confirmaram que estamos diante de um governo profundamente autoritário, submisso aos Estados Unidos e ultraliberal, com vínculos com o crime organizado, adepto do fundamentalismo religioso, do medievalismo, da misoginia, do racismo, da homofobia, da intolerância, entreguista, saudosista da ditadura militar e adepto de um extremismo ultraliberal. Está em curso, desde janeiro de 2019, uma ofensiva do governo, da maioria conservadora do Congresso e do grande Capital, contra os direitos sociais, contra as liberdades democráticas e contra a soberania nacional.

A lista de maldades é longa e inclui a facilitação do porte de armas para os latifundiários; volta das privatizações; as ameaças e ações de censura a filmes e outras produções culturais; até mesmo a carteirinha da UNE está sob ataque. Como resultado direto e indireto das ações do governo Bolsonaro, crescem o desemprego, a informalidade, a miséria, a desassistência por parte dos serviços públicos (destacadamente na saúde); crescem o feminicídio e a violência policial, aumenta o envenenamento por agrotóxicos.

Por ter como objetivo declarado eliminar os oponentes, assim como por defender abertamente o uso de métodos ilegais e paramilitares de repressão, Bolsonaro pode ser considerado neofascista.

Fascismo seria um nome inadequado, a medida que remete para uma situação histórica

concreta e especifica. Autoritarismo, com certeza, mas não se trata apenas de autoritarismo. Populismo de direita, com certeza, mas tampouco se trata apenas disso. É adequado falar de neofascismo, pois há uma intencionalidade clara de destruir os oponentes, não apenas politicamente, mas também fisicamente.

O ambiente neofascista não é estimulado apenas pelo governo Bolsonaro. Os governos Witzel e Dória e de outros governadores e prefeitos; as declarações da cúpula militar e a ação das polícias militares em todo o país; a chacina em Paraisópolis e a violência cotidiana contra pobres, pretos e periféricos, violência que inclui aberrações como a indicação de um racista para presidir a Fundação Palmares; o crescimento dos casos de feminicídio, de racismo e de lgbtfobia; os atentados contra lideranças populares; o aprofundamento do genocídio dos povos indígenas; a formação do "Partido do 38"; o terraplanismo e outras subculturas mostram que estamos diante de um "movimento de massas" de extrema direita, cuja derrota exigirá muito mais do que travar com êxito disputas eleitorais.

Além disso, cabe lembrar que a extrema direita, no Brasil e no mundo, opera a carta da guerra religiosa. A esquerda deve operar a carta da luta de classes. Portanto, não somos a favor de um "Estado ateu", nem de uma "política ateia", mas sim a favor de um Estado laico e de uma política laica.

Cabe lembrar, ainda, que o capitalismo gangster praticado pelo setor financeiro estabelece um método e um patamar almejado de lucros que empurra todo o sistema para o "crime". As milícias paramilitares e a "criminalidade organizada" não apareceram agora, mas sua expansão atual tem que ver com este ambiente geral.

Visto de conjunto, o governo Bolsonaro é um interessante ensaio de como faz a extrema-direita para "revolucionar" a "partir de dentro" um Estado, a partir de um governo conquistado pelo voto. A esquerda precisa tirar ensinamentos deste "ensaio", seja para defender-se, seja para apliar uma estratégia que combine a conquista eleitoral de governos com objetivos revolucionarios quanto ao Estado e a sociedade.

Bolsonaro escolheu para ministro da Justiça o ex-juiz Sérgio Moro, responsável direto pela condenação de Lula, sem a qual Bolsonaro muito provavelmente não seria eleito. Ministro, Sérgio Moro adotou como prioridade a aprovação de um pacote de medidas que legalizem o Estado de Exceção, inclusive propostas de "excludente de ilicitude", termo técnico que implica no direito dos agentes do Estado matarem pessoas, sem ter que responder por isso perante a justiça. No início de dezembro de 2019, o referido pacote foi aprovado com muitas emendas na Câmara dos Deputados e seguiu para o Senado; embora parte da oposição considere que Moro saiu pessoalmente derrotado (por conta do juiz de garantias), visto globalmente o que foi aprovado aprofunda o curso punitivista.

Bolsonaro nomeou para chanceler um diplomata de carreira, defensor do "choque de civilizações", do "Ocidente cristão", inimigo tanto do marxismo quanto do iluminismo e do jacobinismo presente nos melhores momentos da Revolução Francesa de 1789. Tanto o chanceler indicado quanto Bolsonaro e seu clã familiar vêm fazendo seguidos ataques contra os governos latino-americanos progressistas e de esquerda, ao mesmo tempo que elogiam as posições dos governos dos Estados Unidos e de Israel. Por outro lado, o governo é obrigado a levar em consideração o papel e a força da China. Mas seu rumo geral, apesar das seguidas demonstraçoes de "falta de afeto" dadas pelos gringos, segue o mesmo de antes da posse. E as esperanças de que os militares, ou os empresarios, ou sabe-se la quem, fariam o governo "cair na real" até agora não se materializaram.

Nestes quase doze meses de governo, Bolsonaro adotou várias decisões contrárias à so-

berania nacional, tais como os termos de cessão da base de lançamento de foguetes de Alcântara, aprovados no Congresso com o apoio de parlamentares de vários partidos de esquerda; a ingerência nos assuntos internos de países vizinhos, como a Argentina e a Bolívia e a Venezuela, contra a qual se chegou a falar em guerra. No terreno ambiental, causou ou deixou causar danos imensos ao litoral, ao Cerrado e a Amazônia brasileira.

Bolsonaro escolheu como ministro responsável pela área econômica um "Chicago Boy", defensor de posturas ultraliberais. Ao mesmo tempo, acabou com o Ministério do Trabalho, ato de um simbolismo sem igual. Além de aprofundar a reforma trabalhista (já aprovada no governo Temer) e além de implementar a reforma da previdência, o governo Bolsonaro trabalha noite e dia no sentido de aumentar nossa dependência externa, a financeirização e a desindustrialização de nossa economia, a primarização de nossa pauta exportadora, a supressão de nossas políticas sociais, destruindo as políticas públicas de emprego, salário, previdência, saúde, educação e habitação.

Por ter como objetivo declarado concluir as reformas neoliberais iniciadas com Collor e continuadas por FHC, o governo Bolsonaro pode ser considerado ultraliberal.

Alguns analistas da direita "normal" dizem ser incompativel o liberalismo na economia e o conservadorismo nos costumes. Pode ser, mas o fato é que o governo Bolsonaro é neofascista na politica, ultraliberal na economia e fundamentalista nos costumes. Outros integrantes da direita podem muito bem se arpesentar como liberais nos costumes; mas o que dizem acerca do Estado de exceção e do ultraliberalismo?? A verdade é que Bolsonaro é um otimo bode na sala: depois dele, depois do que ele segue fazendo para mudar o nivel do "normal" da politica brasileira, outros personagens podem posar de razoaveis, tanto quanto alguns generais nazistas pareciam razoaveis frente a alguns comandantes das SS. O governo Bolsonaro é muito mais do que o presidente e seu clã familiar. Há uma coalizão ultraliberal governando o país, aplicando o seu programa e disposta a institucionalizar um Estado de Exceção, percebendo que isto é uma condição para a "sustentabilidade" de seu programa. Esta coalizão tem apoio majoritário na classe capitalista, no sistema judiciário, nas forças armadas, no oligopólio da comunicação, na cúpula de igrejas muito influentes e, além disso, conta com o apoio de pelo menos 30% da população brasileira. Parte deste apoio é sustentado pela mesma operação de comunicação de massas, inclusive as chamadas "Fake News", que contribuíram para o golpe de 2016 e a fraude de 2018.

2. A reação das massas...

Frente à ofensiva reacionária, a mobilização popular enfrenta sérias dificuldades. Por um lado, há regiões do país e determinadas situações em que se desenvolvem lutas, protestos e mobilizações. Grande parte destas lutas é defensiva (contra perda de direitos), envolvendo diretamente os atingidos, havendo às vezes dificuldade de vincular a demanda específica e a situação política geral do país. Por outro lado, as mobilizações gerais oscilaram. No primeiro semestre de 2019 tivemos ações importantes (por exemplo, os dias de luta contra a reforma da previdência, a luta contra os cortes na educação e a greve geral); mas,com exceção da mobilização ocorrida em maio, que conseguiu envolver parcela significativa dos trabalhadores em educação e estudantes, as mobilizações ficaram restritas à militância e suas "franjas". Ou seja, ficaram limitadas à vanguarda da classe. No segundo semestre de 2019, ao mesmo tempo que seguiram as lutas, protestos e mobilizações específicas, as mobilizações gerais entraram numa curva decrescente, o que ajuda a entender por qual motivo o governo e o Congresso conseguiram aprovar diversas medidas e "reformas" en-

frentando pouca resistência social. Noutras palavras, cresceu o mal-estarsocial, aumentou a impopularidade do governo Bolsonaro, mas isso não se traduziu em mobilização política global contra a coalizão golpista, o neofascismo e o programa ultraliberal.

Paradoxalmente, foi nesse contexto que ocorreu a soltura de Lula (não sua liberdade: Lula ganhou o direito de se defender em liberdade). Lula parcialmente livre é uma vitória, mas uma vitória proporcionada mais pela disputa em curso na coalizão golpista e menos por uma pressão insuportável a partir dos de baixo. E um setor do golpismo segue operando para que Lula volte à prisão, seja via novas condenações, seja através da alteração da legislação. Apesar disso, há setores que acham que, com a soltura de Lula, "o pior já passou". Esta interpretação equivocada gera a retomada do comportamento conciliatório que caracterizou o período anterior ao golpe, refletindo-se no comportamento da bancada parlamentar de esquerda, que por exemplo no Senado deixou passar sem resistência a previdência dos militares; e na Câmara aprovou um substitutivo ao projeto medieval de Moro, substitutivo que inclui (agora com a "digital" de amplos setores da esquerda) dispositivos gravíssimos do ponto de vista das liberdades democráticas. E que, apesar disso, foi vendido por alguns (tanto no PSOL e no PCdoB, quanto no PT) como uma "vitória" ou "meia-vitória", motivo para "parabenizar o presidente" ou para falar em "presente de natal".

O refluxo da mobilização popular não vai durar para sempre. Mais cedo ou mais tarde, o mal-estar social provocado pela deterioração cada vez maior das condições de vida e trabalho tende a se converter numa onda de lutas. Aliás, o próprio governo Bolsonaro está se preparando para esta possibilidade. O fato de que em vários países vizinhos ao Brasil tenhamos assistido, em 2019, a rebeliões populares contra governos e medidas ultraliberais, levou o governo Bolsonaro a admitir publicamente estar considerando medidas para o caso disto acontecer também em nosso país. Este é o pano de fundo das várias declarações em favor de um novo AI-5, para iniciativas legislativas de endurecimento da legislação penal, para ampliação dos recursos para a segurança e defesa, para o discurso violento do presidente da república e de vários governadores, como Doria e Witzel.

3. Desafios do campo democrático, popular e de esquerda

Frente a esta complexa e difícil situação, o campo democrático, popular e de esquerda precisa apostar na mobilização e na luta, que podem assumir as mais variadas formas, inclusive nas manifestações durante o Carnaval, nos enfrentamentos cotidianos no campo da cultura e nos processos contra o aumento das tarifas de transporte que marcam o calendário de lutas no início de todos os anos.

Entretanto, o campo democrático, popular e de esquerda segue dividido entre diferentes linhas políticas. Há os que defendem construir uma "frente ampla", incluindo nela parcelas do golpismo. Há os que defendem construir uma "frente de esquerda". E há os que defendem uma política de alianças baseada na "geometria variável", alegando (como fez a tese vencedora no 7º congresso do PT) não haver contradição entre fazer alianças com golpistas e, ao mesmo tempo, construir uma frente de esquerda.

O fato é que alianças de classes (não de partidos) operantes (ou seja, não apenas potenciais, não apenas em tese) no Brasil de hoje, são duas: de um lado, a aliança dominante,

que envolve a classe capitalista, hegemonizando parcela importante dos trabalhadores pequenos proprietários e dos trabalhadores assalariados; de outro lado, a aliança entre parcela dos trabalhadores assalariados e dos trabalhadores pequenos proprietários. Parte dos que integram esta segunda aliança sonham, dia e noite, em atrair setores do empresariado capitalista. Mas sonho, sonho é.

Portanto, na vida real, a mais ampla frente, a mais democrática frente, é aquela que tenha como objetivo atender, de maneira profunda e consequente, os interesses da grande maioria do povo. Por isso, do que precisamos é de uma frente de esquerda, capaz de colocar em pauta não apenas a luta contra a pessoa Bolsonaro, não apenas a luta contra o governo Bolsonaro, não apenas a luta contra a coalizão governante, mas também a luta contra o latifúndio, contra o imperialismo, contra o capitalismo.

Entretanto, frente às ameaças fascistas e de aprofundamento do estado de exceção, na ausência de fortes lutas sociais e na presença de conflitos intergolpistas, uma parte da esquerda brasileira está sendo novamente atraída para a crença de que a crise teria solução "por dentro" da institucionalidade e "através" de alianças com setores de centro-direita.

A piora nas condições gerais do país e da população reforça e amplia o repúdio ao governo Bolsonaro. Mas ao longo de 2019 isto não deteve, nem derrubou o governo, que demonstra até agora alta resiliência, conseguindo avançar na aprovação de seus projetos e segue tratando, a sua maneira, dos problemas que vão surgindo no seu caminho.

A crescente impopularidade do governo não foi, até agora, acompanhada de uma ampliação das mobilizações sociais. Pelo contrário, depois da aprovação da reforma da previdência na Câmara dos Deputados, seguiu-se um refluxo nas lutas sociais.

Há uma dispersão de iniciativas e pautas, uma dificuldade de mobilizar amplas massas, o risco de que retrocessos importantes ocorram inclusive com pouco protesto social. É como se parcelas importantes do povo e da militância não acreditassem ser possível, ao menos neste momento ou por este caminho, deter ou derrotar o governo Bolsonaro.

A piora no ambiente social é acompanhada por crescentes conflitos entre os diferentes setores que apoiaram a eleição de Bolsonaro. Em parte esses conflitos decorrem de diferentes posições existentes no golpismo, por exemplo, entre os que querem destruir toda a institucionalidade prevista pela Constituição de 1988 (vide Carlos Bolsonaro, falando da impossibilidade de mudar o país através da via democrática) e os que querem preservar parte desta institucionalidade (que, diga-se de passagem, foi a mesma que viabilizou o golpe, a prisão de Lula e a eleição de Bolsonaro, motivo que deveria ser suficiente para a esquerda não fazer uma defesa ingenua dessa institucionalidade, inclusive da malbaratada Constituiçao de 1988).

Entre os setores que querem preservar parte da institucionalidade, está a centro-direita que busca cooptar setores da esquerda para uma espécie de "bolsonarismo sem Bolsonaro"; Ciro Gomes deixando claro que com ele (Ciro) na presidência o petismo continuaria a ser tratado como uma quadrilha; e o movimento "Direitos Já", do qual participam FHC, Anastasia e outros do gênero.

A polemica entre os que defendem uma "frente democrática" com a centro-direita e os que defendem uma frente de esquerda lembra polêmicas ocorrida em outras épocas: participar ou não do Colégio Eleitoral? Assinar ou não a Constituinte? Apoiar ou não o governo Itamar? No fundo da atual polemica, existem diferentes visões sobre qual o "lugar" do governo Bolsonaro na história do Brasil.

4.O comportamento da classe dominante

Desde 1989 até 2014, a classe dominante brasileira majoritariamente tolerou, ainda que a contragosto, que a esquerda brasileira, liderada pelo PT, pudesse ser uma alternativa de governo. A partir de 2014, a maior parte da classe dominante passou a rejeitar tal possibilidade. E desde então opera para destruir as bases que possibilitaram, à esquerda brasileira, conquistar governos e governar.

Para isso, o governo Bolsonaro opera para destruir os meios que tornavam possível ambas coisas: uma legislação que permite realizar políticas públicas estruturais em benefício da maioria; instituições de Estado que permitam executar estas políticas; um partido com força e presença nacionais; uma rede de movimentos sociais, populares e sindical com liberdade para lutar; um conjunto de ideias que cimentam um campo de forças democrático, popular e nacional.

Estão na mira do governo Bolsonaro: os sindicatos e as centrais sindicais; os movimentos sociais urbanos e rurais; os partidos de esquerda, especialmente o Partido dos Trabalhadores; os direitos de mobilização e luta; e as próprias ideias de esquerda, que estão sendo estigmatizadas, perseguidas e criminalizadas. E também estão na mira do governo Bolsonaro a vida e a liberdade dos militantes da esquerda brasileira.

E isso não é assim, apenas porque Bolsonaro é de extrema-direita. Isso é assim, principalmente, porque Bolsonaro é um instrumento adequado às opções feitas pela maior parte da classe dominante brasileira e de seus aliados nos setores médios tradicionais.

E por quais motivos a classe dominante brasileira não aceita mais o regime político inaugurado formalmente em 1988? Essencialmente porque, em decorrência dos efeitos da crise de 2008 e da política em seguida adotada pelos EUA, houve uma redução nos lucros dos grandes capitalistas brasileiros. E uma maneira de compensar isto era reduzindo os custos de produção, mais exatamente reduzindo a parcela da riqueza que fica com as classes trabalhadoras, diretamente ou através dos impostos pagos ao Estado para financiar políticas e serviços públicos, aposentadorias e transferências de renda. Mas para reduzir o salário direto e indireto dos trabalhadores assalariados e a parcela equivalente dos trabalhadores pequenos proprietários, era necessário reduzir as liberdades democráticas, reprimir os movimentos sociais, destruir o movimento sindical e popular, criminalizar a esquerda partidária e nossas ideias. Noutros palavras, era necessário "mudar de regime político".

do ponto de vista deles passa muito bem, obrigado), mas com o regime criado em 1988, produto de uma situação histórica muito específica, de transição. Aquele regime nunca foi bem aceito pela classe dominante, entre outras coisas porque supunha um nível de liberdades democráticas e de direitos sociais para além do que consideram razoável; mas aquele regime tampouco serviu para quem, na esquerda, queria fazer transformações estruturais na sociedade brasileira.

Uma parte importante daquele regime é o sistema partidário, que nunca foi o método pelo qual a classe dominante governou efetivamente no Brasil. Para as esquerdas, que não são nem estão no poder, os partidos deveriam ser fundamentais. Já para as classes dominantes, as direitas partidárias podem ser funcionais, mas nunca foram indispensáveis.

O mesmo pode ser dito sobre a "democracia" em geral. Para as esquerdas, ampliar as liberdades é essencial. E, do ponto de vista da imensa maioria do povo, a democracia nunca existiu plenamente. Por isso é um erro igualar a defesa das liberdades para o povo com a defesa da Carta de 1988.

5. Nossas táticas e estratégias...

O que vivemos é uma situação em que a classe dominante está reestruturando o regime politico. O que estamos assistindo é o regresso do "modo normal" de dominação vigente na maior parte da historia do Brasil. A mudança de regime irá até que ponto? Uma ditadura militar clássica? Um neofascismo tupiniquim? Não há como saber, até porque isso dependerá em parte da situação internacional, em parte da resistência oferecida pela esquerda e pelas classes trabalhadoras. Seja como for, o desafio posto hoje para o conjunto da esquerda brasileira é qualitativamente diferente daquele enfrentado entre 1989 e 2019.

Tais divergências táticas e estratégicas se materializam, por exemplo, em diferentes políticas para enfrentar as eleições de 2020; na tática das bancadas no Congresso Nacional frente a temas importantes; na postura dos governadores petistas (e aliados) frente a reforma da previdência e frente àsprivatizações. Assim como se materializam em diferentes atitudes no movimento de massas etc.

Além de dividido politicamente, o campo democrático, popular e de esquerda também está enfrentando graves problemas organizativos, de financiamento, de capacidade de comunicação e mobilização de massa. Estas debilidades, que são reais e que evidentemente não serão superadas apenas com alteração na linha política, são frequentemente usadas como argumento para defender uma orientação política recuada. Os que agem assim não percebem que sem mudar a orientação política, não conseguiremos superar as debilidades organizativas. A mudança de linha política não é condição suficiente, mas é condição necessária.

Aqui cabe lembrar que com o termo "movimentos sociais" podemos estar nos referindo aos movimentos reais feitos pela classe ou podemos estar nos referindo às organizações mais ou menos permanentes que surgem e se cristalizam a partir desta luta. No primeiro sentido, estamos num momento de relativo refluxo. No segundo sentido, estamos vivendo uma crise generalizada, que só vai ser superada quando as organizações populares se adequarem ao novo padrão da luta de classes.

Quanto a luta concreta das mulheres, das juventudes, das vítimas do racismo, da homofobia, de todo tipo de opressão, então estamos num momento de fortes enfrentamentos, porque uma das consequências da radicalização do Capital contra o Trabalho é acentuar a pressão sobre os elos mais fracos da classe. Agora, nas organizações que tentam ser porta-vozes das lutas dos oprimidos há de tudo, inclusive aqueles que equivocadamente acham que há chances de êxito sem, apesar e até mesmo contra o movimento geral da classe trabalhadora.

A mudança da linha política do Partido dos Trabalhadores segue sendo a "pedra de toque" da conjuntura. Claro que, por exemplo, no PCdoB e no PSOL também existem posições pró-alianças amplas e pró-estratégia eleitoral. Mas se o PT, principal partido de esquerda do país, seguir prisioneiro de uma estratégia ultrapassada e de uma tática organizada pela "busca do centro perdido", será muito difícil evitar novas derrotas, inclusive, mas não somente eleitorais. Portanto, segue sendo essencial que o PT mude de linha, de estratégia, de tática e de funcionamento.

6. Chamamos a atenção, finalmente, para os seguintes aspectos:

a) a situação internacional: na hipótese de uma crise similar à de 2008, o impacto tende a ser brutal, tendo em vista que os fatores protetivos e os instrumentos reativos disponíveis em 2008 não comparecerão agora;

b) a situação latino-americana: impacta a vanguarda da esquerda (de maneira contraditória, pois para alguns confirma os limites e até mesmo a inviabilidade de uma "estratégia eleitoral", enquanto que para outros reforça a tendência à moderação) e impacta a extrema direita e seus braços militares (que já fazem planos de contingência, como deixaram claro publicamente), mas ao menos por enquanto não impacta a massa do povo;

c) a situação econômica: salvo algum fato extraordinário, vamos ter um período (dezembro-fevereiro) em que uma mistura de fatos econômicos (geração de empregos no final do ano, décimo terceiro, férias etc.) e psicossociais (festas, férias, carnaval) tende a reduzir a possibilidade de grandes mobilizações. Mas o ambiente é de deterioração crescente e vai se acumulando material combustível, que tanto pode produzir uma explosão detonada por algo aparentemente menor, quanto pode seguir o que temos hoje, a saber, um clima de "intoxicação" e degradação crescente da vida em sociedade;

d) a situação política: a disputa "no andar de cima" continua sendo a principal variável de definição dos rumos da política nacional. Os setores populares lutam, mas a luta ainda é concentrada em questões imediatas e defensivas, com baixo nível de mobilização quando se trata de questões políticas gerais. Grande parte da esquerda segue concentrada na disputa parlamentar e na preparação das eleições de 2020. Embora a Lava Jato siga operando e embora sigam tramitando no Congresso projetos que alteram o que a Constituição estabelece acerca da prisão após trânsito em julgado, a soltura de Lula resultou num certo refluxo da campanha Lula Livre;

e) o governo trabalha pelo cenário "tudo como dantes no Quartel de Abrantes": seguir implementando o programa em todas as frentes, prossegue a confusão e divisão nas oposições, as eleições de 2020 não impõem uma derrota global ao governo, Bolsonaro é forte candidato à reeleição em 2022, Moro segue como ponto de apoio, as forças armadas seguem tutelando o país;

f) a centro direita trabalha pelo cenário "bolsonarismo sem Bolsonaro": defende o programa econômico mas não a pessoa do presidente, a disputa no interior da coalizão governista se aprofunda, a centro-direita sai fortalecida das eleições municipais de 2020, as eleições presidenciais de 2022 caminham para uma disputa entre extrema-direita e centro-direita, com a esquerda dividida e com parte dela cumprindo um papel de linha auxiliar do suposto mal menor;

g) a centro-esquerda e setores do PT trabalham por um cenário "luz no fim do túnel": o governo se desgasta crescentemente, Bolsonaro está sob permanente ameaça de afastamento, a esquerda obtém um forte resultado nas eleições de 2020, caminhamos para uma eleição presidencial em 2022 polarizada entre centro-esquerda e extrema-direita, com a "direita não bolsonarista" apoiando a centro-esquerda, o que só ocorrerá se o PT perder o protagonismo que tem hoje;

h) a esquerda do PT e outros setores da esquerda brasileira trabalham por um cenário "tirar o tatu da toca": o país é tomado por fortes mobilizações populares de protesto, a repressão vem mas recua, o governo é derrotado nas ruas, o Congresso é forçado a aprovar a antecipação das eleições presidenciais e a convocação de uma Assembleia Constituinte. A tática da polarização visa contribuir para este cenário e visa também preparar-se para este cenário. Mas no caso de a mobilização popular faltar ao encontro, a tática da polarização é o núcleo duro ao redor do qual se vai marcar posição e acumular forças.

i) Entretanto, é preciso ter muito claro que, no terreno da estratégia, seguem majoritários na esquerda brasileira os que defendem manter a "estratégia eleitoral" e seguem minoritários os que defendem construir uma "estratégia de novo tipo" contra uma dominação de novo tipo.

A estratégia define como articular as oito variáveis citadas a seguir: a luta cultural, a luta social, a luta eleitoral-institucional, a auto-organização da classe, as relações internacionais, a política de alianças, o programa e a questão do poder.

j) O debate sobre o tema do poder inclui a postura frente aos militares. A experiência da Venezuela é extremamente singular e impossível de repetir. E as experiências do Brasil, Uruguai e Bolivia, para ficar apenas nesses casos, foram desastrosas, não apenas pelo desfecho, mas porque se agiu como avestruz, não se debateu o assunto. Que no Brasil inclui, entre outros, as FFAA, os aparatos de segurança, as empresas privadas de segurança, o para-militarismo e o crime organizado. Além da presença militar estrangeira.

Como é óbvio, há sobre cada um destes pontos uma enorme polêmica, que envolve diferentes visões acerca da conjuntura internacional, incluindo especialmente a situação político-militar (vide o atentado dos EUA no aeroporto de Bagda, vitimando entre outros um dos principais comandantes militares iranianos); sobre o conflito entre Estados Unidos e China, em torno da hegemonia mundial; e sobre os sinais de que pode ocorrer algo de gravidade similar aos fatos de 2008.

l) O padrão de desenvolvimento adotado pelo Brasil, a partir de 1930, foi uma resposta a crise global do capitalismo. No final dos anos 1970, a crise do padrão de desenvolvimento adotado sob tutela de Vargas decorreu de outra crise global do capitalismo. Desde os anos 1990, o Brasil está sob hegemonia do chamado neoliberalismo, leia-se, da coalizão entre capital transnacional, financeiro e agronegócio. Durante algum tempo, houve na esquerda brasileira quem imaginasse ser possível, mesmo sem romper os marcos da hegemonia neoliberal, gerar níveis crescentes de bem-estar, liberdades democráticas, soberania nacional, integração regional e desenvolvimento. A crise de 2008 e o que veio depois mostra que o futuro que o neoliberalismo nos oferece é a volta aos dilemas da década de 1920.

m) Portanto, estamos diante de uma dupla crise: a do capitalismo global e a do capitalismo brasileiro. Crise cujas bases estruturais não foram superadas nos governos Lula-Dilma. Este aspecto precisa ser lembrado, toda vez que se debate o que ocorreu no periodo 2003-2016. O crescimento ocorrido naquele periodo, as melhorias na vida do povo ocorridas naquele periodo, não indicam que se tenha descoberto a formula pela qual o capitalismo brasileiro poderia achar seu rumo, depois do longo periodo aberto pela crise dos 1970. Caso o golpe não tivesse ocorrido, o problema estaria posto, mesmo que com outras formas politicas.

Vale lembrar que algum "crescimento" capitalista sempre é possível, enquanto houver capitalismo. A questão é o que entendemos por "crescimento". O capitalismo moderno tem alergia a reformas estruturais e tem compulsão por gerar destruição em larga escala. Se

conseguirmos sobreviver, desta destruição e da reação popular a ela pode brotar um novo período de certo "equilíbrio", com algum tipo de "desenvolvimento"... capitalista.

n) Por isto é excesso de otimismo falar que a estratégia da conciliação esta "esgotada". Volta e meia havera pretextos para ela, seja pretextos politicos (o mal menor contra o fascismo), seja pretextos economicos (algum crescimento é melhor que nenhum) etc.

o) Por isso, também, é uma besteira achar que a classe dominante brasileira não dispõe de um "projeto para o país". Claro que tem, sendo tal projeto este aí que estamos vendo. Neste "projeto", que domina o Brasil desde sempre, os interesses do povo brasileiro nunca foram variável dominante, sempre foram variavel dominada. A classe dominante quer lucrar e dominar, não quer nem deseja fazer "politica social".
Claro que "desenvolvimento", no sentido forte e completo da palavra, que pudesse nos equiparar aos países centrais, não cabe neste "projeto". Mas a conclusão que dai decorre é que o "desenvolvimentismo" é uma doutrina limitada, porque submetida aos limites do capitalismo. Alias, um dos pontos cegos das teorias "desenvolvimentistas" foi exatamente o papel politico do Estado.

p) Seja qual for a velocidade e seja quais forem as formas com que evolua a conjuntura imediata, precisamos deixar claro que o socialismo é uma alternativa concreta para a situação atual do país. Sem o socialismo, serão sempre capengas todas as tentativas de viabilizar bem-estar, liberdades, soberania, integração e desenvolvimento. Portanto, demore pouco ou demore muito, o socialismo é a alternativa.

A verdade é que não haverá, para a grande maioria do povo, de maneira sistemática e sustentável, nem bem-estar social, nem liberdades democráticas, nem soberania nacional, nem integração regional, nem desenvolvimento, sem socialismo.

OS RETROCESSOS DO GOVERNO FEDERAL NA POLÍTICA AGRARIA, AGRICOLA E AMBIENTAL.

Por João Pedro Stedile (*)

O primeiro ano do governo do capitão Bolsonaro, representou uma clara opção de políticas para o campo, de favorecimento aos interesses do capital , representados pelos latifundiários, agronegócio, madeireiros, mineradoras, grileiros e as empresas transnacionais do agro. Em contraposição, houveram enormes retrocessos nas políticas agrária, agrícola e ambiental prejudicando a todos trabalhadores/as rurais e a ampla maioria do povo brasileiro. Confira a seleção que fizemos das principais medidas:

1. Paralisação da reforma agraria. Nenhuma fazenda foi desapropriada. A constituição é clara, todas as grandes fazendas improdutivas (em geral acima de mil hectares) devem ser desapropriadas. Paga-se ao latifundiário com títulos da dívida agraria e distribui-se às famílias sem terra. Nenhuma familia foi assentada.

2. Nenhuma área indígena foi demarcada ou legalizada. Há 236 processos de demarcação de áreas indígenas, paralisados em diversas fases do andamento. Alguns foram acionados por decisão judicial, tal o desmando do governo. Foram registrados no ano 160 casos de invasões e agressões a povos indígenas por latifundiários, madeireiros, mineradoras e garimpeiros. (fonte CPI-SP)

3. Nenhuma área quilombola foi demarcada ou legalizada. Existem 3 mil comunidades sem demarcação e 1719 processos de titulação paralisados no INCRA.

4. Edição de Medida Provisória-MP 910 normatizando a legalização de terras públicas griladas na amazonia legal por latifundiários, bastando auto-declaração de que já estão ocupando.

5. Aprovação no congresso, por iniciativa do governo, de normas para privatizar a venda de agua potável e o saneamento, entregando para as empresas e ao capital estrangeiro.

6. Envio de Medida provisória, autorizando a venda de terras para o capital estrangeiro (ainda não aprovada pelo congresso)! No passado até as forças armadas se opuseram, por ferir a soberania nacional. Agora, no governo, se calam!

7. Paralisação do programa de compra antecipada de alimentos-PAA. O programa administrado pela CONAB chegou a aplicar mais de um bilhão de reais por ano, (em 2019 foram aplicados apenas 92 milhões) e representava um estimulo à produção de alimentos saudáveis e uma garantia aos camponeses que poderiam vender ao governo, recebendo a vista. A CONAB comprava mais de 360 tipos de alimentos que eram destinados a hospitais, escolas, creches, presídios, quartéis, cestas básicas aos pobres, etc. E 5% dos recursos do PAA eram aplicados na compra de sementes crioulas, para redistribuição aos camponeses e também está paralisado.

8. Paralisação do PRONERA. O programa estimulava às universidades públicas construírem cursos especiais, na forma de alternância, realizando vestibular específico para filhos de camponeses. Isso permitia que eles ficassem dois meses em aulas e dois meses de volta às suas comunidades. Milhares de jovens do interior tiveram a acesso à universidade, se formaram e permaneceram no campo, graças a esse programa.

9. Paralisação dos programa de Ates e Ater: assistência técnica e fomento para agricultura familiar e assentamentos. Milhares de agronomos, veterinários, assistentes sociais, perderam emprego. E centenas de comunidades perderam assistência técnica.

10. Paralisação do programa de habitação rural, dentro do programa minha casa minha vida. Há ainda um enorme déficit de moradias no campo. O programa organizava a construção de moradias novas e financiava reformas, em assentamentos e comunidades rurais de agricultura familiar.

11. Paralisação da implantação do PRONARA (programa nacional de redução do uso de agrotoxicos) e do programa nacional de apoio a agroecologia. Os dois programas foram transformados em lei, porem o atual governo simplesmente os ignorou nas políticas e no orçamento da União.

12. Liberação geral de 502 novos rótulos de agrotóxicos, muitos deles proibidos de serem vendidos nos países de origem. Flexibilizando parâmetros de avaliação, monitoramento de toxidez e atendendo apenas aos interesses das cinco grandes empresas transnacionais: Bayer/Monsanto, Basf, Dupont, Shellquimica e Syngenta. Atualmente mais da metade dos alimentos que chegam aos supermercados estão contaminados por venenos agricolas. Que comprovadamente afetam a saude de toda população, produzindo inclusive alguns tipos de câncer.

13. Liberação do porte de armas, de qualquer calibre, em toda extensão das fazendas. Essa medida interessa apenas às fabricas de armas, e induz aos latifundiários a impunidade e a contratação de pistoleiros. Como se os problemas de conflitos de terra ou de roubos no meio rural se resolvessem com porte de armas. A responsabilidade pela segurança pública, é do estado! Voltamos à idade média, à lei do mais forte ou do melhor armado.

14. Estimulo à violência, com a impunidade garantida aos policiais. Em diversos estados houve durante o ano ações de despejos de famílias acampadas, sem que houvesse autorização judicial ou processo de negociação, para definir aonde seriam colocadas as famílias. Esses abusos foram cometidos por autoridades policiais, locais, que influenciadas pelo latifundiário e pelo discurso ideológico bolsonarista cometerem esses abusos a revelai da lei.

15. Aumento da violência dos latifundiários no campo, em especial na fronteira agrícola para disputa de terras. A CPT registrou aumento dos conflitos durante 2019 e a ocorrência de 29 assassinatos de lideranças incluindo indígenas e quilombolas.

16. A Aprovação da Reforma da previdência retirou direitos da imensa maioria dos trabalhadores/as rurais, aumentando a idade de aposentadoria e diminuindo valores e número de benefícios do INSS para o campo. Essa medida afeta a distribuição de renda no campo, aumenta as dificuldades das famílias que dependiam desses benefícios e inviabilizará a economia de diversos municípios do interior do país.

17. Liberalização das regras para registro e monitoramento de novas plantas transgênicas (OGMs), potencializando o risco dessas tecnologias para saúde humana, animal e ao meio ambiente; já que isentou-se de estudos sobre impactos no meio ambiente e na saúde das pessoas.

18. Nomeação de Ministro de Meio Ambiente, condenado por crime ambiental; e do Dep. Valdir Colatto (MDB-SC), para presidência do Serviço Florestal Brasileiro; ambos com curriculum e comportamento claramente anti-meio ambiente e preservação da natureza.

19. Nomeação de policiais e ex-policiais em substituição à especialistas, no Ministério do Meio Ambiente; e ameaças a servidores públicos no cumprimento de suas obrigações na gestão ambiental em todo pais; desativação dos conselhos paritários de gestão ambiental e desmantelamento do sistema nacional de monitoramento ambiental e fim do diálogo com a sociedade civil.

20. Estimulo ao desmatamento e queimadas de florestas na amazonia. "Eu sou o capitão motosserra", pregou o Presidente; Em 2015 foram desmatados 6.207 Km quadrados, e agora em 2019 atingiu a 9.762 Km quadrados, com aumento de 50%;

21. Estimulo à invasão de áreas públicas e de proteção ambiental; A edição da MP 901 pretende diminuir o percentual de reserva legal nos imóveis dos latifundiários e diminui o número de áreas de conservação natural, pertencentes a União.

22. Estímulo a mineração ilegal em áreas indígenas e de proteção ambiental;

23. Suspensão da proibição que havia de plantio de cana-de- açúcar nos biomas do Pantanal e da amazonia. Esse monocultivo vai gerar enormes problemas ambientais nas duas regiões, como advertiram diversos cientistas.

24. Criminalização de militantes de ONGs e movimentos de luta em defesa do meio ambiente; como o exemplo patético da prisão injusta de ativistas na amazonia, manipulada por policiais e madeireiros bolsonaristas.

25. Criminalização e perseguição a pesquisadores e cientistas de instituições públicas de pesquisa voltadas para questão ambiental;

26. Redução drástica do orçamento Embrapa, o que significa menos pesquisa e conhecimento para os que mais precisam, os camponeses; já que o agronegócio se ampara nas pesquisas das transnacionais. Impacta na soberania nacional sobre a ciência e tecnologia agropecuária. E vai preparando as condições para sua privatização que é o sonho do agronegócio.

27. Desmantelamento do programa de construção de cisternas no semiárido nordestino. Se mantiveram apenas os contratos antigos. Os recursos caíram de 26 milhões em 2015, para apenas 10 milhões de reais em 2019. Nos governos Lula-Dilma investiu-se mais de um bilhão de reais na construção de um milhão de cisternas para abastecimento de agua da chuva às famílias camponesas.

28. Desmantelamento e aparelhamento do INCRA pela UDR (famigerada União democrática ruralista- entidade dos latifundiários que organizava a violência contra os trabalhadores rurais), nomeação de pessoas que são contra a reforma agraria. E até policiais em superintendências estaduais.

29. Centenas de comunidades de povos indígenas, quilombolas e assentamentos, perderam atenção médica com o fim do programa MAIS MÉDICOS e a presença dos médicos cubanos, únicos que se dispunham a atender essas comunidades.

30. A adesão do governo Bolsonaro, ao acordo de livre comercio entre Mercosur-EU. Felizmente contestado até por diversos países europeus e certamente será vetado pela Argentina, pois colocava em risco, não só a indústria brasileira e do cone sul, mas também a produção da agricultura familiar, de leite, queijos e vinho, entre outros produtos, pela liberação total da entrada de produtos europeus.

31. A política de abandono da agricultura familiar teve consequências também na indústria de maquinas agricolas. Em 2015 vendeu-se 55.262 tratores, e em 2019 foram vendidos apenas 46.457 tratores.

32. A Emenda Constitucional que propõe eliminar 1247 pequenos municípios brasileiros, com isso dificultará o acesso da população interioriana mais pobre aos serviços de educação, saude, estradas, de bancos e do correio, lá oferecidos.

São Paulo, 31 de dezembro de 2019

(*) Agradeço as contribuições recebidas de diversos companheiros/as que atuam como pesquisadores e especialistas nos diversos temas aqui abordados, e também nas assessorias no congresso e instituições públicas.

4. Expansão do Agro-Mínero-Negócio na Amazônia e o Pacto Latifundiário

Por Fernando Michelotti, Professor da UNISSPA, Marabá/PA

Este texto traz uma versão resumida e ligeiramente modificada das conclusões da minha tese de doutorado intitulada "Territórios de Produção Agromineral: relações de poder e novos impasses na luta pela terra no sudeste paraense". O objetivo dessa pesquisa de doutorado foi caracterizar os aspectos contemporâneos da luta pela terra, compreendida como uma persistente expressão da inconclusa disputa no Brasil por projetos societários antagônicos, baseados na des-concentração da riqueza e do poder político. Como indicado no título, este estudo focou-se em uma escala regional específica, o sudeste paraense, que, em função da forte expansão do agro-mínero-negócio, permite evidenciar a articulação entre processos estruturais de longa duração e novos vetores de atualização do pacto de poder em torno da grande propriedade fundiária. Dessa forma, embora tratando de uma região específica, buscou-se identificar processos que contribuem com a análise de contextos agrários mais amplos, em especial, do conjunto da Amazônia brasileira, enquanto frente de expansão da produção agromineral.

Do ponto de vista teórico-metodológico, o trabalho procurou colocar em evidência as dimensões espaciais desses processos, através de uma leitura das dinâmicas territoriais da acumulação capitalista brasileira que coloque no centro da análise as relações de poder e os pactos de dominação, assim como os conflitos envolvidos na produção dos espaços regionais. Esses elementos permitem evidenciar as tensões na reprodução social de diferentes grupos, classes e frações que se confrontam em cada contexto territorial especifico. Nessa perspectiva, a dimensão espacial analisada articula sujeitos, estruturas e ação, expressas na tríade território-territorialidade-des/re/territorialização.

Esse tipo de análise ganha concretude quando focalizado em um território específico, permitindo a análise dos diferentes agentes, seus interesses e estratégias, bem como as inter-relações cooperativas e conflitivas que eles estabelecem entre si. No entanto, apesar desse recorte territorial, evitou-se desenvolver um estudo apenas local, isolado das totalidades mais amplas nas quais está inserido e que também compõe. Assim, ganhou importância um tratamento multidimensional e articulado das escalas de análise, considerando as próprias escalas dos fenômenos a serem estudados, mas sobretudo, a perspectiva de que as relações de poder são trans-escalares. A trama de eventos que define um determinado lugar expressa forças sociais e relações de poder materiais e simbólicas muitas vezes produzidas em outras escalas, vinculando o lugar, através dos agentes e suas relações, a totalidades mais amplas.

Como determinação mais geral, reconheceu-se que no final do século XX se deu uma mudança na estratégia de acumulação brasileira que passou a se configurar como rentista-agroindustrial, em resposta, simultaneamente, a emergência de um regime de acumulação financeirizado no capitalismo mundial e a uma dependência desejada das classes dominantes nacionais, empenhadas em transformar o país em uma plataforma de valorização financeira que teve importantes desdobramentos na questão agrário e regional brasileira, em especial na Amazônia. A essa estratégia de acumulação correspondeu a conformação

de um bloco no poder hegemonizado pela fração bancário-financeira e articulador de diferentes interesses rentistas e patrimonialistas.

As inúmeras descontinuidades advindas dessa estratégia de acumulação não significaram ruptura com certos processos históricos de longa duração na formação socioespacial brasileira, como o próprio caráter rentista e patrimonialista das oligarquias nacionais e regionais envolvidas na acumulação de capital e poder, produtoras de um espaço concentrado e excludente. Ao mesmo tempo, também houve rupturas, destacando-se uma relativa privatização da gestão do espaço, com as empresas privadas assumindo um papel chave no poder de mando e na definição das estratégias de regulação territoriais, apoiadas pelo Estado enquanto provedor de recursos e segurança pública. Isso não significou o fim das oligarquias regionais, mas um aprofundamento da necessidade de elas terem que negociar sua inserção subordinada no bloco de poder como mediadoras dos interesses das grandes corporações privadas.

Nesse novo contexto, emergiram novas determinações para a questão agrária brasileira, cujo eixo central foi sua vinculação à transformação do país em plataforma de valorização financeira. Essa vinculação se deu, principalmente, pelo papel que as exportações de commodities agrícolas e minerais assumiram na geração de superávits na balança comercial como mecanismo de compensação dos déficits das rendas pagas ao capital aqui aportado, levando a organização de uma economia do agronegócio. Esse papel econômico foi possível em função de reconfigurações mais gerais do sistema agroalimentar mundial, especialmente sua financeirização, e o efeito do crescimento das importações chinesas.

O aprofundamento desse processo originou desdobramentos significativos no agro-mínero-negócio brasileiro, em especial, o aprofundamento de sua internacionalização, da sua financeirização e da sua expansão territorial, associado a uma corrida por terras e aquecimento no seu respectivo mercado. De forma compatível com as novas formas de gestão do espaço, as grandes corporações do agronegócio, assim como da mineração, tiveram papel central nesse processo, canalizando investimentos governamentais, organizando as demandas de infraestrutura física e definindo os processos de expansão e de organização das economias urbanas e regionais a elas subordinadas. Atualizou-se o pacto político entre os donos da terra, o Estado e os donos do dinheiro, materializados na integração entre os complexos agroindustriais, o sistema de crédito e o mercado de terras, e na participação privilegiada das frações representantes do agro-mínero-negócio no bloco no poder.

O sudeste paraense, recorte territorial desta pesquisa, foi analisado em busca de se compreender como se condensam, em determinada região, as tensões e conflitos gerados pelas forças sociais multi-escalares decorrentes dessa estratégia de acumulação brasileira e da expansão do agro-mínero-negócio. Essas forças exógenas, na perspectiva adotada, são vetores que só se transformam em dinâmicas socioespaciais efetivas através dos elementos internos e suas forças endógenas, levando a criação de uma especificidade deste lugar e não uma mera reprodução de processos gerais, o que reforça um desenvolvimento desigual do espaço geográfico. A partir dessa perspectiva, procurou-se refletir sobre a trama de dinâmicas que se entrelaçam em uma determinada escala, configurando a própria região de análise, mas que, ao mesmo tempo, permitem uma leitura de como os principais agentes, estruturas e processos que as geram, atuam e se confrontam, produzindo não apenas a especificidade do lugar, como conflitos, estratégias e impasses que revelam aspectos mais gerais das lutas territoriais contemporâneas.

A categoria central para organizar essa análise foi a luta pela terra, entendida como o principal eixo ao redor do qual se expressam as contradições e conflitos pela dominação e apropriação material e simbólica do território. Essa categoria, portanto, é expressão das

relações de poder entre sujeitos em confronto e as classes e interesses que eles representam, mas também das mediações sociais e institucionalidades que lhes dão sustentação. Em síntese, a luta pela terra foi tratada como expressão de um persistente confronto entre dinâmicas de concentração econômica e exclusão política e de resistências à expropriação e expulsão e de produção de contra-espaços, que na fase atual se expressa nas perspectivas de mercantilização da terra – valor de troca – ou de sua apropriação como bem público – valor de uso.

A luta pela terra também reflete a história social do lugar, a trama de relações entre grupos, classes e frações em disputa pela sua dominação e apropriação, pela produção dos sentidos e significados sociais da própria terra e do território em cada período histórico. A categoria esteve no cerne da leitura sobre a historicidade e geograficidade do atual sudeste paraense, cujas marcas mantém-se no presente, como espaço produzido e como território, assumindo centralidade nas dinâmicas políticas atuais resultantes de processos de formação das classes e grupos sociais, com suas territorialidades próprias, e distintas capacidades econômicas e políticas acumuladas.

Mesmo sem detalhar a longa história de formação socioespacial do sudeste paraense, chama atenção, enquanto impactante mudança estrutural, a transformação no padrão de ocupação amazônico dos anos 1960 – 70, em que se inicia a apropriação da terra-firma e a terra passa a ser considerada mercadoria, emergindo uma questão da terra regional e uma luta pela terra propriamente capitalista, cujo fundamento é a disputa pela apropriação e sujeição da renda fundiária. Nesse contexto, emergiu uma questão da terra na região, materializada em intensas disputas pela sua dominação e apropriação por diferentes frações do capital, representadas pelas oligarquias castanheiras, novos fazendeiros recém-chegados à região e grupos empresariais, mas também por pequenos posseiros, em grande medida, representantes de uma frente de expansão camponesa oriunda da região nordeste e centro-oeste. A conflitividade desse processo e os riscos apresentados à manutenção do pacto de poder da época levou a uma militarização da região e a implementação de processos de colonização que sustentaram o aprofundamento do processo de integração da região às dinâmicas da acumulação nacional, especialmente com a implantação da mineração industrial e do Programa Grande Carajás.

A crise da ditadura civil-militar e a transição para o regime seguinte trouxe novos vetores que alteraram a luta pela terra no sudeste paraense. Em primeiro lugar, consolidaram o processo de complexificação da economia urbano-regional, tendo como fator central a mineração industrial associada a núcleos siderúrgicos, além da pecuária extensiva, agricultura camponesa de alimentos e rede de comércio e serviços urbanos. Em segundo, um rearranjo no bloco regional de poder, que, não sem conflitos e contradições, levou a uma aproximação política de parte da velha oligarquia castanheira aos novos fazendeiros e comerciantes, articulados em torno do desenvolvimento da pecuária extensiva. Por fim, da politização da luta pela terra, através da articulação sindical e da conexão a mediadores políticos regionais e nacionais, que a vincularam a processos mais amplos de luta por reforma agrária, forçando uma substituição da política de colonização por uma política de criação de assentamentos.

Esse processo, que já apresenta uma duração de cerca de 30 anos (1987 – 2016), não teve, no entanto, trajetória linear, revelando distintas fases em que tendências de concentração ou desconcentração da terra foram predominantes, embora, em termos gerais, apontaram uma tendência de avanço na obtenção de terras para a reforma agrária, conformando, até o final dos anos 1990, uma mancha de assentamentos nesse território específico que parecia apontar uma territorialização da reforma agrária. Desde o início dos anos 2000, no entanto, esse processo foi sendo revertido à medida que se aprofundaram os vínculos da

região com os circuitos de produção minerais e pecuários, refletindo a dinâmica de expansão da produção de commodities de exportação e a emergência de uma economia política do agronegócio. Essa dinâmica não interrompeu os conflitos agrários que, ao contrário, se complexificaram, incluindo novos agentes direta ou indiretamente ligados ao agro-mínero-negócio, porém alterou a correlação entre as forças envolvidas nessa luta, rearticulando o pacto latifundiário e reduzindo drasticamente a obtenção de terras para a criação de novos assentamentos.

A vinculação dessa região com os circuitos espaciais mundiais de acumulação de capital reforça a necessidade de análises trans-escalares que considerem a ótica da mundialização e do desenvolvimento desigual e combinado como determinantes. A compreensão desses processos passa pela identificação dos principais agentes econômicos que definem e materializam essa vinculação, seus modos de operação e a forma como conduzem o processo de captura do excedente e de acumulação. Nessa perspectiva, houve uma centralidade assumida pelas grandes corporações como agentes principais da globalização econômica e da mundialização do espaço, coordenando os processos de expansão territorial. No entanto, esse deslocamento espacial da acumulação do capital não pode ser visto como processo aleatório, pois obedece a hierarquias definidas pelos potenciais estratégicos que as diferentes frações do espaço representam para o núcleo central dessa acumulação mundial. Portanto, os deslocamentos obedecem a estratégias que visam centralizar as mercadorias capitalistas básicas (dinheiro, trabalho, terra/natureza) e os fluxos de renda e poder decorrentes de sua propriedade privada e, dessa forma, exercer o poder de monopólio e reforçar a hegemonia.

Por isso, essa dinâmica remete a formação de lugares estratégicos para o processo de acumulação que se convertem em territórios prioritários para a monopolização pelas grandes corporações. A essencialidade desses lugares estratégicos pode se dar pela alta densidade de potencial produtivo acumulado, de produção de inovação tecnológica ou ainda pela riqueza de bens naturais estratégicos. Esses bens naturais estratégicos são aqueles essenciais para o processo de funcionamento da produção capitalista, em um dado padrão tecnológico, e que dificilmente podem ser reproduzidos artificialmente, levando a que seu monopólio se constitua como elemento chave na acumulação de poder econômico e político mundial.

No caso do sudeste paraense, dois tipos de grandes corporações mundiais organizaram a gestão privada do espaço regional, configurando-se como as estruturadoras da sua inserção nos circuitos mundiais de acumulação: as grandes corporações mineiras, particularmente a empresa Vale SA, e as grandes corporações agroindustriais, especialmente as ligadas ao processamento de carne bovina. No entanto, há claramente hierarquias entre elas, em função de suas formas de inserção nos circuitos mundiais de acumulação e de poder e do caráter estratégico que seus domínios de recursos naturais representam, com a mineração, em função da raridade e da rigidez locacional desses recursos, atuando para tornar a região, bem como seu domínio, de muito maior potencial estratégico mundial do que a produção pecuária. Essas diferenças refletem-se nas próprias territorialidades dessas corporações, com a mineração assumindo um formato mais próximo de uma territorialidade-arquipélago, concentrando-se em núcleos espaciais estratégicos e descontínuos em escala mundial, e a pecuária assumindo um formato mais próximo de uma territorialidade de fronteira em expansão em escala nacional.

Uma questão importante que emergiu dessa reflexão é como se deu o processo de territorialização dessas grandes corporações em um território estratégico como o sudeste paraense. Embora a tomada de decisões tenha origem nos interesses hierárquicos dessas grandes corporações, o Estado assumiu papel essencial nessa territorialização, através do

financiamento das próprias corporações e das infraestruturas que lhes são necessárias, dada a convergência de interesses capitalistas e territoriais vinculados a atual estratégia de acumulação. No entanto, sem desconsiderar as contradições entre esses tipos de interesse, representados respectivamente pelas corporações e pelo Estado, a importância deste último foi além da viabilização da infraestrutura material.

Para além dessas infraestruturas materiais de conexão aos circuitos espaciais mundiais, o potencial estratégico de um território como o do sudeste paraense só é plenamente alcançado com a criação de uma coerência regionalmente estruturada que garanta as condições adequadas de funcionamento da acumulação local e dos mecanismos de transferência de excedentes. Essa coerência estruturada implicou em fixação de capital, garantia de força de trabalho disponível nas quantidades e qualidades necessárias e condições normativas mais gerais para o funcionamento da produção, o que também demandou o engajamento do Estado e de outras frações regionais do capital, embora mais dependentes do Estado e subordinadas aos interesses das corporações.

As demandas mais específicas de cada uma dessas grandes corporações e seus circuitos espaciais, bem como suas distintas territorialidades levam a diferentes relações com o território e com as demais forças sociais regionais. No caso da mineração, há uma territorialização concentrada em pontos específicos do espaço, ricos em recursos minerais, vinculadas à rede urbana que atua como fornecedora de força de trabalho e serviços e centros estratégicos de articulação com os circuitos mundiais. Uma característica da demanda de força de trabalho para esse tipo de subsistema é a sua relativa mobilidade, estando disponível para acompanhar os deslocamentos da atividade mineral, especialmente na fase de implantação de novos projetos que é a mais demandante de força de trabalho, configurando uma permanente reestruturação da rede urbana regional associada aos investimentos em novos projetos minerários ou de infraestruturas de circulação. Nessa perspectiva, pode-se identificar um subsistema de produção e circulação mineral – urbano estruturador das dinâmicas socioespaciais do sudeste paraense.

Embora em expansão acelerada desde os anos 2000, o subsistema mineral – urbano não alterou suas características principais, uma vez que desde sua origem foi internacionalizado e vinculado a circuitos mundiais de acumulação. O subsistema pecuário, no entanto, sofreu maiores alterações no período uma vez que foi integrado aos circuitos mundiais através da ação estruturadora das grandes agroindústrias frigoríficas que se instalaram na região. Esse subsistema, pela sua própria territorialidade de fronteira em expansão desempenhou um maior espraiamento no conjunto da região e a configuração de complexos territoriais articulados pelos fluxos de gado voltados ao abastecimento de cada uma das unidades agroindustriais.

A configuração desse subsistema pecuário internacionalizado é resultante de três vetores principais: um vetor de expulsão da pecuária de antigas fronteiras no centro-oeste que estão sendo ocupadas pelo agronegócio da soja; um vetor de atração gerado pela instalação das agroindústrias frigoríficas, viabilizadas pelos investimentos mais gerais em infraestrutura de transporte, energia e comunicações e pelos financiamentos públicos e privados específicos ao setor; pela sinergia com as dinâmicas históricas e geográficas locais, de transformação da floresta em fazendas de gado, e a formação de um bloco regional de poder profundamente identificado com a atividade.

Detalhando-se os estudos desses subsistemas de produção e circulação, pode-se perceber que, embora a expansão da produção de commodities tenha sido marcante em toda a mesorregião sudeste paraense, é possível delimitar complexos territoriais mais específicos. Um deles, centralizado em Marabá, mostrou forte convergência territorial das determina-

ções do subsistema mineral – urbano e pecuário, configurando um complexo territorial de produção e reprodução agromineral. A conformação desse complexo territorial mostrou a consolidação de certa coerência estruturada sinérgica entre ambos subsistemas que atualizou o pacto latifundiário e exerceu forte pressão contrária ao processo de desconcentração de terras e de poder via criação de projetos de assentamento.

O principal ponto de convergência entre esses dois subsistemas está na dominação e subordinação do território assentada sobre o pacto latifundiário. Do ponto de vista da mineração industrial, esse pacto responde a dois interesses centrais: garantir uma força de trabalho residente nas cidades, desterritorializada e com alta mobilidade para acompanhar os deslocamentos dos investimentos minerais, e aprofundar a mercantilização da terra reduzindo à incorporação de novas terras para a expansão dos projetos minerários e sua infraestrutura a uma relação de mercado. Do ponto de vista da pecuária, o pacto latifundiário garante a ampliação dos rebanhos de forma extensiva e com baixo custo de produção, garantindo a reprodução do subsistema pela incorporação de novas terras, dentro dos limites do raio econômico de circulação do gado para abate em cada agroindústria. Complementam esses interesses os investimentos de empresas atacadistas e varejistas de comercialização de alimentos que dominam os mercados urbanos (produção capitalista da cidade), capturando parte da renda minerária paga na forma de salários e que inserem a região em circuitos nacionais do agronegócio de alimentos e, em contrapartida, representam um limitador das possibilidades de diversificação da produção camponesa de alimentos, constituindo-se em um forte vetor de sua subordinação ao subsistema pecuário.

Em termos teóricos, fundamentando-se na teoria da renda da terra marxista, a dominação das terras para captura da renda fundiária foi o elemento unificador dos dois subsistemas, conformando o complexo territorial de produção e reprodução agromineral e contribuindo para convergência dos interesses dos capitais minerários e agroindustriais de exportação impulsionadores de uma coerência estruturada regionalmente aos seus interesses e demandas. No caso da mineração, as condições mundialmente excepcionais em termos de diversidade, qualidade e quantidade de minérios, assim como seu caráter estratégico para a acumulação nacional organizada pelo Estado, conferem uma capacidade de transferência de renda elevada, reforçando sua condição de forma de uso da terra de referência para as demais atividades, cujo reflexo é o mais alto preço da terra (renda capitalizada) no perímetro onde a mineração está mais concentrada. Nesse sentido, também sob esse ponto de vista, há uma hierarquia entre mineração e pecuária.

A importância da renda capitalista da terra, como guia teórico, não significa interpretá-la como rendas diretas recebidas pelos proprietários, apenas na comercialização da terra ou no seu arrendamento, pois essa categoria é reveladora de um processo mais geral de transferência de renda, mediado pelo capital e pelo Estado, e pago pelo conjunto da sociedade. A monopolização da terra através da propriedade fundiária permite aos seus agentes participarem desses processos de transferência que, dada a sua importância histórica no Brasil, revelam o caráter rentista da acumulação. Esse caráter evidencia um processo contínuo de transformação da terra em mercadoria, condição primordial para o direito ao recebimento desse tributo social, a mediação do Estado na organização desse processo de transferência, as possibilidades do capital sujeitar a renda da terra, seja assumindo a condição de proprietário de terras através da territorialização do capital, seja sujeitando a renda da terra através da subordinação do território pelo capital, inclusive a produção camponesa.

Do ponto de vista político, a captura da renda da terra no complexo territorial de produção e reprodução agromineral do sudeste paraense tem papel chave nas articulações de interesses econômicos do bloco no poder regional, assim como das mediações necessárias à sua realização. Três mecanismos foram ientificados no caso do sudeste paraense: o

aquecimento do mercado de terras; o processo de expansão de fronteira e a produção de novas terras-mercadoria; as possibilidades de acesso às transferências da mais-valia social através do sistema de crédito.

Em relação ao mercado de terras, as análises mostraram uma tendência ascensional dos preços, entendidos como expressão da renda fundiária capitalizada, seguindo tendência nacional. As áreas com maior densidade de projetos de mineração apresentaram a maior elevação, confirmando o seu papel principal na na valorização das terras em função das possibilidades da extração da renda fundiária/mineral. Mesmo que a exploração mineral seja executada, predominantemente, por grandes empresas, a propriedade de terras com subsolo rico em minério ou de alvarás de exploração de jazidas economicamente aproveitáveis configurou-se como um negócio rentável, garantindo sua comercialização para as empresas mineradoras ou sua cessão com participação nos lucros. Essas possibilidades ampliam a corrida por terras e por autorizações de pesquisa mineral, o que cria conflitos com demandas de novos projetos de assentamento e terras indígenas, além da pressão sobre os já existentes. Além disso, a presença das grandes corporações mineradoras não apenas cria conexões com os circuitos mundiais de acumulação como atrai e aproxima outros diferentes agentes econômicos globais, intermediários e locais que também passam a disputar a dominação da terra como possibilidade de apropriação dos ganhos rentistas minerais, seja diretamente vinculada à própria atividade, seja indiretamente, pela implantação pecuária.

Os preços das terras de pastagens, considerando o conjunto do estado do Pará, também cresceram, seja pelos efeitos indiretos da mineração, como pela própria vinculação à atividade pecuária. Porém, tanto seus valores absolutos, como seu crescimento percentual, tiveram elevação inferior à média nacional, apesar da forte expansão do rebanho bovino no estado. Esse dado sugere que o deslocamento da pecuária para a região foi estimulado pelas possibilidades de incorporação de terras de mais baixo preço que as áreas do centro-oeste, de onde partiu esse deslocamento. A possibilidade de manutenção dos baixos preços das terras de pastagens no Pará, mesmo com o crescimento da renda pecuária, se deu em função dos mecanismos de incorporação de novas áreas ao estoque de terras através da transformação de terras de floresta originária – bens públicos – em terras-mercadoria. Reforça-se, assim, uma leitura do caráter terra-extensivo da atividade pecuária associado a um processo expansivo de mercantilização de terras.

Esse caráter terra-extensivo não se dá apenas pela baixa produtividade pecuária por hectare, mas pela sua associação a uma capacidade permanente de incorporação de novas terras a esse processo produtivo, resolvendo um problema de reprodução do subsistema pecuário sem a necessidade de elevados investimentos na matriz tecnológica e na intensificação do uso do solo. Dessa forma, o subsistema garante sua expansão territorial, necessária para a reprodução ampliada da própria atividade pecuária, e a ampliação da mercantilização das terras, necessária para a reprodução do complexo territorial como um todo. Essa dinâmica de produção de terras-mercadoria em um movimento de expansão de fronteira, com a continuidade de uma 'marcha para oeste' em direção à São Felix do Xingu e à Pacajá, pelo eixo da transamazônica, criam e tornam acessíveis a renda capitalizada.

Essa dinâmica reproduz também um complexo de devastação, violência e concentração fundiária, uma vez que as microrregiões mais à oeste são aquelas em que se deram, nesse período, os maiores índices de desmatamento e de assassinatos em decorrência dos conflitos agrários, revelando o caráter expropriatório desse processo de produção de terras-mercadoria. São essas microrregiões que também tiveram aumentada a concentração fundiária, contrarrestando as tendências de desconcentração fundiária nas áreas de ocupação mais antigas, alcançadas através do binômio luta pela terra – criação de assenta-

mentos de reforma agrária, e mantendo a elevada concentração fundiária no conjunto da mesorregião.
No caso do complexo territorial de produção e reprodução agromineral do sudeste paraense, a incorporação de novas terras através dessa dinâmica de expansão de fronteira contou com o apoio decisivo do sistema de crédito rural, apresentando significativa correlação entre os montantes de crédito para investimentos pecuário e o incremento do desflorestamento, do rebanho bovino e da violência. Os municípios de Marabá, Itupiranga, Novo Repartimento e Pacajá, justamente aqueles que indicam os eixos de expansão à oeste, destacaram-se nessas correlações. Indica-se, assim, a continuidade do sistema de crédito como mecanismo governamental organizador do processo de expansão da produção pecuária associado à produção de fazendas (produção de terras-mercadoria, transformação dessas terras de terras com mata em terras com pastagens e formação dos rebanhos bovinos) e, consequentemente, da renda da terra capitalizada.

O crédito como mecanismo de mediação na transferência da renda da terra enquanto tributo social para os proprietários de terras não se restringe, no entanto, ao processo de expansão territorial do subsistema. O crédito rural, através do PRONAF – investimento pecuário, apresentou papel relevante, no conjunto do estado do Pará, na vinculação da produção camponesa à pecuária, mostrando-se também como mecanismo de sujeição da renda da terra camponesa ao próprio sistema financeiro, aos fornecedores de insumos e aos grandes proprietários que, com maior capacidade de atuar no ciclo produtivo completo (cria-recria--engorda) e comercialização direta com os grandes frigoríficos, tem relações desiguais no interior do circuito de produção-circulação e mantém uma associação entre concentração fundiária – concentração dos rebanhos – concentração da renda. Além disso, o crédito rural, na modalidade custeio pecuário, sobretudo nas áreas de ocupação mais antigas, mostrou-se como mecanismo de transferência de renda aos grandes produtores e aos próprios frigoríficos, subsidiando os custos de produção dos grandes pecuaristas e, portanto, atuando para reduzir a pressão pela elevação dos preços de venda à agroindústria.

Todas essas dinâmicas e tendências expostas até aqui são expressões dos interesses que movimentam e articulam, com certa coerência regional, o processo de acumulação do capital. No entanto, sua consolidação não se resume a existências dessa trama de interesses econômicos, mas a sua capacidade de legitimação perante a diferentes grupos sociais, classes e frações, com atuação em várias escalas, inclusive na escala regional, com seus próprios interesses específicos, sejam eles convergentes, contraditórios ou até mesmo antagônicos. Sua sustentação política, portanto, está relacionada a instituição de relações de poder capazes de conferir-lhe hegemonia regional.

Essa hegemonia passa pela constituição de um bloco de poder regional, entendido como uma aliança simultaneamente econômica, política e ideológica entre grupos sociais, classes e frações, compondo uma unidade política das classes dominantes organizados em torno dos interesses das grandes corporações agrominerais. A capacidade de exercício de hegemonia do bloco no poder, no entanto, extrapola os interesses específicos das próprias classes dominantes a partir da inclusão de alianças, muitas vezes parciais e instáveis, com grupos, classes e frações subalternas. Esse processo visa a constituição de um projeto hegemônico, o que inclui concessões materiais e a constituição de um paradigma político em que mesmo as forças subordinadas percebam possibilidades de fazer avançar seus interesses e, com isso, recusem processos alternativos.

O complexo territorial agromineral do sudeste paraense aponta nessa direção, com os interesses das corporações da mineração e do agronegócio tanto organizando os circuitos regionais de produção-circulação-distribuição-consumo, como envolvendo uma aliança econômica, política e ideológica entre diferentes grupos sociais, classes e frações que compõem o

bloco no poder regional e, de forma parcial, parte das classes subalternizadas. A constituição dessas alianças, são fortemente estruturados pelos interesses associados entre as grandes corporações e o Estado, mas também de certas frações regionais que atum na mediação entre esses interesses mais gerais das estratégias de acumulação nacional-mundial e sua aceitação em escala regional, apesar das muitas contradições entre eles.

No contexto atual, marcado por uma maior mobilidade do capital, um importante mecanismo de imposição dos interesses hegemônicos passa por uma 'chantagem locacional', ou seja, pela ameaça de retirada de investimentos de uma região se não forem oferecidas condições institucionais atrativas, o que envolve flexibilização de normas e direitos sociais e ambientais, assim como subordinação da força de trabalho. O estudo do sudeste paraense indicou a importância da ação política efetiva do Estado nessa direção, dadas as convergências entre processos regionais e as estratégias nacionais de acumulação, materializadas na forma de investimentos públicos vinculados aos e condicionados pelos investimentos e projetos das corporações. Além dessa política de investimentos, o Estado atuou fortemente na alteração das legislações específicas e na elaboração de discursos e planos de ordenamento territorial que reforçavam a ideia de que não há nenhuma possibilidade de alternativa ao desenvolvimento regional alternativa à sua estruturação vinculada aos circuitos mundiais e nacionais de acumulação e aos interesses das grandes corporações.

Essa 'chantagem locacional' imposta pela associação entre corporações e Estado, se traduz para as classes subalternas como uma 'alternativa infernal' entre a resignação impotente frente a esses interesses ou a penalização com a falta de investimentos, emprego e renda. No entanto, como a capacidade de geração de emprego e renda diretamente pelas grandes corporações minerais e do agronegócio não é suficiente para responder a estas demandas, as frações regionais do capital constroem seu papel de mediadoras, pois são elas que, capturando a distribuição desigual dos efeitos regionais dos investimentos agrominerais, respondem pela geração da maior parte dos empregos urbanos, seja diretamente como representantes do capital comercial, no setor de comércio e serviços, seja indiretamente como elite política gestora da administração local e dos empregos públicos. Nessa posição de mediadores, essas frações regionais podem até se somar a certas lutas populares contra as corporações, mas buscando direcioná-las para exercer pressão pelo aumento dos investimentos e nunca para o questionamento de seus fundamentos principais que pudessem tensionar e deslegitimar o projeto hegemônico.

Esses mediadores, apesar de sua importância específica em cada unidade territorial, atuam de forma subordinada ao poder estruturante das grandes corporações responsáveis pela produção e exportação de commodities minerais e pecuárias, diretamente inseridas em escalas mundiais de acumulação e, simultaneamente, vinculadas a processos relevantes da estratégia de acumulação nacional. O poder de estruturação de um território coerentemente com os interesses dessas perspectivas de acumulação não se dissocia de processos de territorialização dessas próprias corporações, além da gama de agentes que lhe são associados, com suas territorialidades específicas.

No sudeste paraense, a combinação de dois tipos de territorialidades coporativas potencializou as transformações territoriais estudadas. Enquanto a territorialidade-arquipélago da mineração tende a concentrar suas atividades em pontos relativamente específicos, cuja maior articulação com o território se dá com a rede urbana, em função das necessidades de gestão da força de trabalho com relativa mobilidade e de constituição de centros de articulação com os circuitos mundiais, a territorialidade da pecuária reafirma-se como uma ocupação terra-extensiva, envolvida tanto na articulação de amplas frações territoriais como na produção de novas terras-mercadorias.

No entanto, diferentemente da expansão de fronteira pecuária observada em períodos anteriores, financiada especialmente pelo capital comercial e pela extração de madeira e produção de carvão, a pecuária, nessa nova fase se estrutura de forma articulada aos grandes interesses agroindustriais de exportação e se beneficia com a alocação de massas redundantes de capitais acumulados em atividades urbanas potencializadas pela mineração. Nessa nova dinâmica, a expansão pecuária fortaleceu-se, porém, sem perder seu caráter de expansão de fronteira que, ao contrário do que desejam as narrativas legitimadoras, não são expressão da permanência de velhos vetores da exploração madeireira e grilagem de terras comandadas pelas frações atrasadas do capital mercantil, mas são expressões estruturais da própria modernização pecuária agroindustrial de exportação.

Considerando que essa expansão da produção de commodities agrominerais, mesmo que aprofundando sua vinculação aos circuitos mundializados da acumulação e do desenvolvimento das forças produtivas, não altera as estruturas de propriedade e nem as dinâmicas conflitivas de expansão de fronteira, os conflitos agrários se mantêm e a luta pela terra persiste e se aprofunda no interior da Amazônia como um todo. Esse cenário reafirma a importância das frações políticas e econômicas regionais que, embora subordinadas aos interesses das forças de acumulação nacional e mundiais, atuam como mediadoras locais dos conflitos e, em contrapartida, se colocam como dominadores de frações territoriais como forma de participação na acumulação rentista regional. Forjam-se, assim, novas alianças regionais que atualizam o pacto latifundiário, atuando no sentido não apenas de bloquear o avanço da reforma agrária e a conquista de novas terras de povos e comunidades tradicionais, como de pressionar pela re-mercantilização das terras conquistadas por eles na Amazônia. No contexto específico do sudeste paraense, a formação de manchas de assentamentos que indicavam processos de territorialização da luta pela terra estão sendo englobadas em complexos territoriais mais amplos em que predominam uma elevada concentração fundiária e o estabelecimento de relações produtivas e reprodutivas comandadas pelos interesses das grandes propriedades.

Nesse contexto, a questão da terra assume um papel chave nas lutas políticas regionais. A mercantilização da terra tem sido um ponto importante da construção de uma coerência estruturada de acordo com a convergência de interesses da mineração e da agroindústria pecuária, inclusive para a reprodução desses subsistemas através de sua expansão territorial. No entanto, como a dominação da terra-mercadoria é elemento determinante para a participação na distribuição da renda fundiária, mesmo que de forma desigual, ela se torna uma possibilidade de investimento das massas redundantes de capitais regionais, em busca de oportunidades de valorização, ampliando o interesse das frações regionais nelas. Ao mesmo tempo, do ponto de vista político, a dominação da terra amplia as possibilidades de atuação na mediação dos interesses hegemônicos na região, garantindo formas de uso compatíveis com as perspectivas do agro-mínero-negócio.

A luta camponesa pela terra expressa uma contradição chave desse processo. Em parte, pode ser considerada como parte das lutas distributivas que permite a inclusão de certos grupos sociais e frações de classe nesses subsistemas econômicos, atuando como uma espécie de concessão material na consolidação do projeto hegemônico. No entanto, nesses casos, essa distribuição de terras está associada a implementação de mecanismos de sujeição da renda da terra, através da inserção subordinada de camponeses na produção pecuária integrada à agroindústria de carne e mediada pelos grandes produtores e pelo sistema financeiro, assim como na própria ampliação da mercantilização da terra, fortalecendo seu caráter de pequena propriedade privada via mecanismos de regularização fundiária e titulação de assentamentos.

Por outro lado, a luta camponesa pela terra pode significar um enfrentamento mais pro-

fundo à coerência estruturada pelos interesses do projeto hegemônico agromineral, atuando como força de solapamento. Essa perspectiva se dá quando a terra não apenas é retirada do mercado de terras, via constituição de assentamentos de reforma agrária, mas também quando, a partir dela, leva a constituição de comunidades camponesas, assim como de povos e comunidades tradicionais, que afirmam e politizam suas territorialidades específicas e o próprio sentido do território.

A luta pela terra pode assumir perspectiva emancipatória ao dar visibilidade para outras concepções de mundo, inclusive negando a mercantilização da terra e da natureza e a subordinação do território aos interesses da produção do valor. A terra conquistada ou recuperada nessa luta pode gerar territórios de r-existência que avancem para a (re)criação de laços comunitários na contra-corrente das relações de poder hegemônicas e na constituição de outras formas de coesão política. Dessa forma, podem ampliar a politização das lutas pela terra para além de seu caráter distributivo e economicista e criar outras politicidades que se configurem como disputas propriamente territoriais em múltiplas escalas e não apenas no espaço vivido, inclusive atuando com e contra o Estado.

A luta pela terra pode apresentar um significado principal de emancipação política, reorganizando as bases políticas do poder desde a escala cotidiana até a escala propriamente territorial, mas sem se desvincular das lutas mais gerais por reforma agrária e por alterações nas dinâmicas de acumulação e de organização socioespacial. Por isso, as lutas pela terra envolvem não apenas as ações diretas dos agentes em luta, mas também os mediadores entre essas lutas e o Estado em diferentes escalas, assim como a construção de alianças.
A emergência da estratégia de acumulação rentista agroindustrial e as reconfigurações das conexões da Amazônia aos seus circuitos espaciais de produção e circulação de commodities de exportação alteraram as alianças políticas que, mesmo de forma contraditória, deram sustentação a territorialização das lutas sociais na Amazônia na década de 1990. No contexto atual, não apenas essas alianças regionais foram se alterando, como as relações de poder locais foram se reconfigurando de forma a despolitizar as estratégias construídas pelos movimentos sociais de luta pela terra na condensação de lutas territoriais por direitos, sobretudo através da pressão junto ao Estado e da participação como sujeito político reconhecido institucionalmente.

Essa alteração das relações políticas gerou um novo impasse às forças sociais que lutam pela desconcentração da terra, bloqueando novas conquistas de terras e ameaçando com a reversão das conquistas anteriores via a reinserção dessas terras no mercado, além de fragmentar as diferentes lutas e retirar o protagonismo dos próprios sujeitos locais. Esse impasse exige uma reconstrução das estratégias de politização da luta pela terra, em um contexto em que, por um lado, predominam relações assimétricas desfavoráveis com o Estado e com outras forças anteriormente aliadas, mas por outro, apresenta trunfos acumulados pelas conquistas territoriais e produção de territorialidades próprias que bases importantes para processos mais autônomos de emancipação.

Finalizando, o estudo das frentes de expansão do agro-mínero-negócio na Amazônia, especialmente quando analisado em suas especificades territoriais, revela que a modernização da produção de commodities estruturada por estratégias rentistas-agroindustriais não significa a eliminação da problemática da terra e seus desdobramentos em termos de destruição ambiental e conflitos sociais. Ao contrário, significa uma atualização dos pactos latifundiários locais, vinculados de forma subordinada a dinâmicas estruturais e persistentes de dominação territorial extensiva vinculadas a existência de oligarquias rentistas e patrimonialistas e de padrões concentradores em termos econômicos e excludentes em termos de poder. Significam, ao mesmo tempo, novos impasses para as lutas dos movimentos sociais do campo, face à perda de eficácia de suas estratégias e alianças constru-

ídas os últimos 30 anos. Novos impasses são, ao mesmo tempo, desafios e possibilidades de reinvenção e politização das ações dos subalternos no enfrentamento das novas determinações do pacto latifundiário, sustentadas na memória das lutas já realizadas e nas suas marcas grafadas no espaço.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Desigualdade Ambiental, Economia e Política. ASTROLABIO, n. 11, ano 2013. Disponível em: http://www.revistas.unc.edi.ar/index.php/astrolabio/ Acesso em 15/06/2016.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de et al. Apresentação. In: _____ (org.) Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2010.

BARTRA, Armando. El Capital en su Laberinto: de la renta de la tierra a la renta de la vida. Mexico D.F.: Universidad Autónoma de la Ciudad de México / Centro de Estudios para el Desarrollo Rural / Editorial Itaca, 2006, 382 p.

BECKER, Bertha K. Grandes Projetos e Produção de Espaço Transnacional: uma nova estratégia do Estado na Amazônia. In: Vieira, Ima Célia G. (org.) As Amazônias de Bertha K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica, vol. 1. Rio de Janeiro: Garamond, 2015b, p. 466 – 488.

BRANDÃO, Carlos A. Território & Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2007.

CECEÑA, Ana Esther & BARREDA, Andrés. La Producción Estratégica como Sustento de la Hegemonia Mundial: aproximación metodológica. In: _____ (cord.) Producción Estratégica y Hegemonia Mundial. México: Siglo Veintiuno Ed., 1995, p. 15 – 51.

CECEÑA, Ana Esther. Chevron: la territorialidad capitalista en el limite. In: _____ y Ornelas, Raul (coord.). Chevron: paradigma de la catástrofe civilizatoria. México: Siglo Veintiuno Ed. / UNAM / IIEc, 2017, p. 7 – 52.

CECEÑA, Ana Esther. La Territorialidad de Las Corporaciones. In: _____ y Ornelas, Raul (coord.). Las Corporaciones y la Economía-Mundo: el capitalismo monopolista y la economía mexicana en retrospectiva. México: Siglo Veintiuno Ed. / UNAM / IIEc, 2016, p. 108 – 133.

CORAGGIO, Jose L. Los Complexos Territoriales dentro del Contexto de los Subsistemas de Produccion y Circulacion. Revista Geográfica de América Central, n. 23-24, 1991, p. 43 – 83.

COSTA, Francisco de A. Dinâmica Fundiária na Amazônia: concorrência de trajetórias, incertezas e mercado de terras. In: MALUF, Renato S. e FLEXOR, Georges (orgs.) Questões Agrárias, Agrícolas e Rurais: conjunturas e políticas públicas. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017, p. 52 – 71.

DELGADO, Guilherme Costa. Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012.

DULONG, Renaud. "A crise da relação Estado/sociedade local vista através da política regional". In: POULANTZAS, Nicos (Org.). O Estado em crise. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

EMMI, Marilia. A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2005.

HARVEY, David. A Geopolítica do Capitalismo. In: _____ A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo, Annablume, 2006. 125 – 160p.

IANNI, Octavio. A Luta pela Terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978.

JESSOP, Bob. Estratégias de Acumulação, Formas Estatais e Projetos Hegemônicos. Ideias, Ano 14 (1/2), 2007.

KLINK, Jeroen. A Escalaridade e a Espacialidade do (Novo) Desenvolvimentismo: uma exploração conceitual para o debate. In: Brandão, C. e Siqueira, H. (orgs.) Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo, 2013.

LEITE, Sérgio et al. Impacto dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: IICA, NEAD / São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

MARTINS, José de Souza. A Militarização da Questão Agrária no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985, 134 p.

MARTINS, José de Souza. Impasses Políticos dos Movimentos Sociais na Amazônia. Tempo Social – Rev. de Soc. da USP, 1(1), 1º sem. de 1989, p. 131 – 148. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/83341/86371 Acesso em: 30/10/2018.

MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1995.

MICHELOTTI, Fernando. Territórios de Produção Agromineral: relações de poder e novos impasses na luta pela terra no sudeste paraense.Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR/UFRJ, mimeo., 2019, 388 f.

MOREIRA, Ruy. A Formação Espacial Brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia brasileira. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A Mundialização da Agricultura Brasileira. São Paulo: Iãnde Editorial, 2016, 545 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: FFLCH, 2007.

PAULANI, Leda. Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter e ALENTEJANO, Paulo R. R. A Reconfiguração da Questão Agrária e a Questão das Territorialidades. ALAI – América Latina em Movimento, 2011. Disponível em: https://www.alainet.org/pt/active/47807 Acesso em: 15/12/2018.

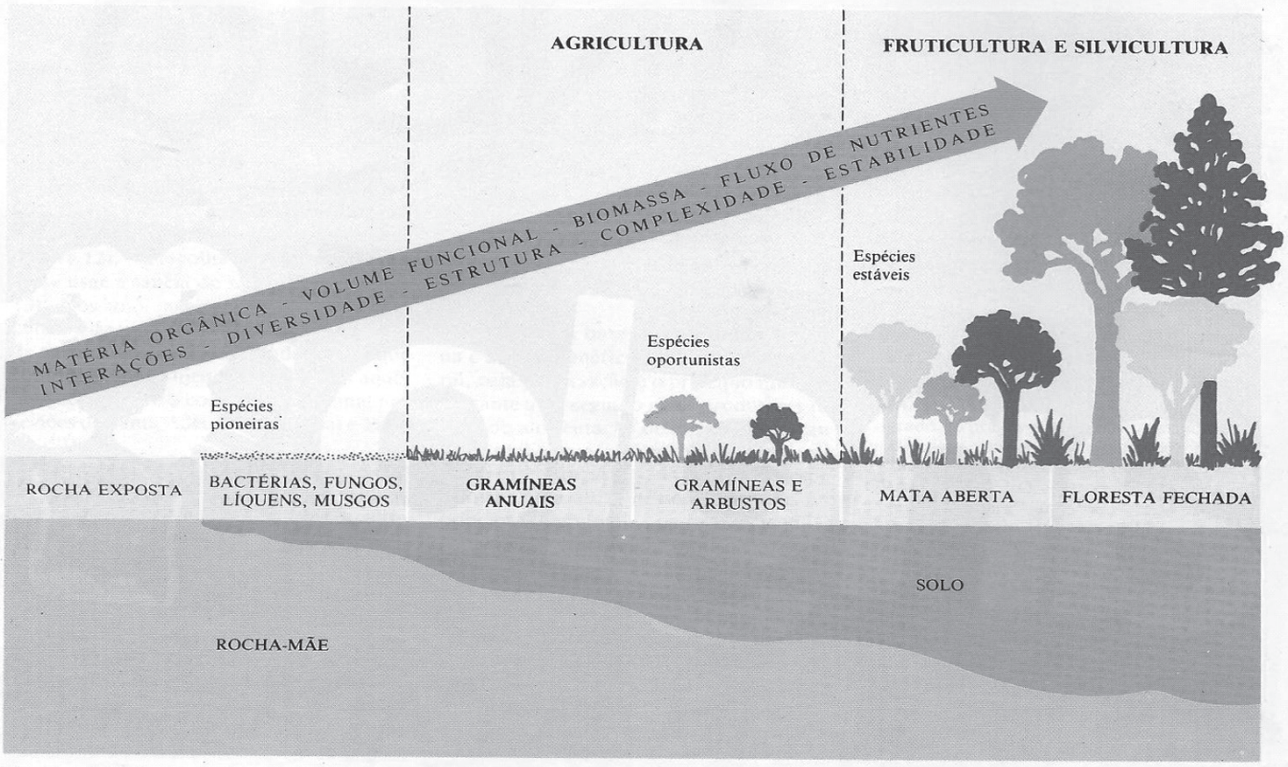
PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Amazônia: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, 112 p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. O Complexo de Violência e Devastação da Amazônia Brasileira: o caso do sudeste do Pará. Proposta, v. 114, 2007, p. 25 – 40.

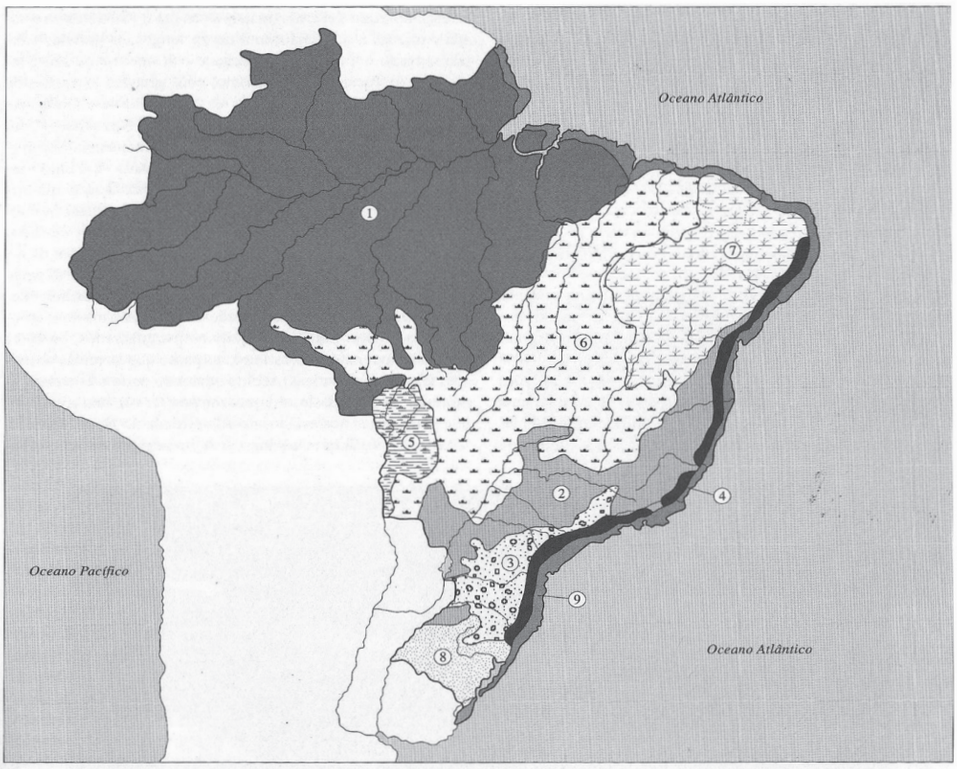
POULANTZAS, Nicos. Poder Político e Classes Sociais. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

VELHO, Otávio Guilherme. Frentes de Expansão e Estrutura Agrária. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, ed. online.

INSTABILIDADE DOS AGROECOSSISTEMAS

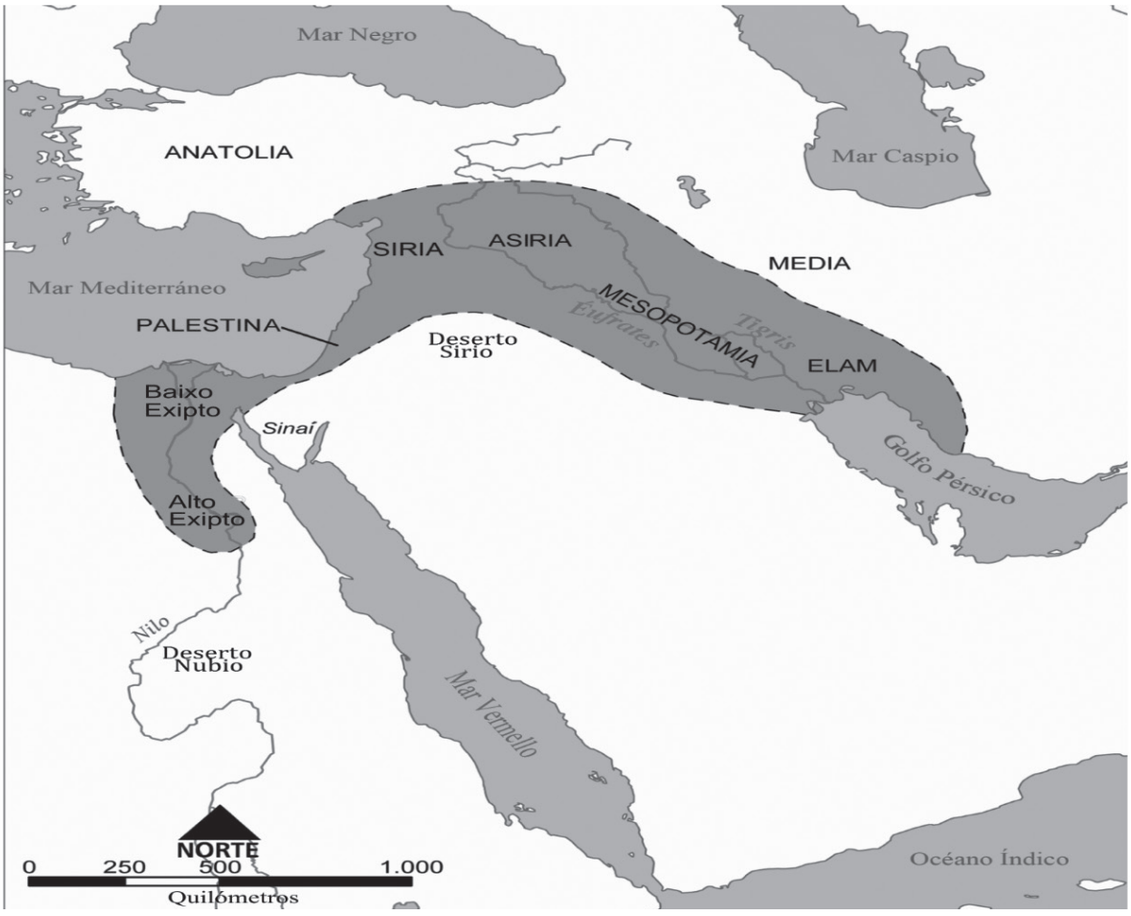


Esquema simplificado da sucessão de ambientes. As espécies adaptadas às condições adversas (à esquerda) apresentam grande capacidade de dispersão e usam a maior parte de seu suprimento energético na reprodução. À direita, onde a estabilidade é regra, predominam espécies capazes de vencer a competição por espaço, usando maior quantidade de energia na especialização de funções.

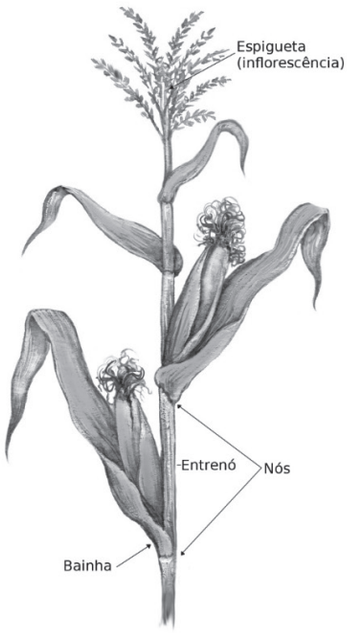


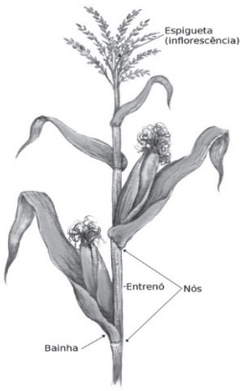
Mapa fitogeográfico do Brasil: 1. Hiléia amazônica; 2. Mata pluvial tropical e subtropical; 3. Mata da Araucária; 4. Mata Atlântica; 5. Pantanal; 6. Cerrado; 7. Caatinga; 8. Campos; 9. Vegetação litorânea: mangues e dunas. (Adaptado de *Árvores no Brasil*, Duratex, SP, 1989.)

ORIGEM DA AGRICULTURA



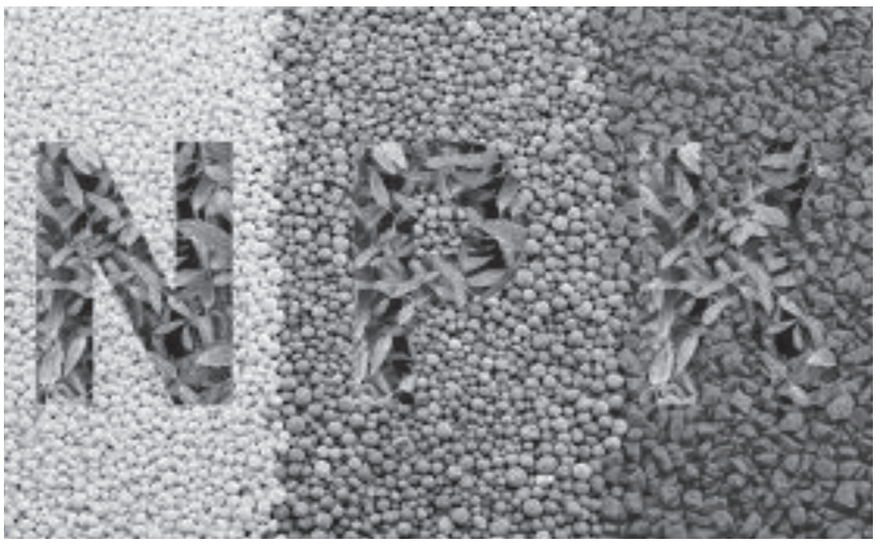
VARIEDADES





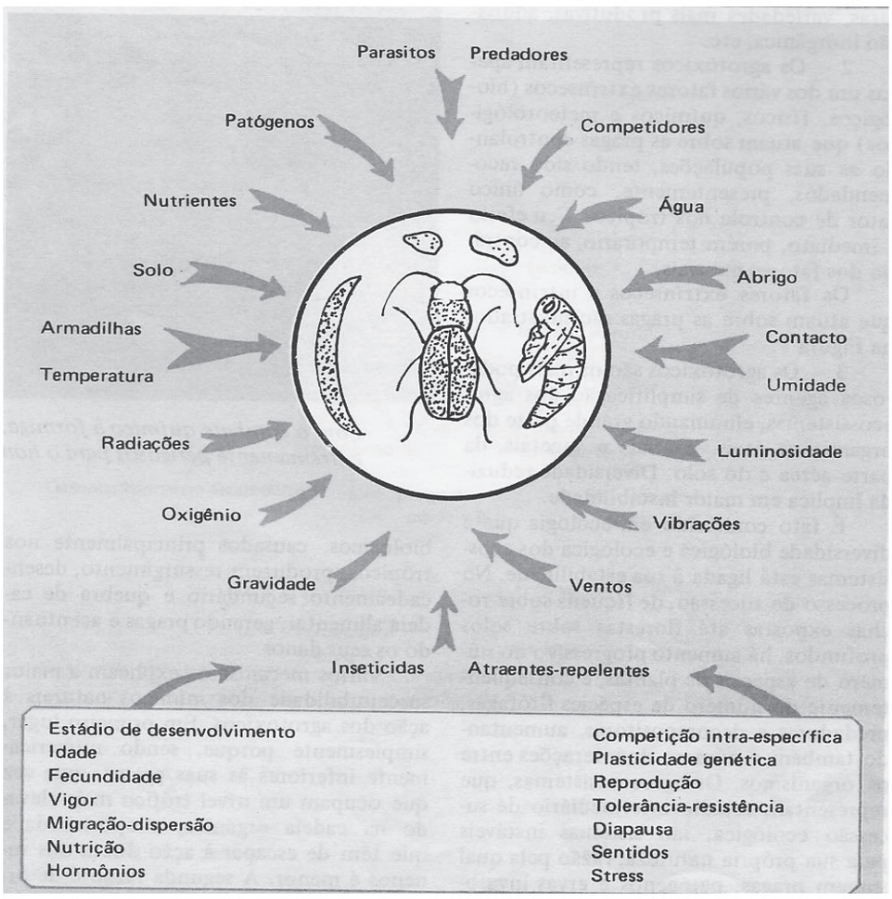
SOLO

FERTILIZANTES



AGROTÓXICOS

Fatores intrínsecos e extrínsecos que atuam sobre as espécies determinando seus números. Seg. Paschoal (1983)



RESUMO

O AGROECOSSISTEMA É UM SISTEMA INSTÁVEL POR NATUREZA.

1. EM ÁREAS TROPICAIS E SUBTROPICAIS O FATOR BIOLÓGICO É O QUE DETERMINA A ESTABILIDADE.
2. A ESTABILIDADE É FUNÇÃO DAS INTERAÇÕES PREDADOR-PRESA, PARASITO-HOSPEDEIRO, SOLO-PLANTA-ORGANISMOS.
3. A ESTABILIDADE DEPENDE: a) da cobertura vegetal (monocultura , policultura); b) da variedade (resistente, tolerante, susceptivel); c) do solo (composição, estruturas física, química e biológica); d) dos insumos agricolas (adubos, agrotóxicos).

CONCLUSÕES

1. O USO DE AGROTÓXICOS É NECESSÁRIO NO MODELO DA AGRICULTURA INDUSTRIAL, DE BASE QUÍMICA, PORQUE ELE FOI DESENVOLVIDO SEGUNDO OS
PRECEITOS DA QUÍMICA AGRÍCOLA.
2. O USO DE AGROTÓXICOS É DESNECESSÁRIO NO MODELO DA AGRICULTURA ORGÂNICA, DE BASES BIOLÓGICA E ECOLÓGICA, PORQUE ELE FOI DESENVOLVIDO SEGUNDO OS PRECEITOS DA AGROECOLOGIA.

6. Como os neopentecostais conquistaram o Brasil

Por Luis Nassif
São Paulo, 5 de janeiro de 2020

Em 1984, dos 12,9 milhões de simpatizantes do pentecostalismo fora dos EUA, 9,9 milhões estavam na América Latina, e mais de 6 milhões no Brasil Um relatório de 2014 sobre o movimento pentecostal na América Latina, da consultoria espanhola Lorentz & Cuenca, traz boas luzes sobre o avanço do movimento pentecostal na América Latina.

O relatório é de 2014, período em que a candidatura Marina Silva, nas eleições presidenciais, expôs pela primeira vez a relevância do voto pentecostal.O relatório se concentra especialmente em países como Guatemala, Honduras, Brasil e Chile, nos quais entre um terço e 40% da população trocou o catolicismo por algumas das igrejas evangélicas.

A procedência dos protestantes

O pentecostalismo é um amplo movimento religioso, com grande variedade de grupos com formação e práticas distintas. Historicamente, o protestantismo era composto pelas chamadas igrejas missionárias, de duas procedências.

Da Europa vieram os luteranos (alemães), presbiterianos (escoceses), anglicanos (ingleses), valdenses (franceses e italianos), reformadores (holandeses e suíços), batistas (galeses), menonitas (holandeses e suíços). Dos Estados Unidos vieram as igrejas luteranas, episcopais (anglicanas de origem americana), presbiterianas, quakers, metodistas e batistas.
O pentecostalismo nasceu em 1904 nos Estados Unidos, como uma reforma religiosa dentro do evangelismo.

A primeira onda evangélica é de 1910, com as Igrejas Assembleia de Deus, Igreja da Profecia e a do Príncipe da Paz na Guatemala. A segunda onda é dos anos 50, com o Evangelho Quadrangular – Cruzada Nacional de Evangelização (1953), Igreja Pentecostal "O Brasil para Cristo" (1956), Igreja da Nova Vida (1960), Igreja Pentecostal "Deus é Amor" (1961), Casa da Bênção (1964), Metodista Wesleyana (1967). Foi uma rápida penetração. Em 1984, dos 12,9 milhões de simpatizantes do pentecostalismo fora dos EUA, 9,9 milhões estavam na América Latina, e mais de 6 milhões no Brasil, especialmente atuando junto aos setores populares urbanos.

A onda neopentecostal

O neopentecostalismo nasceu dos pentecostais e dos grupos renovadores carismáticos dos anos 50 e 60. Começa a crescer a partir dos anos 70. Sua principal característica são as mudanças na doutrina, especialmente em relação aopapel do Espírito Santo, passando a dar ênfase ao fervor emocional, apelando para as emoções.
Os principais representantes são as igrejas Salão da Fé (1975), a Igreja Universal do Reino

de Deus (1977) e a Igreja Internacional da Graça (1980). Enquanto o pentecostalismo tinha como foco os setores populares (emigrantes internos, desempregados e setores populares), o neopentecostalismo procurou os setores médios e altos da sociedade, universitários, profissionais liberais e empresários.

Cresceram apoiados por investimento nos meios de comunicação de massa (rádio, TV e Internet), mas também em uma ampla infraestrutura com colégios, livrarias, cafeterias e estúdio de gravação. E administrando as igrejas com um estilo empresarial de produção e distribuição de bens religiosos.

A influência americana

O estudo lembra o Relatório Rockefeller de 1969, que sugeria o uso das igrejas como estratégia dos EUA e da CIA para deter o auge da Teologia da Libertação. O Relatório Rockefeller se tornou uma lenda, mas é enquadrado pelo trabalho na relação das teorias conspiratórias.

Mas não ignora a profunda influência americana nas primeiras investidas neopentecostais. As novas missões protestantes, especialmente as vindas dos Estados Unidos, traziam novos rituais, baseados na conversão e no êxtase religioso. Gradativamente foram se adaptando às condições latino-americanas, em um processo de aculturamento originalíssimo. Mas, para entender esse processo, há que se passar antes pelas mudanças socioeconômicas ocorridas, que mudaram a face do continente.

Mudanças socioeconômicas

Ao contrário do resto do mundo, a modernização da América Latina não levou a uma secularização. Aumentou o número de agnósticos e de não crentes. E houve também um retorno ao sagrado, uma busca das raízes para enfrentar a insegurança ante o novo. Enfim, um conjunto de novas circunstâncias, uma diversidade ampla, gerando insegurança e demanda por apoio. É nesse quadro que o modelo de gestão passa a ter papel fundamental.

De um lado, a Igreja Católica, pesada, dividida entre tradicionalistas e progressistas, presa ao conjunto de símbolos da idade média. De outro, os pentecostais com modelos de gestão modernos, descentralizados e com foco no cliente.

A religiosidade latino-americana

Para se adaptar aos novos tempos, já nos anos 70, as igrejas latino-americanos passaram a desenvolver um estilo próprio, libertando-se da influência norte-americana, com suas normas adaptadas ao liberalismo do país. Cria-se um pentecostalismo latino, uma miscelânea religiosa emulando várias características do catolicismo tradicional.

Enquanto o protestantismo norte-americano se adaptava ao liberalismo do país, as igrejas latino-americanas recriaram as relações patriarcais das fazendas, dos colonos colocados sob o guarda-chuva protetor dos coronéis e da fé. Era o patriarcado colonial adaptado às condições das megalópoles contemporâneas.

Reside aí o centro das críticas dos cristãos norte-americanas ao hibridismo das religiões evangélicas na América Latina. Elas se tornaram parte genuína da sociedade latino-americana, justamente por emular características históricas do continente.

Mencionado no trabalho, Jean-Pierre Bastian ressalta que "poderíamos dizer que nesta 'hibridez' se está lidando não só com a adaptação ao mercado latino-americano, mas também com a criação de produtos originais, híbridos, que os pentecostalismos ofereceram em toda a região. Isso se nota em particular a partir da produção musical dos hinos, que de fato até os anos 70 era de origem anglo-saxão, e que a partir de então se transformou em cantos diretamente inspirados pelas tradições musicais populares endógenas. Hoje em dia, vemos se desenvolver o que estes movimentos chamam de "Ministérios de louvor", que adotam a música local, em particular o samba ou outros gêneros tropicais como a sal-sa etc. Inclusive se chamou a este tipo de expressão musical com algum tipo de anglicismo como "salsa-gospel" ou "samba-gospel".

No Brasil, as igrejas evangélicas mais relevante são a Assembleia de Deus, com 12 milhões de fieis, e liderada pelo pastor Manoel Ferreira; a Igreja da Graça, liderada por Romildo Ribeiro Soares; a Igreja Universal do Reino de Deus, dirigida pelo Bispo Edir Macedo, com 1,8 milhão de seguidores; a Igreja Mundial do Poder de Deus, de Valdomiro Santiago, com 400 mil seguidores.

Vamos destrinchar um pouco o modelo de gestão adotado.

O modelo de gestão

Em cada Igreja, há uma liderança carismática como fator de coesão. Na Guatemala, é Cash Luna; em Honduras, René Peñalba, Tomás Barahona e Misael Argeñal em Honduras.

O que sustenta a expansão é a estrutura horizontal de bispos associados, através de igrejas locais e grupos independentes ou semiautônomos, nos quais a figura-chave é o pastor. Ele é o velho coronel da guarda nacional, incumbida de abrir o guarda-chuva onde os fiéis vão se abrigar e receber segurança.

No interior de cada Igreja, a estrutura é fortemente piramidal, com suficiente capacidade, flexibilidade e autonomia para se adaptar às circunstâncias de cada região ou país.

Essa flexibilidade foi essencial para dar respostas rápidas às demandas provocadas por crises econômicas, terremotos sociais, urbanização acelerada.

Nos anos 80, depois dos terremotos de Manágua, em 1974, e da Guatemala, em 1976, os evangélicos criaram redes de apoio.

No Brasil, os fatores que levaram à expansão das igrejas foram:
• a crise econômica do final dos anos 70 e de toda a década dos 80;
• o explosivo aumento da urbanização com a multiplicação das áreas marginais (favelas) onde existe tradicionalmente pouca presença do Estado e da Igreja Católica, e onde a insegurança física (roubos, assaltos, assédio das quadrilhas) e a econômica (emprego informal e poucas expectativas de trabalho) é uma constante.

Para compensar a ausência de estado, passaram a oferecer aos fiéis apoio religioso, mas também escolas, consultórios legais, postos de saúde. Desenvolveram estratégias para combate ao alcoolismo e às drogas. Aproximaram-se das mulheres com sua defesa das famílias estáveis e combate à violência doméstica. Montaram sistemas de apoio nos presídios. Por aí, sua influência se estendeu para as organizações criminosas que, nas favelas, se tornaram peças essenciais na guerra contra as religiões afro.

Ao mesmo tempo, os neopentecostais investiram sobre a classe média alta, com a nova teologia da prosperidade, e encontros de oração em hotéis de luxo. Justificaram, pela fé, a posição dos privilegiados. Trocaram o remorso da riqueza pela predestinação divina.
O uso modernos dos símbolos

Um grande publicitário brasileiro, Roberto Dualibi, costumava associar o catolicismo ao uso de técnicas de marketing, a cruz, o sino, as imagens, a confissão. A renovação foi ínfima.
Já o neopentecostalismo apela para a parte irracional, sentimental e experimental dos indivíduos. Seu marketing se baseia em curas físicas, na promessa de prosperidade econômica, na utilização da música nas cerimônias, na ênfase na oralidade e nas práticas populares tradicionais. Segundo o trabalho, utiliza com desenvoltura as línguas autóctones (daí seu sucesso na penetração entre os setores rurais indígenas), assim como a linguagem comum para se aproximar de seus seguidores.

Uma de suas marcas é a construção de grandes tempos. Em 2013, Cdash Luna inaugurou a Igreja Casa de Deus, com capacidade para 11 mil fiéis. Mas também investem em escolas, colégios e universidades.

Sua estratégia consiste em recriar espaços de refúgio comunitário, em contraposição à crise da familia tradicional. Daí se entende seu conservadorismo moral.
Segundo o sociólogo guatemalteco e pastor protestante Vitalino Similox, mencionado no trabalho:

"as igrejas pentecostais se transformaram em empresas que desenvolvem estratégias de comercialização e de distribuição multilateral de bens simbólicos, religiosos. Sua hibridação se traduz na justaposição de diferentes níveis de empréstimos, que incluem o conteúdo das crenças, as formas de transmissão e comunicação, os recursos a mediações tanto arcaicas como modernas".

Os evangélicos e a política

Há muita heterogeneidade entre os evangélicos, mas com predominância dos setores mais conservadores, especialmente em temas morais. E um ativismo político cada vez mais amplo.

As primeiras incursões foram na Colômbia, durante a Assembleia Constituinte dos anos 90. Seu partido, a Renovação Absoluta (Mira) recebeu 327 mil votos nas eleições para o Senado de 2014. E 412 mil para a Câmara, permitindo eleger três deputados.

No Chile, foram eleitos 200 candidatos evangélicos entre prefeitos e vereadores, principalmente nas regiões indígenas doBiobío e La Araucanía, em cidades como Lota, Curanilahue, Arauco, Lebu e Los Álamos. Entre eles há militantes da Democracia Cristã (DC), Renovação Nacional (RN), União Democrata Independente (UDI), Partido Pela Democracia (PPD), Partido Radical Social Democrata (PRSD), Partido Socialista (PS) e Partido Regionalista Inde-pendente (PRI).

No Brasil, os evangélicos estão distribuídos por 16 legendas políticas, e em três partidos próprios: o Partido Republicano de Brasil (PRB), o Partido Social Cristão (PSC) e o Partido da República (PR).

No Peru, o partido mais forte é o Restauração Nacional (RN) liderado pelo pastor Humberto Lay Sun. Em 1990, Alberto Fujimori foi apoiado pelos evangélicos, que forneceram um pastor como segundo vice-presidente.

A primeira incursão política foi com a Frente Parlamentar Evangélica, de 2003. Logo depois, a bancada foi atingida pelo escândalo da Máfia dos Sanguessugas, com o desvio de emendas para o bolso década parlamentares.

Foram envolvidos 23 integrantes da bancada, dez da Igreja Universal do Reino de Deus e nove da Assembleia de Deus. O escândalo reduziu a participação evangélica nas eleições de 2006, mas se recuperou nas eleições de 2010.

7. O que a ascensão dos movimentos neopentecostais tem a nos dizer

Vijay Prashad
24 de Dezembro de 2019

Jeanine Áñez, a "presidenta" da Bolívia, entrou no Palácio Queimado com uma enorme Bíblia na mão. "A Bíblia voltou ao palácio", disse ela ao tomar o poder. O Partido de Áñez – Movimento Social Democrata – conquistou apenas 4% dos votos nas eleições presidenciais de 2019, e seu nome sequer estava na linha de sucessão. O Movimento para o Socialismo (MAS) controlava a maioria no parlamento, e sua porta-voz – primeiro Adriana Salvatierra e depois Mónica Eva Copa – estavam à sua frente na fila. No entanto, como as autoridades do MAS permaneceram em suas casas, temendo pela própria vida, foi feita uma votação parlamentar que excluiu o MAS e escolheu Áñez para assumir o poder. Os militares a apoiaram. Logo em seguida, os Estados Unidos e o Brasil santificaram esse política fundamentalista cristã de direita como presidenta.Os generais estavam ao lado de Áñez enquanto ela prestava juramento. Pairando nas proximidades estava Luis Fernando Camacho, cujo partido político obteve apenas 0,69% dos votos nas eleições presidenciais. No entanto, Camacho é o que dá as cartas. Ele é o líder do Comitê Cívico de Santa Cruz e da União da Juventude de Santa Cruz – ambas organizações tingidas de fascismo pró mercado. Camacho acompanhou Áñez até o palácio. Ele estava segurando um crucifixo. "Pachamama nunca mais retornará ao palácio. A Bolívia pertence a Cristo", disse ele.

Sob a erupção vulcânica que colocou Áñez e Camacho no governo, está o crescimento, como uma lava, do movimento evangélico de direita. Nas eleições presidenciais de 2019, Áñez não era a porta-estandarte do evangelismo. Chi Hyun Chung (que ganhou quase 9% dos votos) e Victor Hugo Cárdenas (que ganhou 0,41% dos votos) tinham credenciais evangélicas mais fortes. Durante a preparação para a votação, Chi foi chamado de "Bolsonaro boliviano". O sociólogo boliviano Julio Córdova Villazón descobriu que esses homens – Chi e Cárdenas – apagaram a separação entre Igreja e Estado e confiaram na vasta rede de igrejas evangélicas e programas de televisão para conduzir sua campanha. Após a eleição, Julio Córdova disse que foi Camacho, o homem que instalou Áñez na presidência, que legitimou seu autoritarismo por meio do "discurso religioso ao estilo de Bolsonaro".

Jair Bolsonaro, o presidente do Brasil, está – como Camacho e os outros – enraizado nessas redes neopentecostais evangélicas transnacionais. Mas isso não é um problema apenas das versões fundamentalistas do cristianismo – como o neopentecostalismo -; existem evidências em todo o mundo desses tipos de movimentos religiosos autoritários que são movidos a ódio e elogiam as forças armadas e o capitalismo. Não é à toa que o primeiro-

-ministro indiano, Narendra Modi – que emerge de seu próprio movimento religioso-político autoritário – convidou Bolsonaro para ser o convidado principal na parada do Dia da República, na Índia, em 26 de janeiro de 2020. Pouco separa o Rashtriya Swayamsevak Sangh (RSS) [organização fascista ligada ao partido de Modi, BJP] , a Vishwa Hindu Parishad [organização fundamentalista hindu] dos movimentos do Tablighi Jamaat [organização indiana muçulmana com milhões de seguidores] e essas formações neopentecostais. Há uma quantidade enorme de coisas em comum entre todos eles.

Nossos pesquisadores em Buenos Aires (Argentina) e em São Paulo (Brasil) desenvolveram uma teoria preliminar desses movimentos neopentecostais na América do Sul. A equipe de Buenos Aires publicou um relatório (em espanhol) sobre a questão evangélica, enquanto a equipe de São Paulo produziu um documento ainda não publicado sobre a ascensão do neopentecostalismo no Brasil (Contribuições para entender ou crescimento pentecostal e os desafios para o campo popular, por André Cardoso e Fábio Miranda).

Uma das características comuns das descobertas na Argentina e no Brasil é que esses movimentos estão crescendo a um ritmo astronômico, tendo dobrado em vinte anos. Nos dois países, esses movimentos entraram na esfera eleitoral, onde começaram a definir um "voto evangélico". Essa consolidação do evangelismo na política polariza seções da classe trabalhadora e camponesa. As análises de nossos dois escritórios são muito próximas uma da outra e apontam para pelo menos cinco características desses movimentos:

- Coração em um mundo sem coração. Nas últimas décadas, à medida que a desigualdade social aumentou, o poder de compra dos pobres urbanos e rurais diminuiu, enquanto o tempo e o dinheiro para atividades de lazer foram reduzidos. Com os cortes nos gastos sociais, as atividades comunitárias financiadas pelo Estado também diminuíram. Isso significa que, nos bairros mais pobres, opções de lazer e vida social, privadas ou financiadas pelo Estado, desapareceram. Perto das favelas do Brasil, se fazem presentes uma variedade de igrejas neopentecostais, alguns botecos e bares. Essas igrejas neopentecostais operam como um dos principais locais da vida social nessas comunidades da classe trabalhadora e como uma agência de emprego para seus membros. À medida que a Igreja se torna um centro para a vida social – incluindo aulas de música -, também atrai os jovens para suas fileiras. Poucos espaços além desses estão disponíveis para a classe trabalhadora.

- "Ideologia de gênero". Na América do Sul, o movimento feminista, particularmente o movimento pelos direitos ao aborto, se fortaleceu. Como reação, essas correntes religiosas consolidaram uma resposta patriarcal. Argumentam que as elites estão tentando colonizar as famílias dos pobres, corroendo a autoridade paterna. Esses movimentos religiosos e seus aliados políticos sustentam rotineiramente atitudes patriarcais em relação às mulheres, procurando controlar todos os aspectos de suas vidas e mantê-las subjugadas e submissas.

O líder do RSS Mohan Bhagwat costuma dizer que as mulheres não devem trabalhar, que devem confiar em seus maridos. Ao colocar o Pai em um pedestal, esses movimentos levam seu ethos autoritário baseado no Líder Forte ao coração das famílias.

- Racismo. A afirmação de Camacho de que a Pachamama – um conceito espiritual indígena e andino – não tem espaço no palácio presidencial da Bolívia é apenas uma entre milhões de evidências que sugerem o profundo ódio que essa vertente do evangelismo tem por qualquer forma de vida que não siga seus preceitos. Tanto Áñez quanto Camacho fizeram declarações racistas sobre as comunidades indígenas da Bolívia, cuja fé consideravam "satânicas". A visão da RSS sobre os muçulmanos, adivasis (indígenas), e a visão dos Tabligh sobre os apóstatas (murtadds), se espelham nessa atitude.

- Made in the USA. Nossas equipes em Buenos Aires e São Paulo descobriram que essas vertentes do evangelismo foram exportadas pelos Estados Unidos. A antropóloga Rita Segato sugere que houve um esforço conjunto para exportar essa forma de religiosidade para o Sul Global como um meio de desorientar e fragmentar a classe trabalhadora e camponesa, e minar os movimentos de libertação nacional. De fato, na década de 1960, os Estados Unidos, a Arábia Saudita e outros promoveram uma vertente estreita e sufocante de islamismo por meio da Liga Muçulmana Mundial para minar o crescimento dos movimentos socialistas da Indonésia ao norte da África. Pouco antes de ser executado, o líder egípcio da Irmandade Muçulmana, Sayyid Qutb, descreveu sua organização como parte de uma tendência que eu chamei de "Islã made in USA".

As evidências levantadas por Segato chegaram até nós há uma década, quando o Dr. Kapya Kaoma e a Political Research Associates mostraram como os evangélicos conservadores dos EUA – assistidos pelo governo dos EUA – promoveram uma agenda de homofobia na África (Quênia, Nigéria e Uganda). Não é de admirar que essas correntes – incluindo a liderada por Áñez e Camacho – sejam acolhedoras com os militares e com o imperialismo. Mesmo que o impulso venha dos evangélicos dos EUA – ou do "islã made in USA" – ou da CIA, ele encontra seus aliados entre as elites dominantes e outros que conduzem uma agenda enraizada em formas religiosas mais antigas, mas armadas para chegar a seus objetivos.

É dessa onda profundamente violenta de neo-hinduísmo autoritário que o governo do BJP na Índia aprovou o Projeto de Lei da Cidadania (Emenda), que mina o direito dos muçulmanos de serem cidadãos indianos; e é com base nela que cerca a Caxemira e agora partes do nordeste do país e envia as forças policiais para atacar os estudantes da Universidade Muçulmana de Aligarh (Uttar Pradesh) e da Universidade Islâmica Jamia Millia (Nova Déli). O Evangelho da Prosperidade. As igrejas neopentecostais e os gurus neo-hindus operam entre pessoas que geralmente são os mais pobres dos pobres, e ainda assim, é entre esses grupos sociais que promovem o "evangelho da prosperidade". Não significa apenas que essas tendências façam uso de oportunidades do mundo moderno – a mídia e o mercado – para impulsionar seus objetivos; é que eles promovem os valores do neoliberalismo entre a classe trabalhadora – seja um empreendedor, não se torne um sindicalista.

Esses movimentos partem de tradições mais antigas, mas se atualizam para os tempos neoliberais. Não é como se oferecessem um antídoto espiritual necessário para populações desprovidas de vida social por culpa do ataque neoliberal; outras formas de conforto "espiritual" estão disponíveis, formas de convivência social seculares e progressistas. Mas como as instituições da cultura da classe trabalhadora são sumariamente destruídas em muitos países, essas formas – incluindo reuniões de bairro e sindicatos – vêm sendo superadas pelas assembleias religiosas bem financiadas. Uma sociologia genuína dessas neo-religiões não deve evitar olhar para os cantos escuros, onde as elites dominantes se sentam e dão seu apoio com cheques; na claridade, vemos a classe trabalhadora tropeçar e buscar uma alma em condições sem alma, mas a claridade é tamanha, que por vezes não conseguem enxergar esses cantos escuros.

Quem procura o amanhecer não teme a noite
Não tenha medo da mão que segura a adaga

O medo é o ethos dessa religiosidade neoliberal. O poeta paquistanês Ahmed Faraz viu esse medo e deu de ombros. Ele aconselha bravura.

Um dos corajosos é o Evo Morales, agora exilado na Argentina. Quando ele estava na Cidade do México, falou com Glenn Greenwald, do The Intercept, sobre o golpe na Bolívia e sobre as forças sociais em andamento na América do Sul.

8. Informe sobre a situação política no Haiti

Elaborado pela Brigada dessalines, do MST/ALBA
Porto Príncipe, 15 de novembro de 2019

I. Instabilidade política permanente

1. Estamos acompanhando nos últimos meses, uma profundada instabilidade política no país. O presidente Jovenel Moise insiste em não renunciar. Já é um governo completamente isolado onde quem o sustenta é os Estados Unidos. Não há primeiro ministro, em outubro deveria ter acontecido eleições parlamentares e não houve. Assim que é um presidente que não está governando. Está no governo apenas para manter os acordos ideológicos e econômicos com os EUA.

2. Uma grave crise econômica que leva um país a um colapso humanitário, com pessoas morrendo de fome, crise de abastecimento de combustíveis, empresas falindo, inflação sobe a cada dia, moeda nacional (gourd) desvalorizada cada vez mais.

3. Os preços dos alimentos continuam aumentando, logo a população pobre não tem condições de comprar, além de uma crise de abastecimento por que há cidades que os alimentos não chegam. Teve cidades em dias atrás que não havia alimentos nos mercados.

4. Os camponeses (as) que comercializam sua produção nas feiras, que é a principal forma de mercado haitiano, já estão com muitas dificuldades de comercialização. Assim que no campo só piora as condições de vida do povo.

II. As mobilizações

1. O Presidente Jovenel Moise intensificou a repressão às mobilizações, nas periferias e nos trancamentos de rodovias. Já foram assassinadas mais 50 pessoas nesses últimos meses. Na ultima semana aconteceu um massacre em uma periferia de Porto Príncipe chamada Belé, onde 15 pessoas foram assassinadas e diversas casas foram incendiadas. Assim, há uma guerra de terror declarada contra a população.

2. Começou a surgir grupos armados. De um lado para intimidar as manifestações e do outro para enfrentar a repressão policial. Uma situação que caminha para uma guerra civil.

3. As últimas duas semanas foram marcadas por um refluxo das mobilizações de massas. Isso se dar em função de alguns fatores:

a) O povo não vive muitos meses em manifestações permanentes porque precisa trabalhar para sua sobrevivência;

b) Há um sentimento de medo pelos assassinatos a muitas pessoas nas manifestações e periferias;

c) As forças políticas dos movimentos, partidos de oposição concentraram suas forças nas ultimas duas semanas para buscarem um acordo nacional sobre a transição. Nesse sentido a convocação das mobilizações diminuiu.

III. Acordo político para a transição

1. Por uma iniciativa de um setor político no país chamado "La Passerelle" (congrega partidos de oposição e setores econômicos) convocou um encontro nos dias 08 a 10 para um diálogo nacional com diversas forças políticas do país para chegar a um acordo de transição política, cuja centralidade é a renuncia do presidente Jovenel Moise e dos parlamentares. Vale lembrar que essa iniciativa também foi bastante influenciada pelo Foro Patriótico.

2.As principais forças políticas que participaram foram: Foro Patriótico (congrega partidos de esquerda, movimentos sociais, alguns partidos socialdemocratas, setores da sociedade civil); alternativa consensual (partidos de oposição/estão sendo financiados por empresários); Bloco Democrático (congrega uma pequena burguesia conservadora); Fanmi Lavalas (partido de Aristides); oposição parlamentar; Mache Kontre (congrega partidos burgueses e em sua maioria socialdemocratas) e inclusive a participação do partido de Jovenel Moise (PHTK).

3. Os principais pontos do acordo político de transição nacional:

a) A escolha do presidente da república: depois da saída de Jovenel Moise, ele será substituído por um juiz do tribunal de cassação da republica e o parlamento será automaticamente anulado. Para esse fim será criada uma comissão especial para estabelecer os critérios para a seleção do juiz. Essa comissão é composta por sete membros, envolvendo as forças políticas desse acordo nacional e sociedade civil.

b) Sobre o primeiro ministro e os demais ministros, essa comissão também terá a responsabilidade de eleger os critérios para escolha.

c) Dar inicio a um programa de transição, cujas tarefas centrais são: reestabelecer estabilidade política no país e um plano de recuperação econômica.

4. O que significa esse acordo nacional para uma transição de 03 a 04 anos:

a) É um passo importante na tática de derrubada de Jovenel Moise, porém os atores que o compõem são em sua maioria setores burgueses. Assim que será uma transição política, mas não será uma saída popular.

b) Sem uma intensidade das mobilizações de massas para derrubar Jovenel Moise, esse acordo de transição não será viabilizado.

c) Terá a tarefa de médio prazo convocar uma conferencia nacional para mudança na constituição do país e do regime político.

5. Não será uma centralidade para o Foro Patriótico a disputa nos cargos de um governo de transição, mas terão influencia em alguns setores, sobretudo nas áreas: agricultura, meio ambiente, educação.

6. A alteração na correlação de forças no país e a saída de Jovenel Moise ainda dependem de dois fatores centrais: as mobilizações de massas e o posicionamento dos EUA.

IV. Acordos internos das forças do FORO PATRIÓTICO

1. A iniciativa de construção do Foro Patriótico foi acertada e estratégica por alguns aspectos: a) uma frente que de fato está influenciando em uma unidade mais ampla tática para derrubada de Jovenel Moise; b) está aos poucos se consolidando como um instrumento de aglutinação de diversas forças políticas para uma unidade mais a longo prazo. Em relação à estratégia do Foro Patriótico:

a) Centrar força em convocação de mobilizações de massas nas próximas semanas para que Jovenel caia até Dezembro.

b) Estruturação dos Foros Patriótico nos departamentos para construir força social de médio e longo prazo.

c) Dar seguimento as negociações políticas com setores de "Passerela"(de centro-direita) para avançar no programa do governo de transição.

2. De médio e longo prazo, convocar uma conferência nacional para debater a necessidade de uma nova constituição para o país.

3. Do ponto de vista político institucional, em janeiro o parlamento (deputados e senadores) se dissolve e em uma permanência de Jovenel, ele governará o país sozinho. Ou seja, a crise irá aumentar, o país entrará completamente em um vazio institucional. Será instalado literalmente um regime ditatorial. Nesse sentido a luta pela derrubada de Jovenel entra em sua fase mais decisiva nesse final de ano, caso não seja efetivada, dificilmente terá resultado em 2020. Caso Jovenel não caia, o país entrará numa fase de descontrole, colapso econômico e guerra civil.

V. COMPLEMENTOS SOBRE A CONJUNTURA POLÍTICA DO HAITI | Dezembro/19

1. A ofensiva do imperialismo na região do Caribe, tanto em termos econômico, cultural, político e militar (há mais de 37 bases militares instaladas na região) se dá, entre outros motivos, por ser uma região de exportação de minérios, mas também porque pela proximidade, sempre enviou migrantes para os EUA, assim como há muitos trampolins para o narcotráfico, e por último é uma região de tradição de rebeldia e de revoltas populares, que em alguns países foram vitoriosas, como Cuba, Venezuela, em outros custou muito caro aos EUA, para sufocar Porto Rico, República Dominicana, Jamaica, Granada, etc.

2. Atualmente, o imperialismo impõe bloqueios e intervenções econômicas, além de tentativas de desmonte dos mecanismos de integração regional buscando minar as possibilidades de resistência unitária na região.

3. Contraditoriamente a chegada das MINNUSTAH ocorreu em um período de governos progressistas no continente, sobretudo o Brasil que enviou a maioria dos militares (que inclusive foram responsáveis pelo massacre em Cite Soley – uma periferia do Porto Príncipe). Cerca de 73% dos militares eram da América Latina.

4. Hoje está comprovado em âmbito internacional que a MINNUSTAH foi um retumbante fracasso. Na verdade, foi apenas um pretexto para justificar uma intervenção militar, além

de tornar o Haiti em uma espécie de laboratório (???), sobretudo para os militares brasileiros.

5. Haiti era o único país da região que não registrava incidência do cólera. Sua introdução no país se deveu inteiramente à presença das tropas internacionais em seu território, causando um grave problema social.

6. Sobre a dívida Externa: importante destacar que ela é uma dívida histórica, uma herança colonial, uma tática imperialista contra a autodeterminação dos povos. Não é uma dívida do povo e, portanto, não é o povo quem deve pagá-la. Embora a ONU tenha reconhecido os problemas derivados das MINNUSTAH, não se responsabilizou, do ponto de vista econômico, pelas reparações.

7. Com relação ao custo das MINNUSTAH, há indicadores oficiais de que foram gastos cerca de 12 bilhões de dólares com as suas atividades. Contudo, entre os países participantes do colóquio foi mencionado um custo de mais de 30 bilhões de dólares, o que torna o Haiti um país muito caro. Convém ressaltar que, gasta-se em nome do Haiti e não para o Haiti.

8. Custo humano da intervenção: massacres de populações da periferia e ampliação de violência dos militares da Minustah contra todo o povo, em especial quem mora em favelas. aumento da prostituição e da violência contra mulheres, por parte dos soldados. contaminação da população com a introdução do vírus do cólera etc.

9. As consequências começam a aparecer, calcula-se que morreram maisd e 30 mil pessoas contaminadas pela cólera, levada pelos soldados do NEPAL.

10. E em relação aos estupros e prostituição, já se contabilizam mais de 2 mil crianças, filhas de soldados, que agora estão abandonadas, sob cuidados apenas das mães haitianas.

11. Incidência na saúde da população: No Haiti, a epidemia do cólera, é agravada por problemas estruturais do país, tais como: a) nível precário das condições de vida e de saneamento publico; b) Não há praticamente fornecimento de agua potável tratada, pelo serviço publico; c) inexistência de um sistema de saúde pública no país;

VI. PROPOSTAS QUE SURGIRAM DO COLOQUIO INTERNACIONAL DE ATIVIDADES EM SOLIDARIEDADE AO POVO DO HAITI

1. Promover tribunais populares, em âmbito nacional, especialmente nos países que estiveram presentes nesse colóquio internacional. (Argentina, Brasil, Estados Unidos, Mexico, venezuela..)

2. Construir uma proposta do tribunal popular internacional contra os crimes da MINNUSTAH.

3. Cada entidade/movimento solidário deveria se preocupar em ter um comunicador popular para fazer dois trabalhos: desconstruir a narrativa que há em nossos países sobre o Haiti e promover iniciativas de solidariedade.

4. Ampliar a campanha "reparações para Haiti e Porto Rico" em âmbito internacional.

5. Em nível nacional ampliar o trabalho de formação e educação popular em diferentes espaços para conscientização da população sobre as reparações.

“LUTAR, CONSTRUIR REFORMA AGRÁRIA POPULAR!”